

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**A EXPECTATIVA DE MAIS *UM LUZEIRO DO SABER* EM CURITIBA: O
INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE (1919-1942)**

CURITIBA

2009

JURACI SANTOS

**A EXPECTATIVA DE MAIS *UM LUZEIRO DO SABER* EM CURITIBA: O
INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE (1919-1942)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós -
Graduação em Educação na linha de pesquisa
História e Historiografia da Educação. Setor de
Educação da Universidade Federal do Paraná,
como requisito á obtenção de grau de Mestre em
Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Serlei Maria Fischer Ranzi

CURITIBA

2009

DEDICATÓRIA

Uma pesquisa concluída é uma espécie de “máquina preguiçosa” esperando por alguém que lhe confira sentido, conta para existir com anônimos participantes da trama – leitores e leitoras.

Dedico esta dissertação a todas as pessoas interessadas pela História da Educação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente à professora Dr^a. Serlei Maria Fischer Ranzi pela oportunidade, pelo incentivo e pela orientação no decorrer deste estudo.

Ao professor Dr. Marcus Levy Albino Bencostta, pelas importantes contribuições durante o seminário de dissertação.

Às professoras: Marlene Rosa Cainelli e Nádia Gonçalves Gaiofatto pelas importantes contribuições e orientações na banca de qualificação, as quais possibilitaram a conclusão deste trabalho.

Ao diretor geral do Colégio Marista Paranaense, senhor Elemar Menegatti e à secretária deste Rita Julieta Boff Sousa, por permitirem minha pesquisa no arquivo deste Colégio.

A senhora Regina de Castro Grein por ter disponibilizados os documentos do acervo do memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

Aos amigos do mestrado, especialmente ao Rossano pelas belas contribuições durante o seminário de dissertação.

Aos amigos de trabalho da Secretaria de Educação do Paraná, especialmente a chefe do Departamento de Educação Básica, professora Mary Lane Hutner por permitir a compensação das horas não trabalhadas. Aos amigos da equipe de História que em muitos momentos realizaram trabalhos meus porque estava participando das aulas do mestrado, ou a campo em busca das fontes. Meu muito obrigada ao Fábio Luciano Iachtechen e ao Marcelo Fronza pelos apontamentos precisos sobre a arte de pesquisar.

E aos meus pais por terem me possibilitado o estudo.

Enfim agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram para que esta pesquisa se tornasse uma realidade.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	v
LISTA DE QUADROS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE E SUAS TRÊS ADMINISTRAÇÕES: LAICA, LAZARISTA E MARISTA	13
1 O INTERNATO COMO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA	13
1.1 CRIAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DO INTERNATO – GESTÃO LAICA	15
1.2 PADRES LAZARISTAS NA ADMINISTRAÇÃO DO INTERNATO	28
1.2.1. Ginasianos e Seminaristas da Convivência a Separação	35
1.2.2. Concurso para Professor: A Expectativa de um Padre Lazarista	37
1.2.3. Os Padres Lazaristas e a Crise no Internato	39
1.3 IRMÃOS MARISTAS NA ADMINISTRAÇÃO DO INTERNATO	43
CAPÍTULO II – O ENSINO SECUNDÁRIO NO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE – ENTRE O PRESCRITO E O PRATICADO	49
2.1 ENSINO SECUNDÁRIO SERIADO/REGULAR VERSUS EXAMES PARCELADOS	49
2.2. ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR E A INSPEÇÃO FEDERAL	60
CAPÍTULO III - REFLEXÕES SOBRE A CULTURA ESCOLAR – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DISCIPLINARES	70
3.1. O CURRÍCULO DO INTERNATO – PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS	70
3.2. A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR NO INTERNATO	85
3.3 O RELÓGIO E O COTIDIANO DOS GINASIANOS	94
3.4 A APROPRIAÇÃO DO CÓDIGO DISCIPLINAR PELOS GINASIANOS	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	116
ANEXO	121

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PALACETE JOSÉ LOUREIRO 1920	16
FIGURA 2 – INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE DE 1925.....	28
FIGURA 3 – AULA DE GINÁSTICA NO CAMPO DO INTERNATO, 1929.....	81
FIGURA 4 – CONCLUSÃO DO CURSO – INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR – 1929	86
FIGURA 5 – SALÃO DE ESTUDO - 1929.....	94
FIGURA 6 – DORMITÓRIO DOS ALUNOS GRANDES -1927	98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – OS DIRETORES E SUBDIRETORES DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE ENTRE OS ANOS DE 1919 A 1942	22
QUADRO 2 – NÚMERO DE ALUNOS DO INTERNATO NA TRANSIÇÃO DE UMA ORIENTAÇÃO LAICA PARA UMA ORIENTAÇÃO RELIGIOSA.....	23
QUADRO 3 – DURAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO 1890 -1942.....	53
QUADRO 4 – MATRÍCULAS DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE ENTRE OS ANOS 1919 A 1942...	55
QUADRO 5 – ENXOVAL DOS ALUNOS DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE.....	58
QUADRO 6 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E APROVADOS NO EXAME DE ADMISSÃO DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE 1934 A 1942	65
QUADRO 7 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DO 1º E DO 5º ANO DE CURSO FUNDAMENTAL DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE – POR GERAÇÕES.....	67
QUADRO 8 – DISCIPLINAS MINISTRADAS NO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930 (CONTINUA).....	72
QUADRO 8 - DISCIPLINAS MINISTRADAS NO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930 (CONCLUSÃO).....	73
QUADRO 9 – ALGUMAS DAS SANÇÕES DISCIPLINARES ATRIBUÍDAS PELA SUBDIREÇÃO E DIREÇÃO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE 1919/1942 (CONTINUA)	104
QUADRO 9 – ALGUMAS DAS SANÇÕES DISCIPLINARES ATRIBUÍDAS PELA SUBDIREÇÃO E DIREÇÃO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE 1919/1942 (CONCLUSÃO)	105

RESUMO

A presente investigação objetivou evidenciar se a expectativa criada em torno do Internato do Ginásio Paranaense (1919 -1942) como mais um Luzeiro do Saber na cidade de Curitiba foi concretizada. A instituição investigada foi criada como um anexo do Ginásio Paranaense, atual Colégio Estadual do Paraná. Através desta investigação pretendeu-se analisar o Internato do Ginásio Paranaense a partir do seu intramuros, inventariando seu cotidiano na tentativa de trazer a tona noções das práticas dos diferentes sujeitos que vivenciaram seu cotidiano. Para tanto procurei analisar as estratégias utilizadas pelo governo do Paraná e pela direção geral do Ginásio Paranaense por ocasião da criação, funcionamento e manutenção desta instituição, bem como as estratégias da Igreja Católica local para se fazer presente na instituição e reforçar seus valores junto aos ginasianos. O referencial teórico utilizado foram os conceitos de estratégias e táticas do Historiador Michel de Certeau e o de Cultura escolar de Viñao Frago. Para produção desta narrativa utilizei as seguintes fontes, a saber: do arquivo escolar do Internato do Ginásio Paranaense, disponíveis no atual Colégio Marista Paranaense, os jornais Gazeta do Povo e o Dia entre 1919 a 1942, relatórios da subdireção do Internato apresentado a direção geral desta instituição, mensagens e relatórios de governo e algumas correspondências dos padres lazaristas e de alunos. A justificativa para presente pesquisa foi à busca da construção de memória relativo ao ensino secundário público em Curitiba. Esperamos que este trabalho possa contribuir para configuração de um quadro da história da educação secundária paranaense e, que ao mesmo tempo possa servir para outros trabalhos no sentido de ampliar a discussão apresentada. Esta investigação desdobrou em três capítulos, sendo que o primeiro faz uma abordagem sobre a criação do Internato, a equiparação dessa instituição ao Colégio Pedro II e, como aconteceu à transferência da mesma de uma gestão laica para uma gestão da Igreja Católica local, primeiramente sob a administração dos padres lazaristas entre (1925 a 1939) e posteriormente pelos Irmãos Maristas do Sul 1939 a 1942. Ainda neste primeiro capítulo procurei trazer à tona quais foram as estratégias do Estado e da direção geral do Ginásio Paranaense ao que tange a criação e manutenção do Internato e quais as estratégias da Igreja Católica local para se fazer presente na instituição e reforçar seus valores junto aos ginasianos. No segundo capítulo abordo sobre a presença da instituição no cenário da educação curitibana procurando ter uma noção de como foi o ensino secundário regular na instituição imposto pelo regime republicano versus exames parcelados herdados do antigo regime (Império) e como foi o ensino secundário regular na instituição na década de 1930 sob a inspeção federal. O terceiro e último versa sobre algumas reflexões relativas à cultura escolar do Internato, mais especificamente sobre as práticas pedagógicas, na tentativa de captar nuances das práticas dos professores relativo a metodologia aplicada na década de 1920 e 1930 e, por fim procurei trazer a tona as apropriações que os ginasianos fizeram do código disciplinar ao que tange ao uso dos espaços e do tempo na instituição.

PALAVRAS CHAVES: Instituição Educativa - Ensino secundário – estratégias e táticas – cultura escolar.

ABSTRACT

The present investigation aimed to make evident if the expectative around “Internato do Ginásio Paranaense” (1919 -1942) as one more “Luzeiro do Saber “in Curitiba city was realized. The investigated institution was created as an annex of the Ginásio Paranaense, current Colégio Estadual do Paraná. Throught this investigation it was intended to analyze the indoor of the Internato do Ginásio Paranaense making its daily inventory trying to bring at the surface notions of the practices of ther different individuals and their experiences. For this reason , I tried to analyze the strategies used by Parana Government and by the Ginásio Paranaense main principal in the moment of the creation, the function and the maintenance of this institution, as well as the strategies of the local Catholic Church to be present in the institution and reinforce its values to the students. As a theoric referencial were used the concepts of strategies and tactics of the historicist Michel de Certeau and of Viñao Frago school culture. For the production of this narrative I used the following sources from the “Internato do Ginásio Paranaense's” school files, available at the current “Colégio Marista Paranaense”, “Gazeta do Povo” and “O Dia”(1919-1942) journals, the vice principal's reports presented to this main principal's institution, messages and government's report and some priests's and students' mails. The reason for the present investigation was the search for the rebuild of the memory related to the public High School in Curitiba. I hope that this work can contribute to the memory Paranaense High School history and at the same time can help other works to develop the presented discussion. This investigation was divided in three chapters. The first chapter makes an approach about the creation of the Internato, the comparison of this institution to Colégio Pedro II, and how happened the transference from laica administration to the local Catholic Church one. Firstly, it is presented under the Lazarist priests administration between 1925 and 1939 and lately by Irmãos Maristas do Sul (1939 a 1942). Even in this chapter I wiil try to bring to surface what were the strategies of the state and the main principal of Ginasio Parananese related to the creation and maintenance of the Internato and what are the strategies of the local Catholic Church to be presentin the institution and reforce their values to the students. In the second chapter I approach about the presence of the institution in the scenery of the Curitibaana education trying to understand how was the regular high school teaching in the institution forced by the republic political system versus parcel examination inherited from the old system (Imperor) and also understand how was the regular high school teaching in the institution in 1930's under the federal inspection. The third and the last chapter discusses about some reflections related to the Internato school culture, mainly about the pedagogic practices, trying to receive aspects of the teachers' practices related to the applied methodology in 1920's and 1930's. At last, I try to bring to surface the appropriations that the students made of the disciplinar code referring to the use of institution space and time.

Key words: Educative Institution, High School Teaching, Strategies and Tactics, School Culture.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa iniciou-se com a idéia investigar uma instituição secundária na cidade de Castro Paraná o Colégio Diocesano Santa Cruz, pois sou natural deste município. Assim desejava desenvolver uma pesquisa na área da educação na minha cidade.

O Colégio Diocesano Santa Cruz foi criado em 1935, funcionou em regime de internato e externato e ofertava o ensino secundário regular para o sexo masculino. Naquele momento tinha como intenção investigar como teria sido o ensino secundário naquela instituição, mas, sobretudo entender o porquê do ensino secundário público regular chegou somente na década de 1930 à cidade castrense. Mas devido à dificuldade de acesso as fontes, não foi possível realizar a pesquisa.

Diante da impossibilidade de levar em frente a pesquisa sobre o Colégio Diocesano Santa Cruz e, considerando que no mestrado temos pouco tempo para localizar as fontes, sistematizá-las e analisá-las, aceitei o desafio de investigar o Internato do Ginásio Paranaense, o qual nasceu como um anexo do Ginásio Paranaense, atual Colégio Estadual do Paraná.

O Ginásio Paranaense (seção do externato) na chamada Primeira foi a primeira instituição a ofertar o ensino secundário regular, laico e público na cidade de Curitiba (RANZI; SILVA, 2006). Nesse período somente os ginásios públicos podiam ofertar o ensino secundário regular. Os alunos que freqüentavam os ginásios particulares deviam realizar os exames no ginásio Público. Assim muitos dos estudantes do interior do Estado rumavam para Curitiba para prestar esses exames. Assim, muito antes da criação do Internato as autoridades políticas do Paraná já manifestavam a idéia de se criar na capital um Internato para atender esses estudantes.

O Internato do Ginásio Paranaense foi criado em 1919 como uma instituição pública e laica, mas no ano de 1925 passou ser administrado pelos padres lazaristas e posteriormente pelos Irmãos Maristas do Sul entre (1939 a 1942), mas continuou sob a subvenção do Estado. Porém no ano de 1942 essa instituição passou para rede privada. Portanto, o recorte temporal estabelecido para esta investigação é o período em que o Internato esteve sob a subvenção do Estado, ou seja, 1919 a 1942.

Parte dos vestígios encontrados sobre o Internato do Ginásio Paranaense para produzir a presente narrativa foram extraídas do arquivo escolar do Internato do Ginásio Paranaense, tais como: (correspondências trocadas entre o diretor padre Manoel Gonzales e o sue superior Eugênio Pasquier, relatórios finais por série (1933 a 1942) elaborados pela direção e apresentados ao inspetor federal, quadro de horário, fotografias, Revista Ecos do ano de 1942, abaixo assinado elaborado pelos alunos, livro de penas disciplinares) as quais se encontram disponíveis no atual Colégio Marista Paranaense, pois este espaço entre 1925 até 1942 foi a sede do Internato do Ginásio Paranaense.

As demais foram localizadas no Memorial Lysímaco por meio de relatório finais, de (1921 a 1924), produzidos pela subdireção e apresentado a direção geral do Ginásio Paranaense, processo administrativo do ano de (1924). No Arquivo Público Paranaense obtive informações referentes ao Internato a partir das mensagens de governo, Prospecto do Internato do Ginásio Paranaense. Também utilizei os jornais *O Dia*, *Gazeta do Povo* e *Jornal do Comércio* no período de (1919 a 1942), todos microfilmados disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná, mais especificamente no setor da divisão paranaense.

As informações extraídas dessas fontes contribuíram para analisar alguns aspectos do Internato do Ginásio Paranaense bem como dados sobre as ações e relações dos sujeitos que vivenciaram o cotidiano desta instituição. Aparentemente não houve uma intencionalidade de que esses documentos tenham sido guardados com a finalidade de informar ou perpetuar a memória do Internato, mas por meio dos mesmos foi possível extrair informações que possibilitaram entender um pouco sobre a criação e seu funcionamento no período investigado, bem como ter uma noção das práticas dos sujeitos que vivenciaram o cotidiano nessa instituição.

Entre as fontes citadas encontrei três denominações para o Internato, a saber: Internato Estadual Paranaense; Ginásio Paranaense (seção do externato e internato) e Internato do Ginásio Paranaense. Optei pela terceira denominação por ter sido a mais recorrente entre os documentos consultados. Doravante utilizo as denominações Internato e externato para fazer referência a estas duas seções do Ginásio Paranaense.

Além das fontes citadas também o presente trabalho dialogou com os estudos de: Ranzi e Silva (2006), Martins (2007); Lemos Junior (2007); Chaves Junior (2004). Estes pesquisadores investigaram a seção do externato e por meio dessas

produções identifiquei que o Ginásio Paranaense seção do externato foi muito importante à cidade de Curitiba nas primeiras décadas do século XX, sendo um braço do Colégio Nacional ou Pedro II e referência para o Estado do Paraná e, por isso era reconhecido como um *luzeiro do saber*. Este adjetivo também foi dado ao Internato pelo jornalista do Jornal Gazeta do Povo em três de março de 1919, ao noticiar “é sempre com prazer que sabemos da fundação de mais um luzeiro do saber” na cidade de Curitiba.

Assim, para esta pesquisa procurei investigar se o Internato do Ginásio Paranaense também representou o papel de *Luzeiro do saber* para a cidade de Curitiba e para o Estado do Paraná durante sua existência, como uma instituição Pública.

Objetivando encontrar uma resposta, tracei alguns objetivos, a saber: compreender: como se deu a criação do Internato do Ginásio Paranaense, uma vez que a legislação federal na época segundo Ranzi e Silva (2006), Antunha (1980) e Silva (1969) permitia somente uma instituição de nível secundário pública em cada cidade; como a Igreja Católica local passou a administrar o Internato por meio dos padres lazaristas, em um período que o discurso vigente era de defesa da escola pública e laica era muito forte, como foi o ensino secundário no Internato entre 1919-1930, bem como, no período (1930-1942) em que a legislação da época previa ampliação deste nível de ensino e, por fim evidenciar algumas práticas dos sujeitos que vivenciaram o cotidiano desta instituição.

Para dar seqüência aos objetivos traçados, procurei investigar a instituição nos vários aspectos que implicaram a sua constituição, não me atendo somente aos dispositivos legais, as orientações prescritivas do campo educacional oriundas do Estado e dos responsáveis pelo ensino, aos dispositivos postos pela direção do Internato ao que tange ao código disciplinar, mas considerando às práticas e a apropriação desses dispositivos e orientações pelos professores e alunos do Internato.

Conhecer um pouco da história do Internato nesta perceptiva, recorri aos conceitos de estratégias e de táticas do Historiador Michel de Certeau. A despeito desse historiador não ter analisado uma instituição escolar, percebi na sistematização das fontes que poderia haver uma interlocução com a sua proposta de análise. Certeau investigou sobre as táticas (os modos de fazer) dos

consumidores, objetivando constatar sua hipótese de que as práticas dos mesmos não eram passivas diante dos produtos impostos pelo mercado.

Na pesquisa realizada por Michel de Certeau não era os produtos culturais ofertados pelo mercado que os interessava, mas sim as operações realizadas pelos seus usuários. Certeau ao investigar essas práticas (modos de fazer) desvelou atitudes quase microscópicas que, segundo ele se proliferaram no interior da estrutura, resignificando, corrompendo, embaraçando ou modificando o que estrategicamente estava posto. O modo de fazer dos consumidores foi denominado por Certeau de táticas e o que estava posto pelo mercado de estratégia.

Certeau (2007) buscou em sua investigação instituir diferença nas ações estabelecidas pelas relações entre consumidores e o sistema de produção, para tanto efetuou a distinção entre as “possibilidades de manobras” permitidas aos usuários pelo sistema de produção. Nessa pesquisa Certeau concluiu que as práticas (táticas) dos consumidores não geravam efeitos idênticos as estratégias colocadas pelo sistema de produção. Assim Para dar conta desta relação, o historiador produziu uma teoria das práticas de consumo, distinguindo o conceito de estratégias e de táticas. Estratégia é “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável do ambiente” (CERTEAU, 2007, p.46). Ela “postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos” (CERTEAU, 2007, p. 99). Nesse sentido de certo modo pode se afirmar que o estrategista tem uma prática panóptica, enquanto que para as táticas por não “contar com um lugar”, ou seja, a tática só pode jogar a partir dos nichos deixados pelo estrategista, portanto ela precisa estar vigilante para “captar o vôo”, ou seja, a tática joga no campo do “adversário”, por isso deve estar atenta aos acontecimentos para que nas ocasiões oportunas tire proveito.

Certeau em seus estudos constatou que, por meio das táticas, os sujeitos gozavam certa liberdade, o que ele denominou de: “liberdade gazeteira das práticas¹” as quais segundo este historiador criam microresistências e microliberdades, deslocando a atenção “do consumo supostamente passivo dos

¹ As práticas gazeteiras para Certeau são compreendidas como táticas do cotidiano (falar, ler, circular, fazer compras, preparar refeições etc.), as mesmas são utilizadas para fazer vitórias do “fraco” sobre o mais “forte” (CERTEAU, 2007, p.47).

produtos recebidos, para a criação anônima, nascida da prática, e do desvio no uso desses produtos”.

Certeau (2007) constatou que as práticas dos consumidores habitam silenciosamente o lugar do outro (estrategista), e nos dá alguns exemplos. Para ele o leitor invade o lugar do autor, o morador de aluguel que transforma a propriedade alheia efetuando mudanças, esses exemplos negam a passividade dos sujeitos submetidos às práticas do espaço.

Nesse sentido, o uso dos conceitos de estratégias e táticas desenvolvidos por Certeau é muito pertinente para o estudo das práticas escolares, pois por meio destas categorias pude questionar: quais foram os usos que fizeram os professores, diretores e alunos das normas que lhe foram impostas, quais táticas teriam usado estes últimos. Os estrategistas (Estado, Igreja Católica e direção geral do Ginásio Paranaense) foram “capazes de mapear, produzir e impor”, ao passo que as táticas dos professores e alunos do Internato só puderam “utilizar manipular e alterar” o que para eles foi imposto (CERTEAU, 2007, p.47).

Conhecer as apropriações dos professores, alunos e diretores que fizeram parte do cotidiano do Internato significou ter uma noção das práticas vivenciadas no cotidiano desta instituição. Digo noção porque a prática é fugidia, além disso, as fontes encontradas possibilitaram-me somente evidenciar alguns nuances dessas práticas.

No que diz respeito à análise das práticas escolares, utilizei como categoria de análise a cultura escolar. O termo cultura em si mesmo é polissêmico. “A cultura não é um fenômeno de procede de um único fator, porém há uma variedade de componentes que servem para titular um determinado tipo de manifestação cultural” (PINTADO, 2000, p. 223).

Nesse sentido a cultura escolar também deve ser percebida como polissêmica, pois vários e diferentes fatores a determinam, assim, parafraseando Viñao Frago² nos resta dizer que não existe a cultura escolar e sim culturas escolares.

² No hay dos escuela, colegios iguales aunque puedan estabelercese similitudes entre ellas. Las diferencias crecen cuando comparamos lãs culturas de instituciones que pertencen a distintos niveles educativos (FRAGO, 2001, p.33).

A definição de cultura escolar utilizada, nos trabalhos de História da Educação, pauta-se nas acepções de Dominique Julia, André Chervel, Jean Claude Forquin e António Viñao Frago, esses pesquisadores apresentam semelhanças e diferenças no que se refere a esse conceito.

Para Chervel (1988), a escola fornece à sociedade uma cultura composta de duas partes: os programas oficiais, que apontam sua finalidade educativa, e os frutos efetivos da ação da escola, os quais não estão inscritos nessa finalidade, sendo a escola detentora de uma cultura específica. Enquanto que para Julia (2001) a cultura escolar é definida como:

um conjunto de normas que definem conhecimento a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades, as quais podem variar segundo épocas, finalidades religiosas e sociopolíticas (JULIA, 2001, p.10-11).

Julia também defende uma atenção às práticas no interior da escola em detrimento às normas oficiais. Para esse pesquisador, a escola possui uma “caixa preta” e a partir dela o historiador pode fazer “flecha com qualquer graveto”, pois nos arquivos escolares encontram-se fontes diversas e, cabe ao historiador contextualizá-las e explorá-las. Entretanto, o historiador “deve suspeitar da ‘grande inércia que percebemos em nível global’ a mesma pode estar acompanhada, de mudanças muito pequenas que imperceptivelmente transformam o interior do sistema” (JULIA, 2001, p.15).

Chervel e Julia apresentam acepções diferentes sobre a cultura escolar, enquanto Chervel parece afirmar a cultura escolar como sendo original, Julia deu mais ênfase sobre as práticas escolares, distinguindo cultura escolar primária e cultura escolar secundária.

A cultura escolar apresenta-se assim como uma cultura segunda com relação à cultura de criação ou de invenção, uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática e determinada pelos imperativos que decorrem desta função, como se vê através destes produtos e destes instrumentos característicos constituídos pelos programas e instruções oficiais, manuais e materiais didáticos, temas de deveres e exercícios, controle, notas, classificações e outras formas propriamente escolares de recompensa e sanções (FOURQUIN, 1992, p.33 – 34).

Na mesma concepção de Julia, Forquin (1992, p.34) defende que a escola não poderia ser pensada como “verdadeiramente produtora ou criadora de

configurações cognitivas e de habitus originais que constituem de qualquer forma o elemento nuclear de uma cultura escolar *sui generis*". Nesse sentido, a cultura escolar abarca as mais diferentes situações do dia-a-dia da escola, sendo entendida no sentido lato e, que varia de acordo com a instituição investigada.

Na acepção de Viñao Frago a cultura escolar pode ser entendida como diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias, ou seja, este teórico englobou tudo o que acontecia no interior da escola. Embora Viñao Frago tenha se dedicado ao estudo do espaço e do tempo escolar, ele defendeu em seus estudos que outras práticas não são menos importantes. De acordo com Viñao Frago (2001, p.33), pode ser que exista uma cultura escolar válida para todas as instituições educativas de um determinado período histórico e lugar, mas, "parece mais frutífero e interessante falar de culturas escolares no plural".

A concepção de cultura escolar utilizada neste trabalho é a de Viñao Frago, pois ao investigar o Internato do Ginásio Paranaense foi possível captar elementos comuns de sua cultura escolar que possivelmente possa ser percebido em outras instituições similares, principalmente no que se refere à formação do aluno ginasião da época, entretanto, essa instituição também apresentou sua especificidade. Viñao Frago (2000) identifica a cultura escolar como:

[...] um conjunto de teorias, ideas, principios, normas, pautas, rituales, inercias, hábitos y practicas – forma de hacer y pensar, mentalidades y compartamientos – sedimentadas a lo largo del tiempo em forma de tradiciones, regularidades y reglas de juego no puestas en entredicho y que proporcionan estrategias para intergrarse em dichas instituciones, para interactuar y para llevar a cabo, sobre em el aula, lãs tereas cotidianas que cada uno se esperan, así para hacer frente a las exigencias y limitaciones que dichas tareas implicano conllevan. Sus rasgos característicos serían La contnuidad y persitencia em el tiempo, su institucionlización y uma relativa autonomia que Le permite generar productos específicos – por exemplo, las disciplinas escolares – que La configuram como tal cultura independente (2000, p. 3).

Segundo essa concepção, a cultura escolar envolve toda a vida escolar. Se a definição de Viñao Frago é muito ampla, como fazer uso desta categoria na perspectiva desse autor? Ao estudar uma instituição escolar fazendo uso da categoria de análise definida pro Viñao Frago, faz-se necessário optar por um dos elementos apontados por ele como constitutivos da cultura escolar.

Nesse sentido, procurei analisar o que estava prescrito relativo ao ensino secundário e contrapor com as práticas dos diferentes sujeitos que fizeram parte da história do Internato e assim evidenciar a apropriação que os mesmos fizeram em relação o que estava prescrito.

Para Viñao Frago há pouca permeabilidade ou transformações na cultura escolar, ela é lenta e quase imperceptível. No decorrer deste trabalho o leitor poderá perceber que as mudanças relativas ao ensino secundário são muito pequenas no período denominado Primeira República. Nesse período, o Internato dividiu-se entre a cultura herdada do período Imperial e o da cultura emergente posta pelo regime republicano.

Para entender como o Internato lidou com a cultura herdada do Império e a cultura emergente posta pelo novo regime (República) ao que tange ao ensino secundário, recorri alguns historiadores da educação que pesquisaram sobre este nível de ensino, sendo eles: Geraldo Bastos Silva (1969), o qual escreveu a obra intitulada “*A educação Secundária (Perspectiva histórica e teoria)*” nesta obra o historiador se propôs a investigar sobre as origens e o desenvolvimento do ensino secundário no Brasil e, buscou reconstituir na linha do tempo a evolução histórica do ensino secundário brasileiro. Embora esta obra tenha seus limites, diante do que se entende por História da Educação na atualidade, o fato da mesma ter sido escrita a partir do que estava prescrito na legislação em relação aos exames parcelados, a mesma ajudou-me a entender o que estava prescrito em relação ao ensino secundário regular na chamada Primeira República, as equiparações das escolas secundárias estaduais ao Colégio Nacional Pedro II e, o exame de madureza e do exame vestibular na chamada Primeira República.

Antunha (1980) também realizou sua pesquisa tendo como fonte a legislação, esse historiador da educação em sua produção “*A Instrução na Primeira República – A União e o Ensino Secundário na Primeira República*”³ apontou que no decorrer na chamada Primeira República, o governo Federal instituiu uma série de Reformas relativas ao ensino secundário brasileiro, entretanto todas elas foram de natureza legal, efetuadas sobretudo, por decretos do Executivo Federal. Esta obra ajudou a

³ Essa produção foi apresentada para o Concurso de professor titular do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade da Universidade de São Paulo (ANTUNHA, 1980, capa do trabalho).

identificar que tais reformas não chegaram – a não ser parcialmente – a se aplicar à realidade do Internato.

A obra “*A fabricação escolar das elites - O Ginásio Catarinense na Primeira República*” do professor Norberto Dallabrida trouxe à tona como o Colégio Catarinense, de uma instituição laica passa a ser administrado pelos padres jesuítas, bem como os conflitos em torno dessa mudança de administração, permitindo a identificar de a defesa pelo ginásio público e laico fazia parte de um movimento instituído pelo novo regime (República) e assim como em Curitiba muitos tiveram dificuldade em aceitar a administração do Internato por religiosos católicos e Florianópolis isso se deu da mesma forma.

Além das obras citadas, também consultei algumas produções relativas à educação secundária na cidade de Curitiba no período investigado. Ranzi e Silva (2006) no artigo *Questões de legitimidade na Primeira República; o ensino secundário regular a equiparação do Ginásio Paranaense ao congênere federal* analisaram os desafios que os dirigentes do Paraná enfrentaram no início do século XX para obter junto ao governo federal a equiparação dessa Instituição ao Colégio Pedro II, “manifestadas no universo das práticas em disputa”. A partir da análise de uma instituição de ensino secundário local, o Ginásio Paranaense (seção do externato).

Estas pesquisadoras puderam observar: a pretensão dos governantes republicanos em consagrar o ensino das humanidades, o qual era considerado vanguarda na Europa e Estados Unidos. O estudo dessas pesquisadoras contribuiu para o entendimento do processo de equiparação do Ginásio Paranaense seção do externato, possibilitando evidenciar de que forma do Internato nasce como uma instituição equiparada ao Colégio Pedro II.

Roseli Boschilia (2002) em sua tese, *Modelando Condutas: Educação Católica em Colégios masculinos (Curitiba 1925-1965)* investigou uma instituição secundária masculina, o Colégio Santa Maria, o qual foi fundado no ano de 1925 pelos Irmãos Maristas. Por meio do estudo de Boschilia identifiquei como e porque os irmãos Maristas passaram atuar na educação curitibana no início do século XX. Outro fator a ser considerado para este trabalho é que a criação do Colégio Santa Maria (1925) ocorreu no mesmo ano em que o Internato passou a ser administrado pelos padres lazaristas, assim o trabalho desta pesquisadora possibilitou o entendimento de como se deu a criação dessa instituição católica em um período

que ecos do movimento anticlerical, ainda se faziam presentes na cidade de Curitiba, bem como estabelecer um paralelo com a presença da Igreja Católica na administração do Internato, por meio dos padres lazaristas (1925 a 1939) e posteriormente por meio dos Irmãos Maristas do Sul (1939 a 1942).

Para este trabalho também consultei algumas produções, as quais foram resultados de investigações sobre o Ginásio Paranaense (seção do externato). Claudia Kawka Martins (2007), em sua tese de doutorado “*A Disciplina Escolar de História no ensino Secundário Público Paranaense: 1931 a 1951*”. Analisou a implantação das reformas do ensino secundário de 1931 e 1942 no Ginásio Paranaense, enfatizando a questão do ensino de História. O trabalho de Martins além de contribuir para nossa análise no que diz respeito ao ensino de História e do currículo do Internato, também possibilitou identificar as apropriações da Reforma Francisco Campos na seção do externato.

Chaves Junior (2004) em sua dissertação de mestrado *A Educação Física do Ginásio Paranaense Ao Colégio Estadual do Paraná: Contribuições para a Construção de Uma História de uma Disciplina Escolar (1931-1951)* – esta pesquisa abordou sobre o processo de consolidação e valorização da disciplina de Educação Física no Ginásio Paranaense entre os anos de 1931 e 1951. A apropriação do trabalho de Chaves Junior foi no sentido de entender a finalidade da Educação Física no currículo do Internato do Ginásio Paranaense na década de 1930.

Por fim consultei a dissertação Wilson Lemos Junior sobre *Canto Orfeônico: Uma Investigação Acerca do Ensino de Música na Escola Secundária Pública de Curitiba (1931-1956)*. Consultei este trabalho com intuito de entender como o ensino da música passa ser obrigatória após a Reforma Francisco Campos (1931), sendo que na chamada Primeira república a mesma aparece como opcional no Internato.

O caminho percorrido para esta investigação resultou na produção de três capítulos. No primeiro capítulo faço uma abordagem sobre as estratégias do governo do Estado do Paraná e da Direção geral do Ginásio Paranaense por ocasião da criação do Internato, pois, estes por ocuparem um lugar próprio tinham o poder de controlar e decidir a estrutura e funcionamento do Internato. Na sequencia apresento como foi o processo da mudança de sede do Internato e como o mesmo passa de uma administração laica para uma administração religiosa. Ainda procurei trazer à tona as estratégias da Igreja Católica local para garantir sua presença neste

espaço educacional primeiramente por meio dos padres lazaristas e posteriormente por meio dos Irmãos Maristas do Sul.

Para explicitar a trama que esteve implicada neste processo de criação e administração do Internato, utilizei leis e decretos para compreender as estratégias do Estado por meio dos governadores que administraram o Paraná no período investigado (1919-1942), compreendendo o lugar dos mesmos como um lugar de produção de estratégias. Ainda neste capítulo, procurei trazer à tona os desdobramentos da administração dos padres lazaristas, bem como as estratégias utilizadas na gestão do padre Manoel Gonzales para que a congregação continuasse a frente da administração do Internato, para tanto utilizei como fontes as correspondências trocadas entre o Padre Gonzales e o superior dos lazaristas no Brasil, Padre Eugênio Pasquier e, por fim abordo as estratégias de Igreja Católica local para garantir o internato sob sua administração, redirecionando os padres lazaristas para administrar somente o Seminário São José e os Irmãos Maristas do Sul para administrarem o Internato.

No segundo capítulo abordo como se deu o ensino secundário regular no Internato imposto pelo regime republicano *versus* o sistema de cursos preparatórios e de exames parcelados herdados do período Imperial e, como foi o ensino secundário na instituição sob a inspeção federal. As fontes utilizadas para produzir este capítulo foram: os relatórios finais de cada série vistos pelo inspetor de ensino; o livro de matrícula; e alguns artigos da Reforma Francisco Campos (1931) e o prospecto do Internato do Ginásio Paranaense de 1928. Neste capítulo busquei evidenciar de que a aceitação do ensino secundário regular pelos alunos e pais de alunos, levou toda a chamada Primeira República para ser construída, sendo parcialmente aceita na década de 1930, bem como as estratégias utilizadas pelo governo Federal para coibir o sistema de estudos referentes ao ensino secundário herdados do regime Imperial.

No terceiro e último capítulo abordo sobre algumas práticas cotidianas da Instituição. Este capítulo está estruturado em duas partes a primeira referente as práticas pedagógicas dos professores e a segunda pelas práticas disciplinares dos alunos.

Para explicitar sobre as práticas pedagógicas da instituição recorri aos relatórios finais da 1ª a 5ª série da década de 1920 e 1930, os quais descrevem os conteúdos ministrados, cobrados em avaliações e também permitiram ter uma noção

do método utilizado pelos professores no processo de ensino aprendizagem e o quadro de horário, possibilitando identificar o número de aulas ministradas na semana para cada série bem como evidenciar as disciplinas existentes na década de 1920 e as que foram suprimidas e inseridas no currículo na década de 1930.

A partir das informações obtidas dos relatórios finais, no quadro de horários procurei contrapor esses dados com o que determinava a Reforma Francisco Campos, objetivando evidenciar a apropriação dos professores fizeram relativo a esta Reforma ao que tange a metodologia proclamada e o sistema de avaliação proposto, além de buscar trazer a tona como se processou a introdução do sistema de inspeção na instituição que segundo a Reforma Campos deveria ser mais pedagógico do que administrativo. Ainda nesta parte do capítulo abordo sobre a prática da Instrução Pré-militar demonstrando assim a presença do Exército no Internato por meio desta prática.

Quanto às práticas disciplinares dos alunos a tentativa foi de evidenciar que apropriação que eles fizeram do código disciplinar da instituição, para tanto foi utilizado o prospecto do código disciplinar da década de 1920 e 1930 e algumas correspondências trocadas entre alunos e seus pais. Pelo fato dos alunos não ocuparem um “lugar próprio” a eles só couberam as práticas gazeteiras, que para Certeau também são compreendidas como “táticas”. Para este historiador as táticas só têm por lugar o outro (estratégia) Por meio das práticas do ginásianos procurei trazer a tona, como eles jogavam e não aceitaram passivamente o que era imposto por meio do código disciplinar e da vigilância, mas sempre que puderam se colocaram como sujeitos de querer por meio das práticas denominadas desviacionistas para época (CERTEAU, 2007, p.47).

Quanto às práticas disciplinares dos alunos a tentativa foi de evidenciar que apropriação que eles fizeram do código disciplinar da instituição bem como fizeram o uso do tempo e do espaço mapeado pela instituição. Para tanto as fontes utilizadas foram: o prospecto do código disciplinar da década de 1920 e 1930; o quadro de horário, duas correspondências trocadas entre os ginásianos e seus familiares, as quais possibilitaram identificar como ginásianos se apropriaram do código disciplinar, bem como fizeram usos do espaço e do tempo.

CAPÍTULO I – INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE E SUAS TRÊS ADMINISTRAÇÕES: LAICA, LAZARISTA E MARISTA

1 O INTERNATO COMO INSTITUIÇÃO EDUCATIVA

A História dos internatos que serviram como instituição educativa no Brasil ainda está por ser realizada. Para essa investigação recorreremos alguns estudos sobre internatos que pudessem ajudar a compreender nosso objeto de estudo, o Internato do Ginásio Paranaense. Apesar de inúmeras consultas, poucos estudos foram encontrados sobre essas instituições de ensino.

No período colonial, identificamos que a definição de internato e seminário eram díspares. Os seminários eram definidos como instituições destinadas aos jovens que seguiam a carreira eclesiástica e colégios, aqueles destinados aos jovens estudantes leigos (LEITE, 1965, p.199). Entretanto, a existência de internatos no Brasil Colônia seguiu a orientação do Concílio de Trento. Este justificou a criação dessas instituições, para atender a um projeto específico de formação para o “sacerdócio, de modo que o colégio fosse seminário (sementeira) perpétuo de ministros de Deus” (SANTOS, 2000, p. 81). Na apropriação de Santos, o Concílio de Trento apontava que os leigos deviam receber educação semelhante ao dos futuros sacerdotes, nesse sentido, não havia diferença entre internato e seminário.

Ainda no Brasil colônia utilizava-se as seguintes denominações para internato: “recolhimentos” e “seminários”. Os seminários eram instituições educativas que acolhiam os filhos dos funcionários públicos, de senhores de engenho, criadores de gado, que matriculavam seus filhos nestes estabelecimentos devido à dificuldade de transportes nessa época. “Os recolhimentos” eram tipos de internatos que recebiam os indígenas e acolhiam, sobretudo, os filhos dos caciques, os quais serviam de garantia contra os ataques dos índios. Recebiam também, alunos brancos, mamelucos, órfãos e os filhos das famílias mais importantes. Entretanto, essa realidade mudou com a reforma pombalina (1759) quando se definiu a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias (SANTOS, 2000, p. 86).

De acordo com as obras consultadas sobre Internatos no Brasil, no período colonial imperou a existência de Internatos jesuíta (versão portuguesa) e lazarista de origem francesa.

O primeiro internato administrado pelos padres lazaristas no Brasil foi o Colégio de Caraça em Minas Gerais no ano de 1820, essa intuição, se tornou famosa pelo rigor disciplinar e por servir de modelo para a reforma do Seminário de São Joaquim, o qual se transformou no Colégio Pedro II, referência para a educação secundária brasileira na chamada Primeira República (SANTOS, 2000, p. 89).

No período do Brasil Imperial, os internatos continuaram a ser um meio para atender os jovens estudantes do interior de nosso país, por conta do número reduzido de escolas primárias e secundárias, fora dos grandes centros da época. A procura por essas instituições era realizada por “parte expressiva de alunos que vinham de famílias da antiga oligarquia canavieira, da nova burguesia cafeeira ou ainda de famílias de tradição pecuarista” (AZZI, 1997, p. 35). O internato desse período representava para os meninos uma porta de ingresso para sociedades urbanas. Essas instituições eram, em sua maioria, católicas e procuravam ofertar uma formação cristã à futura classe dirigente do Brasil (AZZI, 1997, p. 38).

No período da chamada Primeira República, recorri ao estudo do professor Dallabrida, o qual investigou o Ginásio Catarinense, seção do Internato e Externato da cidade de Florianópolis. O Ginásio Catarinense foi fundado em 1905 constituído inicialmente como uma instituição pública e que a classe política do Estado de Santa Catarina delegou aos padres jesuítas a sua administração, contrariando o ideal republicano que tinha como premissa a educação laica e pública (DALLABRIDA, 2000, p.48).

O Ginásio Catarinense foi cedido aos padres jesuítas por dois motivos: falta de recursos econômicos para mantê-lo e dificuldade para a obtenção de autorização de funcionamento junto ao governo federal. Os professores e alunos dessa instituição mostraram-se resistentes à presença dos padres jesuítas na administração, sendo que, as manifestações desses sujeitos ganharam espaço na imprensa da época (DALLABRIDA, 2001, p.35).

No estado do Paraná, a criação do Internato do Ginásio Paranaense (1919) teve uma trajetória um pouco diferente do que aconteceu no estado vizinho (Santa Catarina), como se diferencia também, de modo geral, em relação aos Internatos do Brasil Colônia e Imperial.

1.1 CRIAÇÃO E EQUIPARAÇÃO DO INTERNATO – GESTÃO LAICA

As autoridades políticas paranaenses no final da primeira década do século XX manifestavam a necessidade da criação de um Internato público masculino, para atender aos jovens do interior do Estado que desejassem cursar o ensino secundário regular, possibilitando que esses deixassem de freqüentar os cursos preparatórios e os exames parcelados⁴ (RANZI; SILVA 2006, p.155).

O processo oficial de criação do Internato do Ginásio Paranaense teve início em 1918 quando o professor Sebastião Paraná⁵ diretor do Ginásio Paranaense, sugeriu ao presidente do Estado, Dr. Affonso Camargo⁶ a criação do Internato para atender aos alunos do interior do Estado.

Para que o Internato viesse a ser uma realidade na cidade de Curitiba, o presidente do Estado do Paraná e a direção do Ginásio Paranaense encaminharam um requerimento ao Departamento Nacional de Ensino, sediado no Rio de Janeiro, solicitando a esse Departamento a criação do Internato como um anexo do Ginásio Paranaense. Nesse mesmo ano, as autoridades paranaenses receberam desse Departamento, a autorização de funcionamento do Internato do Ginásio Paranaense.

De posse dessa autorização de funcionamento, a direção do Ginásio Paranaense e o governo do Estado buscaram um espaço físico que correspondesse às exigências da época para que pudessem instalar os ginasianos.

⁴ Na segunda parte deste capítulo apresentamos a diferenciação entre o sistema de cursos preparatórios e de exames parcelados e o ensino secundário regular.

⁵ O professor Sebastião Paraná nasceu em Curitiba/PR, em 19/1/1864, e faleceu em 08/03/1938. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Foi Lente catedrático de Geografia Geral e do Brasil no Ginásio Paranaense seção do externato e também diretor desse estabelecimento de ensino e da Escola Normal de Curitiba, hoje Instituto de Educação. Atingiu, no magistério público, cargo de Diretor Geral de Ensino do Paraná, equivalente ao de Secretário de Educação. Em 1902, fez parte do Poder Legislativo Estadual, como Deputado. Como jornalista, foi diretor do Jornal "A Tribuna" e redator de "O Município" e "A República". Teve publicadas algumas obras, inclusive "História do Paraná". Sebastião Paraná, por ser espírita, prestou vários serviços à causa do Espiritismo. (Anuário do Ginásio Paranaense, 1929, p. 24) Cf., também (BALHANA et al., 1991, p. 41).

⁶ Nasceu em Guarapuava em 1873, faleceu em abril de 1958. Filho de Pedro Alves da Rocha Loures e Francisca de Camargo, mudou-se para Curitiba ainda jovem, onde foi promotor público e professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. Entrou para a política e elegeu-se deputado estadual diversas vezes, permanecendo no cargo de 1896 a 1907. Chegou a vice-presidente 1908/1912 e depois presidente do Estado do Paraná 1916/1920, como se chamava o título do governo estadual na época. Após o governo, entrou para o Congresso Nacional, primeiro como deputado federal 1921/1922 e depois como senador 1922/1928. Retornou ao Paraná para governar o Estado do Paraná mais uma vez, de 1928/1930 (Governadores do Paraná – período republicano – on-line).

A primeira sede do Internato do Ginásio Paranaense foi o Palacete José Loureiro⁷. Esse Palacete contava com dois pavimentos e um sótão, não era adequado para abrigar uma instituição de ensino como sugere a figura 1, motivo pelo qual recebeu reparos e adaptações que resultaram em instalações compatíveis para atender aos alunos internos.



FIGURA 1 – PALACETE JOSÉ LOUREIRO 1920
 FONTE: Acervo particular de Ernani Straube.

A imprensa local da época noticiou que a criação do Internato como mais um *luzeiro do saber*, sendo a seção do externato já recebia este adjetivo, Essa notícia evidencia que a criação do Internato foi motivo de orgulho para sociedade paranaense e ao mesmo tempo aponta a importância da criação de mais espaços educacionais no sentido de enfrentar de atenuar o problema do analfabetismo no Estado.

Em nosso século, de forte e sã pedagogia, quando essa ciência se multiplica na criação de estabelecimentos de ensino, é sempre com prazer que sabemos da fundação de mais um luzeiro do saber. E esse prazer é tanto maior quando lembramos que a porcentagem de analfabetos entre nós atinge à desconcertante proporção de 80%. Sentiríamos com isso desânimo si por outro lado não nos confortasse a certeza de que entre nós também há quem cuide em atenuar o fragello (Gazeta do Povo 03/03/1919).

Concomitante a definição do prédio que se destinaria ao Internato, a direção geral do Ginásio Paranaense trabalhou na busca da equiparação

⁷ Este palacete localizava-se na esquina das ruas Marechal Floriano Peixoto e Sete de Setembro. No ano de 1973 o palacete foi demolido e no local, hoje, encontra-se parte das instalações da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (STRAUBE, 1993,28).

dessa nova instituição ao Colégio Pedro II. Mas, o que se entendia por equiparação na chamada Primeira República?

Nessa época, todo estabelecimento secundário de ensino regular era equiparado ao Colégio Pedro II. A equiparação de um estabelecimento de ensino secundário significava: ter condições físicas, humanas e econômicas para adotar o mesmo currículo e a forma organizacional do Colégio Nacional ou Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, já que ele era referência para o restante do país (ANTUNHA (1980); DALLABRIDA (2001) RANZI & SILVA 2006); SILVA (1969). O sistema de equiparação foi introduzido por Benjamin Constant em 1890 por meio do decreto 981, o qual previa que:

Quando qualquer um dos Estados da República houver organizado estabelecimentos de ensino secundário integral, segundo o plano do Ginásio Nacional, darão os seus exames os mesmos direitos à matrícula nos cursos superiores.

De acordo com esse decreto, os alunos de Estados que não possuíssem ginásios equiparados deveriam rumar até o Rio de Janeiro para prestar exames no Colégio Pedro II, com a finalidade de obter a conclusão do curso secundário, pois nessa época a conclusão desse nível de ensino era o que possibilitava o acesso ao ensino superior.

O governo federal na chamada Primeira República, para equiparar um estabelecimento de ensino secundário, exigia no mínimo a frequência de 60 alunos durante dois anos; lentes catedráticos⁸ concursados efetivos e lentes substitutos; disciplinas obrigatórias conforme as normas do governo federal, podendo ampliar o seu currículo, e condições patrimoniais (RANZI; SILVA, 2006, 156-168).

Como o Ginásio Paranaense (seção do externato) já existia e havia conseguido sua primeira equiparação por meio do decreto nº. 5742, de 30 de

⁸ Lentes ou lentes catedráticos eram os professores que só recebiam essa denominação após ter provado, por meio de concurso, conhecer perfeitamente a teoria e a prática da disciplina. Para prestar concurso para lente catedrático o candidato devia reunir algumas condições, tais como: ter 21 anos completos, ter capacidade físico-moral, a idade devia ser comprovada por documento autenticado ou por justificação testemunhal feita legalmente. A capacidade física consistia na isenção de moléstia infecto-contagiosa ou repulsiva ou de defeito físico ou mental que incompatibilizasse com o exercício do magistério, provar-se-ia por atestado médico, com firma reconhecida por tabelião. Os lugares de professores de Desenho e Ginástica seriam preenchidos, independente de concurso (Decreto. 542. Art. 67. 1915).

outubro de 1905 e a segunda no ano de 1917⁹, a estratégia utilizada pela direção do Ginásio Paranaense e pelas autoridades locais foi a criação do Internato como um anexo desta instituição. Assim, o Ginásio Paranaense passou a ter duas seções: a do externato e a do Internato.

Com a finalidade de atender à exigência do governo federal quanto à criação e equiparação do Internato do Ginásio Paranaense, o governo do Estado do Paraná e a direção da instituição se utilizaram de algumas estratégias, a saber: para cumprir a exigência do mínimo de 60 alunos matriculados e freqüentes, a direção do Ginásio Paranaense somou o número das matrículas do Internato com as matrículas do externato, ultrapassando assim esse número.

No primeiro ano de funcionamento o Internato contou somente com 26 matrículas, mas somadas às 279 da seção do externato, extrapolou o mínimo exigido pelo governo federal¹⁰.

Quanto à exigência de lentes catedráticos concursados, a direção do Ginásio Paranaense nessa primeira fase (1919 -1924) aproveitou em parte o mesmo quadro de professores da seção do externato para a seção do Internato. Esse dispositivo só foi possível graças ao número reduzido de matrículas.

Devido ao número reduzido dos alunos do 4º e 5º tanto do Internato como da seção do externato, a direção geral do Ginásio Paranaense designou que os mesmos freqüentassem as aulas na seção do externato¹¹.

Na sequência do processo de implantação do Internato do Ginásio Paranaense, o governo nomeou o senhor Ermelino Agostinho de Leão para exercer o cargo de subdiretor e o senhor Hypólito Alves de Araújo para subsecretário, com função no Internato. No ano de 1920 o senhor Ermelino de Leão foi exonerado, pois solicitou se afastamento da vida pública e mudou-se para a cidade de Antonina. Para substituí-lo, em caráter de emergência, o governo nomeou o professor Julio

⁹ A Reforma Rivadávia Correa (1911-1915), no ano de 1911 decretou a desoficialização dos ginásios estaduais equiparados ao Colégio Pedro II, Entretanto, no ano de 1915, com A Reforma Carlos Maximiliano (1915-1925), retornou a exigência das equiparações aos ginásios estaduais. As escolas particulares novamente voltaram a ser proibidas de realizar exames para seus alunos, ficando esta responsabilidade somente para os ginásios estaduais equiparados (ANTUNHA, 1980).

¹⁰ O número de alunos da seção de externato foi obtido a partir da tese de doutorado de Martins, 2006; e a do Internato, a partir dos relatórios do subdiretor dessa instituição para direção geral do Ginásio Paranaense do ano de 1919 - 922, disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

¹¹ Informação extraída do relatório anual do Internato de 1924, produzido pelo vice-diretor e apresentado a direção geral do Ginásio Paranaense s/n.

Guimarães, o qual permaneceu no cargo até abril de 1921, nessa mesma data o governo nomeou o professor Olympio de Almeida (STRAUBE, 1998, p.1).

O senhor Olympio administrou o Internato até o ano de 1924, sendo o último gestor do período laico da instituição¹². Para assumir a subdireção do Internato, o professor Olympio assinou com o governo do Estado um contrato¹³. Nesse documento ficou estabelecido que o pagamento dos professores, aluguel do prédio, as despesas de água, luz e telefone eram de responsabilidade do Estado. Ao professor Olympio caberia a responsabilidade de contratação de pessoal para manter o Internato e a alimentação dos ginásianos. Para pagar tais despesas o subdiretor estava autorizado pelo Estado a cobrar mensalidades dos pais dos ginásianos.

De acordo com o contrato estabelecido, o valor cobrado dos alunos era de 1.000\$000 réis pela permanência dos alunos durante o ano letivo e mais a jóia¹⁴ 50\$000 réis. A anuidade deveria ser paga em duas parcelas, uma quando começava o ano letivo e outra no mês de julho. Entretanto, o subdiretor fazia algumas concessões, pois alguns pais alegavam a carestia de vida e pagavam a anuidade em até quatro vezes¹⁵.

Pelo contrato assinado entre a subdireção do Internato e o governo do Estado, a instituição só ofertaria bolsas de estudos quando o número de alunos regulares matriculados atingisse uma centena. Contudo, no ano de 1922, encontramos duas cartas de pais solicitando bolsas de estudos para seus filhos nesse mesmo ano e, embora o Internato contasse somente com 27 alunos matriculados, localizamos entre estes, um aluno bolsista.¹⁶

A notícia da criação e da equiparação do Internato ao Colégio Pedro II, veiculada pela imprensa e por intermédio dos alunos internos, espalhou-se pela cidade de Curitiba e pelo Estado. Em 1920, um ano após a sua criação, houve a

¹² Informação extraída do relatório final do Internato, do ano de 1924, produzido pelo senhor Olympio e apresentado a direção geral do Ginásio Paranaense.

¹³ Proposta de Contrato de Arrendamento do Internato do Ginásio Paranaense, oferecida ao Exmo.sr.dr. Presidente do Estado do Paraná no ano de 1921, pelo Sr. Olympio Candido de Almeida (Documento disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa).

¹⁴ A jóia correspondia ao pagamento da matrícula do aluno. Contrato estabelecido entre o subdiretor do Internato e o governo do Estado. Disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

¹⁵ O real ou réis no plural vigorou no Brasil do ano de 1833 a 1942. Não consegui identificar o poder de compra com os valores cobrados pela jóia e a mensalidade paga pelos pais dos alunos internos. Mas, aponto o valor extraído da carta do padre Gonzáles, na qual ele reportou ao superior dos padres lazaristas no Brasil, que devido a demissão do padre Souza ele teve que contratar um professor no valor de 250\$000 mês para ministrar as aulas do referido padre.

¹⁶ Internato do Ginásio Paranaense – Relatório apresentado a direção geral do Ginásio Paranaense no ano de 1922, disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

necessidade de ampliar o prédio por conta da demanda de matrícula, que quase triplicou em relação ao seu primeiro ano. Para atender a essa demanda, o proprietário do Palacete, senhor José Loureiro, construiu dois andares anexos ao palacete, com capacidade para atender a 120 alunos¹⁷.

A ampliação do prédio do Internato fez com que essa instituição, mais uma vez, fosse notícia na imprensa local. O Secretário do Conselho Superior do Ensino e ex-diretor do Internato do Colégio Pedro II, Dr. José Bernardino Paranhos da Silva, ao visitar o Internato ampliado, escreveu em seu relatório elogios quanto às condições de higiene e o tratamento familiar, comparando o Internato ao Colégio Pedro II quanto à sua estrutura física¹⁸.

Contudo, o aumento do número de alunos contribuiu para que a instituição passasse a enfrentar problemas disciplinares. Alguns desses problemas foram relatados pelo inspetor do Internato para a direção geral do Ginásio Paranaense por meio de informativos.

Um dos problemas disciplinares extrapolou o intramuros do Internato e foi parar no jornal local. Segundo o redator do jornal *O Dia*, em 03 de dezembro de 1924, um aluno procurou a redação desse jornal e relatou que: os inspetores do Internato praticavam tiro ao alvo quase que diariamente na instituição, colocando em risco a segurança dos internos. Para esclarecer tal fato, o professor Lysímaco Ferreira da Costa¹⁹, diretor geral do Ginásio Paranaense na época, abriu um inquérito administrativo, convocando os inspetores e alguns alunos para prestarem depoimentos.

¹⁷ Mensagem de governo de 1920, na qual o presidente Affonso Alves Camargo prestava conta das realizações do seu mandato (1916 -1920).

¹⁸ Jornal *O Dia*, de 10 de março de 1920

¹⁹ Foi educador paranaense que teve atuação nacional nas primeiras décadas do século XX (1883-1941), um intelectual que participou da modernização do ensino da província de Curitiba, tentando alçá-la no panorama nacional, trabalhando como engenheiro, químico, matemático e funcionário público, mais que isso, e principalmente, dedicando-se ao ensino e às instituições pedagógicas durante a maior parte de sua vida produtiva. O Professor Lysímaco Ferreira da Costa foi nomeado no Paraná o homem de sete instrumentos pelo fato de acumular cargos como: professor da Escola Normal, Professor do Ginásio Paranaense, Diretor da Escola Normal e do Ginásio Paranaense, Inspetor Geral do Ensino, Diretor Geral da instrução Pública, vice-diretor da Faculdade de Engenharia do Paraná, professor de Física do Curso de Engenharia Civil, estes foram alguns cargos acumulados simultaneamente pelo professor durante os anos de 1920-1928. Como organizador da Primeira Conferência Nacional de Educação, em dezembro de 1927, empenhou-se para garantir a participação dos professores paranaenses, das 109 teses apresentadas no evento, 20 eram de professores do Estado (RANZI & SILVA, 2004, p.155).

A instauração do processo administrativo fez com que novamente a instituição fosse notícia. De acordo com Jornal *O Dia*, de 05 de dezembro de 1924, o presidente do Estado e a direção geral do Ginásio Paranaense realizaram uma feliz intervenção no problema do Internato e tudo se encaminhava para resolver o incidente de maneira satisfatória.

De acordo com a ata do processo administrativo desse incidente, o inquérito aconteceu no edifício do Internato e contou com a presença do inspetor federal de ensino, do professor Lysímaco Ferreira da Costa e do secretário do Internato, José Conrado de Souza, este foi escrivão no processo administrativo.

Durante esse processo foram ouvidos os alunos que se encontravam no Internato no dia do incidente, assim como os dois inspetores envolvidos. Durante o interrogatório houve muitas contradições. Os alunos relataram que os inspetores não andavam armados, mas, que no domingo do dia 30 de novembro de 1924, esses dois funcionários deram tiros no pátio. Os alunos, que descansavam em seus quartos, desceram para verificar o que acontecia e perceberam que um dos tiros atingira a porta do refeitório e o projétil se instalara na madeira. Os inspetores, por sua vez, disseram pensar não haver alunos no estabelecimento neste domingo, por isso, testaram a arma que um deles havia adquirido. Esse fato fez com que a direção geral do Ginásio Paranaense e o subdiretor do Internato demitissem os dois inspetores.

Além desse processo administrativo, de acordo com o relato do inspetor do Internato à direção geral do Ginásio Paranaense, os alunos não obedeciam a sua voz de comando bem como alguns deles costumavam aborrecer os transeuntes.

Terminado o processo administrativo, a direção geral²⁰ do Ginásio Paranaense, juntamente com o governo do Estado, passou a procurar uma nova sede para o Internato. Possivelmente com o intuito de resolver os problemas expostos e manter o conceito que a instituição, em pouco tempo, construiu perante a sociedade curitibana e paranaense da época.

²⁰ Ressaltamos que o Ginásio Paranaense tinha uma direção geral para a seção do externato e internato e uma subdireção para o Internato, sendo ambas nomeadas pelo governo do Estado.

A procura pela nova sede foi realizada pela direção geral do Ginásio Paranaense, professor Lysímaco Ferreira da Costa, juntamente com o governador do Estado, Caetano Munhoz da Rocha²¹.

A subdireção do Internato não participou desta procura porque a mesma respondia somente pela administração e funcionamento relativos ao interior dessa instituição.

De acordo com o Quadro 1 é possível identificar que nos vinte e três anos de existência do Internato do Ginásio Paranaense, 14 anos foram administrados pelo Diretor geral do Ginásio Paranaense.

Mas devido ao aumento do número de alunos das duas seções do Ginásio Paranaense (internato e externato), fez com que o governo do Estado no ano de 1939 nomeasse para a seção do Internato uma direção própria.

QUADRO 1 – OS DIRETORES E SUBDIRETORES DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE ENTRE OS ANOS DE 1919 A 1942

Ano	Diretor do externato e internato	Subdiretor do Internato
1919	Sebastião Paraná	Ermelino de Leão
1920	Lysímaco Ferreira da Costa	Júlio Teodorico Guimarães
1921	Lysímaco Ferreira da Costa	Olympio de Almeida
1925	Lysímaco Ferreira da Costa	Padre Fernando Taddei
1929	Algacyr Munhoz Mäder	Padre Manoel Gonzalez
1930	Padre Francisco das Chagas Torres	Padre Manoel Gonzalez
1932	Guido Straube	Padre Manoel Gonzalez
1933	Guido Straube	Padre Manoel Gonzalez (o cargo de subdiretor passa a diretor)
1939		Irmão Marista Jean Raphael
1940		Irmão Marista Jean Raphael
1941		Irmão Marista Jean Raphael
1942		Irmão Marista Jean Raphael

FONTE: Revista da Academia Paranaense de Letras, v. 39, 1998, p.147/156.

Mesmo com direção própria, as ações da direção do Internato foram “tuteladas” pela direção do externato e pelo governo do Estado por meio de alguns dispositivos, a saber, a composição da Congregação e a nomeação dos professores, que será mais explorado na segunda parte deste trabalho.

²¹ Presidente do Estado do Paraná de 1920/1924 e de 1924/1928 (Períodos Legislativos na Primeira República. Portal do Senado Federal, 2008).

No final do ano de 1924, o diretor geral do Ginásio Paranaense e o governo do Estado acertaram com o bispo da diocese de Curitiba, Dom Francisco Braga, a nova sede do Internato, o qual passou a localizar-se no prédio do Ginásio Diocesano e Seminário São José, no bairro Batel, administrado pelos padres lazaristas²². Com a transferência do Internato do Ginásio Paranaense para esta sede, o Ginásio Diocesano deixou de existir, mas o Seminário São José permaneceu, de modo que os alunos do Internato do Ginásio Paranaense passaram a dividir espaço com os seminaristas.

Embora as fontes disponíveis não tenham apresentado evidências explícitas sobre manifestações ou rumores por parte de professores e alunos mostrando-se contrários à transferência do Internato para um espaço religioso, esse silêncio não nos impede de levantar a hipótese de que houve um movimento nesse sentido. Do total de 61 alunos matriculados no ensino regular do Internato, somente 35 alunos fizeram a transferência para nova sede, conforme o Quadro 2.

QUADRO 2 – NÚMERO DE ALUNOS DO INTERNATO NA TRANSIÇÃO DE UMA ORIENTAÇÃO LAICA PARA UMA ORIENTAÇÃO RELIGIOSA

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL
1924	26	22	08	03	03	61
1925	52	16	15	03	01	87

FONTE: Livro de matrículas do Internato do Ginásio Paranaense.

Embora o Quadro 2 demonstre que o número de alunos da primeira série dobrou no ano de 1925, cabe destacar que antes da chegada dos alunos do Internato do Ginásio Paranaense no Ginásio Diocesano e Seminário São José, o mesmo já matriculava alunos nos cursos preparatórios para os exames parcelados (esse assunto será explorado no próximo capítulo). Esse fator contribuiu para que o número de alunos da primeira série aumentasse, pois esse número correspondia ao número de alunos dessas duas instituições.

²² Os padres Lazaristas pertencem a Congregação de São Vicente de Paulo, são assim denominados porque, no século XVII, eles habitavam a casa de São Lázaro, em Paris. A presença dessa congregação no Brasil é desde o século XVII. Os padres Lazaristas abriram diversas frentes no Brasil, entre elas está o Colégio de Caraça do século XIX, em Minas Gerais. Os padres lazaristas que vieram para Curitiba, em 1896, eram do Colégio de Caraça. Vieram para o Paraná a convite do Bispo para administrarem o seminário São José, situado à Rua Comendador Araújo. Em 1904, o seminário ganhou nova sede, localizada à Rua Bispo D. José, 2674. Endereço que no ano de 1925 passou a ser do Internato do Ginásio Paranaense (SOUZA, 1999, p.13).

Ainda de acordo com o Quadro 2 observou-se que o número de alunos diminuiu a partir da 2ª série por ocasião da transferência de sede. Embora não tenha sido possível precisar a real causa desse decréscimo por falta de dados, infere-se a possibilidade de que muitos alunos tenham feito a transferência para o ao Ginásio Paranaense seção do externato ou para o Colégio Santa Maria. Embora o Colégio Santa Maria não funcionasse em regime de Internato, ofertava o ensino secundário para o sexo masculino e sua localização era mais central²³. Além do que, na década de 1920, o sistema de transportes na cidade de Curitiba ainda não atendia todas as regiões da cidade, não se pode descartar a possibilidade de que alguns alunos tenham se dirigido para essa instituição por conta da localização. Mesmo porque, nesta época, de acordo com os esparsos registros de origem dos alunos que estudavam no Internato, alguns deles residiam em Curitiba.

Outro fator a ser considerado é que por ocasião da transferência do Internato para um espaço católico, o professor Dario Vellozo²⁴ deixou de ministrar aulas neste estabelecimento, concentrando suas aulas somente na seção do externato.

Em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, segundo Campos (2002, p.9) “o Ginásio Paranaense e a Escola Normal foram palco de disputas entre o grupo anticlerical²⁵ e o laicato católico²⁶.” Alguns professores dessas duas

²³ O Colégio Santa Maria teve sua primeira sede na Rua XV de Novembro, às margens do Rio Belém, próximo ao Teatro Guaíra até 1983. Então se mudou para o espaço onde hoje se encontra nas proximidades do Parque São Lourenço (Histórico do Colégio Santa Maria, 2008).

²⁴ Pensador e escritor, nasceu no Rio de Janeiro em 26 de novembro de 1869 e aos 14 anos mudou-se para Curitiba. Na capital do Paraná desenvolveu intensa atividade intelectual. Foi professor de História do Ginásio Paranaense (seção do Internato e externato). Foi diretor e redator de revistas e jornais entre os quais *Ramos de Acácia*, *O Cenáculo*, *A Esphinge*, *Club Curytibano*, *O Electra* e *a República*, que no final do século XIX e início do século XX divulgavam a liberdade de pensamento e de concepção da arte. Em 1909, junto com o grupo de livres pensadores, composto por alunos e professores do Ginásio Paranaense, fundou em Curitiba o *Instituto Neo Pitagórico*. Esse Instituto, expressão social e jurídica do grupo neopitagórico, passou a sediar o Movimento Mundial do Pitagorismo. Em 1918, com a construção do *Templo das Musas*, também em Curitiba, fundamentou-se a estratégia social desse grupo no Paraná e no Brasil. O Instituto Neo Pitagórico promovia reuniões com a finalidade de iniciação de novo membro, administrativas, musicais e literárias ou até mesmo em homenagem a personalidades ou povos precedidos da leitura e comentário de trechos dos escritos de Pitágoras. Os irmãos neopitagórico divinizavam os gregos, mergulhavam na literatura e procuravam reconstruir o pensamento e o modo de viver dos antigos. Desejavam reprisar não somente as idéias, mas a arquitetura, o vestuário a até nomes pessoais. Em 1936, Dario Vellozo publicou o livro *Jesus Pitagórico*. Foi sua última produção antes de falecer, em 28 de setembro de 1937 (MURICY, Andrade, 1987. 32-37).

²⁵ O movimento anticlerical que, inspirado em determinadas correntes européias tais como a positivista e a darwinista, defendia a liberdade, o culto e a laicização do ensino público. Grande parte dos componentes desse grupo era de maçons, espíritas e esotéricos, que se uniram não só pela defesa de questões religiosas e filosóficas, mas para fazer frente às estruturas sócio-culturais e políticas há muito vigentes no cerne da sociedade paranaense de então (MARACH, 2007, p.13).

instituições citadas se posicionavam contra o processo de romanização da Igreja Católica²⁷ e defendiam uma educação laica, entre eles, Dario Vellozo, professor de História do Ginásio Paranaense (seção do internato e externato).

O grupo anticlerical e o laicato católico disputavam a formação intelectual e moral das novas gerações que frequentavam as escolas públicas, principalmente, os alunos do Ginásio Paranaense e da Escola Normal (CAMPOS, 2002, p. 9).

Essa disputa pode ilustrada pela autobiografia de Dom Jerônimo Mazzarotto, na qual esse religioso relata que, no período em que ele estudava no seminário, em 1910, havia muita gente contra a Igreja Católica, contra o clero.

Quando entrava um padre nos bondes de burro, os moços metidos a intelectuais, a engraçados diziam: hoje o bonde vai descarrilar! E o padre dizia: Não tenham medo, há muitos burros para colocar novamente o bonde nos trilhos (Dom Jerônimo Mazzarotto, 1981, p.5).

A hostilidade exemplificada pelo relato de Dom Jerônimo no que tange as relações entre estudantes e clérigos nas primeiras décadas do século XX em Curitiba, possibilitou para esta investigação ter uma noção de como se davam as relações entre dois grupos.

Nesse período os indícios da formação de grupos de intelectuais católicos leigos²⁸ na capital paranaense possibilitou um contraponto ao movimento anticlerical (CAMPOS, 2002, p.10).

²⁶ O laicato católico começou a se estruturar em 1926 por meio da fundação da União dos Moços Católicos de Curitiba e a criação da Revista "A Cruzada". Esses dois episódios marcaram o processo de constituição da intelectualidade leiga em Curitiba. Porém, desde 1924, encontrou-se indícios da formação de grupos de intelectuais católicos leigos. A instituição que deu início a esse processo foi o Grêmio Literário São Luiz. Essa agremiação, criada em 1924, estava vinculada à Congregação Mariana dos Jovens da Catedral, sob a orientação do Padre Antônio Mazzarotto. Não obstante, essa agremiação não chegou a promover uma intensa discussão em torno de projetos educacionais, ao contrário, nos demais círculos de cultura, criados em 1926, inicia-se um processo de estudos em torno da questão formativa. Entretanto, os fundadores e integrantes da agremiação São Luiz estavam alguns dos pensadores que idealizaram e criaram as demais instituições, a partir de 1926 (CAMPOS, 2002, p.10).

²⁷ Por processo de romanização entende-se a expansão da fé católica no Estado do Paraná a partir da criação da Diocese de Curitiba em 27 de abril de 1892. Para este processo, os arcebispos que se sucederam na Diocese de Curitiba contaram com o trabalho de sacerdotes, ordens e congregações religiosas, masculinas e femininas. Os quais passaram a difundir a fé católica em Curitiba e no Estado por meio de fundação do Seminário São José, de colégios e igrejas, Cf. CAMPOS, 2002; ANDRADE, 2002, BALHANA (1980).

²⁸ A instituição que deu início a esse processo foi o Grêmio Literário São Luiz. Dos Jovens da Catedral, sob a orientação do Padre Antônio Mazzarotto, não obstante, esta não chegou a promover uma intensa discussão em torno de projetos educacionais. O que define os indivíduos que intervêm nos episódios da cultura, como intelectuais, é a capacidade de organizar o tecido social, refletir sobre

Até o ano de 1924, as intervenções católicas em relação ao movimento anticlerical no âmbito do Ginásio Paranaense estavam centradas na pessoa do padre Desidério Deschand²⁹. No entanto, a partir de 1926, com a estruturação do laicato católico por meio da fundação da União dos Moços Católicos de Curitiba e a criação da revista *A Cruzada*, a disputa passou a centrar-se nesses novos espaços compostos de intelectuais católicos.

Em Curitiba, na chamada Primeira República, a política educacional da Igreja Católica encontrava-se voltada, quase que totalmente, à educação feminina. Sendo que das 15 instituições de ensino católicas existentes na cidade (Anexo 1) somente 4 atendiam ao público masculino.

O Colégio Bom Jesus, fundado em 1896 pela *Ordem dos Padres Franciscanos*, ofertava o ensino primário para meninos. O Colégio Santa Cândida fundado no ano de 1924 pelas Irmãs Franciscanas da Sagrada Família, também ofertava o ensino primário para meninos. Em 1925 a Congregação dos padres lazaristas passou a administrar o Internato do Ginásio Paranaense e nesse mesmo ano os Irmãos Maristas fundam o Colégio Santa Maria em regime de externato. Essas duas últimas instituições eram voltadas para o público masculino do nível secundário.

No início do século XX, em Curitiba, o número de escolas católicas não avançou muito, em parte porque o movimento anticlerical encontrava-se fortalecido como reação ao processo de romanização da Igreja Católica. Por outro lado, em meados de (1924-1928) essa realidade entre católicos e anticlericais parece ter se modificado e a oposição entre dois grupos arrefeceu-se, pois segundo Boschilia (2002, p. 58):

[...] o governo do Estado possibilitou condições favoráveis ao grupo católico. No plano educacional, a política adotada pelo governador Caetano Munhoz da Rocha voltou-se às questões conflituosas entre os grupos locais. O governador escolheu Lysímaco Ferreira da Costa para assessorar nas questões do ensino, mais propriamente do ensino secundário (BOSCHILIA, 2002, p.58).

si mesmos e sobre a relação com a sociedade. De acordo com essa definição o movimento intelectual dos católicos leigos pretendia sistematizar projetos formativos, no Paraná através da criação de diversos ambientes culturais disseminadores do ideário católico no Estado. (CAMPOS, 2002, p.5 -10).

²⁹ Este religioso foi um dos principais líderes da Igreja Católica no Paraná no final dos oitocentos e nas primeiras décadas dos novecentos (CAMPOS, 2002, p.16).

O professor Lysímaco, embora tivesse em sua formação influência do positivismo e defendesse o ensino público e laico, era um homem respeitado pelo clero local. Isso de certo modo favoreceu sua atuação na articulação da transferência do Internato para o espaço católico. Após ele ter acertado o aluguel do prédio que abrigaria os ginásios entre o governo do Estado e o arcebispo, tratou de entrar em contato com o superior dos padres lazaristas no Brasil, sendo que esse contato foi intermediado pelo arcebispo de Curitiba.

Meu querido prezado Senhor Padre Pasquier.[...] É portador destas linhas o verdadeiramente distinto professor Lysímaco Ferreira da Costa, diretor do Gymnásio Federal em Curitiba³⁰ e pessoa da maior confiança do Senhor presidente do Estado. É este como Padre Revmo não o ignorará, um ótimo católico, e quem, bom como nós outros todos, grandemente lhe dói não estarmos a frente da seção do Internato. Recorreu, pois ao senhor presidente o pensamento de transferir o Ginásio Internato para sede do Seminário São José e condecorar este com os respectivos privilégios, vantagens do Gymnásio Federal no Paraná, etc.etc. Esta o padre Taddei mais que disposto a corresponder a religiosa idéia do senhor presidente, si o Padre Revmo não designar de conceder a aprovação. E para que esta emane, como é natural que deva emanar do pleno conhecimento de todos os pormenores, Peço a bondade de ouvir atentamente o professor Lysímaco (Carta escrita por Dom Francisco Braga, em 17/02/1925 ao superior dos Lazaristas no Brasil).

Embora a carta de Dom Braga sugira que o professor Lysímaco estava à frente da negociação do Internato pelo fato de ser um católico praticante, os estudos de Abreu (2007) sugerem relativizar a sua atuação como um intelectual católico.

[...] embora conste que o professor Lysímaco tenha sido formado num ambiente católico e tenha educado os filhos nos princípios do catolicismo, ele deixou a sua fé para o âmbito privado, a convicção religiosa deveria habitar as intimidades das consciências. Em relação à educação distanciou do movimento católico, porque teria restringido a sua luta em defesa da instrução religiosa e da introdução do ensino religioso nas escolas oficiais, deixando de lado questões importantes em torno da escolarização. O Projeto de Lysímaco, em que a ciência falava mais alto, era para ele, mais amplo (ABREU, 2007, p.171).

Portanto, o fato de o professor Lysímaco ter mediado a negociação da transferência do Internato para um espaço católico, tal fato se deu por sua relação com as pessoas pertencentes ao grupo católico em Curitiba, essa mediação indica uma razão mais política do que religiosa. Nessa mediação o professor Lysímaco

³⁰ Os Colégios Públicos Estaduais da chamada Primeira República aparecem em algumas fontes com a denominação de Colégio Federal, para fazer menção de que este estabelecimento era equiparado ao Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, o qual era referência para os demais estabelecimentos de ensino secundários do país.

conseguiu a licença para que os padres lazaristas do seminário administrassem o Internato.

De acordo com as correspondências dos padres lazaristas enviadas ao padre Eugênio Pasquier (superior dos padres lazaristas no Brasil), o governo do Estado e o professor Lysímaco escolheram os padres lazaristas para administrarem o Internato, porque na percepção deles, os lazaristas tinham certa tradição em trabalhar em regime de Internato, pois alguns padres do Ginásio Diocesano e Seminário São José eram oriundos do Colégio de Caraça em Minas Gerais. O Caraça funcionava em regime de Internato e a partir do ano de 1853 passou a ser administrado pelos padres lazaristas franceses.

1.2 PADRES LAZARISTAS NA ADMINISTRAÇÃO DO INTERNATO

No ano de 1925, o Internato do Ginásio Paranaense, por decreto do governador Caetano Munhoz da Rocha, foi transferido para o prédio do Ginásio Diocesano e Seminário São José³¹, situado na Rua Bispo Dom José nº. 2774, no bairro Seminário.



FIGURA 2 – INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE DE 1925

FONTE: Acervo particular de Ernani Straube

A Nova sede do Internato situava-se no antigo caminho do Mato Grosso. Este caminho partia do Rio Ivo, na povoação de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, seguia em direção aos Campos Gerais (HELLMANN, 2001, p.12). Conforme a figura

³¹ O prédio do Seminário São José foi inaugurado no ano de 1901, pelo Bispo Dom José de Camargo Barros. Foi bispo da diocese de Curitiba entre 1894 e 1904.

2 é possível observar que, na época, eram poucas as construções no entorno do novo endereço do Internato.

A nova sede do Internato ficava distante do centro da cidade, era considerado um lugar privilegiado pelos pais de alunos que desejassem um espaço tranquilo de estudo para os ginasianos.

Para chegar até o Ginásio Diocesano São José e Seminário São José tomava-se o caminho do Rocio, como era conhecido o trajeto que o bonde elétrico fazia da Praça Osório até o edifício do Seminário. A linha fora estendida até o Seminário, em 1903, quando os bondes ainda eram tracionados por animais. Essa linha de bondes era conhecida carinhosamente como o bondinho do seminário. Isso porque o ponto final do bonde era um pouco adiante do Seminário (HELLMANN, 2001, p. 111).

Segundo a propaganda do Internato em meados da década de 1920, o novo endereço possuía um espaço muito amplo, a área externa contava com pomar, horta, água potável e um espaço para que os alunos internos pudessem jogar futebol.

A área interna contava com diversos compartimentos que podiam ser utilizados como sala de aula e dormitórios. Embora a capacidade do prédio fosse para 400 alunos, no período (1925-1942) em que o Internato funcionou sob a subvenção do Estado, o total de alunos de ensino secundário regular chegou a 200 no ano de 1942.

Nesse novo espaço, o padre Fernando Taddei foi nomeado subdiretor do Internato pelo governo do Estado, por meio do decreto 364 do ano de 1925.

Após ter concluído a transferência de sede do Internato, o professor Lysímaco Ferreira da Costa buscou resolver outra dificuldade: a reorganização do Internato. Nesse sentido, encaminhou, ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, um requerimento, pedindo autorização para tal e propôs as seguintes medidas.

a) corpo docente próprio; b) nomeação de livre escolha do Governo dos primeiros professores, independente de concurso; c) sujeição do Internato as normas ditadas pelo regimento interno do Colégio Pedro II, sem prejuízo dos privilégios da equiparação ao Colégio Modelo. (Parte do requerimento de Lysímaco da Costa enviado ao Ministro da Justiça e Interiores, 1924).

A nomeação de um quadro próprio de professores para o Internato resolvia, em parte, a sobrecarga dos professores do Ginásio Paranaense os quais

ministravam aulas também na seção do Internato e na Escola Normal³². Segundo Martins (2006), o número de alunos da seção do externato nas primeiras décadas do século XX aumentava ano a ano. Por ocasião da criação do Internato em 1919, a seção do externato contava com 279 alunos matriculados no ensino secundário regular. Sendo que no ano de 1925, por ocasião da mudança de sede do Internato, a seção do externato perfazia um total de 298 alunos regulares e, em 1939 o total de alunos chegou a 1110 matriculados regularmente no ensino secundário e no ano de 1942, esse total saltou para 1491 alunos³³. Esse aumento de alunos na seção do externato sugere que os professores do Ginásio Paranaense tinham que se desdobrar para preparar aulas, corrigir provas e atender os alunos das três seções citadas.

Diante do exposto, a solicitação do professor Lysímaco foi atendida no ano de 1925 pela assembléia legislativa do Paraná por meio da lei 2.362, a qual autorizou o Estado a remodelar a seção do Internato. A partir dessa lei, a direção nomeou lentes e professores necessários sem que eles precisassem prestar concurso, mas a instituição deveria continuar a observar o regulamento do Colégio Pedro II.

A nomeação dos professores Padre Olympio de Oliveira e Souza, para cadeira de Português; padre José Bonifácio Leite, para Latim; Padre Manoel Gonzáles, para Francês; cidadão José Bonhse, para alemão e Inglês; Padre Jerônimo Mazzarotto, para Geografia, Corografia e Cosmografia; Padre Francisco Torres, para Aritmética e Álgebra; Amílcar Silva para Geometria e Trigonometria, Padre Fernando Taddei para História Universal e do Brasil; engenheiro geógrafo Benjamin Mourão, para a Física e Química; Padre Francisco Souza, para História Natural e o Padre Luiz Mielle, para Lógica e Psicologia, aconteceu por meio do decreto 363 de 31 de março (PARANÁ - Lei 2362 de 1925).

O quadro de professores nomeados a partir do referido decreto era, em sua maioria, constituído por padres e os poucos não religiosos foram gradativamente sendo substituídos por padres. Os professores nomeados tinham as mesmas

³² A Escola Normal desvincula-se do Gymnásio Paranaense no ano de 1922, com a inauguração de sede própria, na Rua Emiliano Pernetá, atual Instituto de Educação (Memória & História do CEP, 2009).

³³ Números extraídos de Straube (1980, p.31) e de Martins (2006, p.28). As datas apontadas devem-se à trajetória do Internato enquanto uma instituição pública. 1919, ano de criação do Internato; 1925, ano de transferência do Internato para administração dos padres lazaristas; 1939, ano em que a instituição passou a ser administrada pelos Irmãos Maristas e, finalmente, no ano de 1942, quando a instituição deixou de ser subvencionada pelo Estado.

obrigações que os professores concursados quanto às aulas, porém, não dispunham dos mesmos direitos. Uma vez que o decreto 542, de 1915, previa que somente os lentes concursados poderiam participar da congregação, ou seja, do conselho do Ginásio, o qual determinava a estrutura e funcionamento da instituição em todos os seus aspectos. Nesse sentido os professores nomeados não podiam participar das decisões do Internato, pois somente lentes catedráticos do externato estavam legalmente autorizados a fazê-lo.

Evidenciamos que a nomeação dos oito padres para ministrar aulas no Internato era muito significativa para a diocese de Curitiba como também para a Congregação Lazarista. Como os padres lazaristas faziam voto de pobreza, a maior parte do provento deles era revertida para os cofres da Congregação. Essa renda, somada ao aluguel do prédio pago pelo Estado à diocese de Curitiba, contribuía para a obra e propagação da fé católica por meio de construções de novos seminários e a formação de novos sacerdotes.

A nomeação dos padres para exercerem o cargo de professores e a não abertura de concurso público para professor no Internato, de certa forma pode ser considerada uma estratégia do Estado, pois este, por meio da Direção geral do Ginásio Paranaense e das decisões da Congregação, procurou manter o Internato sob sua “tutela”.

Além disso, a nomeação desses religiosos católicos na década de 1920 também resolvia em parte o problema do Estado quanto à falta de professores habilitados a ministrar aulas no ensino secundário. Nesta época não existia uma formação específica para o professor³⁴. O que garantia o título de lente era o curso superior e uma sólida formação geral, a qual consistia em muita leitura e conhecimento sobre o conteúdo ministrado.

Os padres lazaristas na sua maioria tinham o curso superior de Teologia ou de Filosofia. Nesses cursos os religiosos tinham uma boa formação em disciplinas como: o Latim, a Filosofia e o Francês. Entretanto, outras disciplinas como, por exemplo, física e química exigiam, além da formação do seminário, uma formação

³⁴ Somente na década de 1930 é que se criaram no Brasil as primeiras faculdades de Educação voltadas para uma formação específica para o professor. No ano de 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, incorporando faculdades públicas da capital paulista e no ano de 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal, por iniciativa de Anísio Teixeira. A UDF dura apenas até 1939, mas será o embrião da futura UEG (Universidade Estadual da Guanabara), atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ (SAVIANI, 2007, p.217).

mais aprofundada relativo a especificidade da disciplina o que nem sempre acontecia. Em uma carta enviada pelo padre Manoel Gonzáles ao superior dos lazaristas no Brasil, ele relatou que o padre responsável pelas aulas de física apresentava dificuldades ao trabalhar com esta disciplina.

Entre religiosos nomeados professores, destaca-se o padre Luiz Miele, este religioso, além de ministrar a disciplina de Lógica e Psicologia, este religioso contava com uma sólida formação intelectual, o que lhe permitia atuar em diversos campos do conhecimento. Ele teve um papel ativo no Internato e na comunidade curitibana em prol do catolicismo (carta do padre Gonzales ao superior dos lazaristas no Rio de Janeiro em 1929).

O padre Miele foi um dos principais mentores da criação do Círculo de Estudos Bandeirantes³⁵, em 1929. Esse centro cultural tinha como objetivo “congregar a juventude católica, mas por outro lado este espaço também se constituiu no principal espaço de debate intelectual da filosofia e da teologia católica” (CAMPOS, 2005, p. 175).

O Círculo de Estudos Bandeirantes fazia parte do movimento clerical desse período, o qual se somou (re) organização o catolicismo em Curitiba iniciada pela presença e trabalho das primeiras congregações religiosas, do estabelecimento e manutenção do Seminário São José e pela fundação de diversos colégios confessionais.

Este movimento clerical combatia o movimento anticlerical, o qual era movido pelos ideais da corrente positivista e darwinista e, defendia o também o ensino Laico e público. Para Igreja Católica essas correntes provocavam na sociedade um distanciamento da fé.

Segundo os estudos das historiadoras Mônica Velloso (1978) e Lúcia Lippi Oliveira (1980), a Igreja Católica e parte da sociedade, acreditavam que a crise

³⁵ O Círculo de Estudos Bandeirantes foi fundado no dia 12 de setembro de 1929, pelos onze jovens idealistas deste espaço, sendo eles: Antônio de Paula Rodrigues, Benedicto Nicolau dos Santos, Bento Munhoz da Rocha Netto, Carlos Araújo de Brito Pereira, José de Sá Nunes, José Farani Mansur Guérios, José Loureiro, Padre Luiz Gonzaga Miele, Pedro Ribeiro Macedo da Costa e Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas. Esse grupo formou o que Campos (2005) denominou em seu estudo de Laicato Católico. O Círculo dos Bandeirantes foi fundamental à Igreja Católica dos anos de 1920 e 1930, no que se refere à disseminação do pensamento católico na cultura paranaense.

espiritual das primeiras décadas do século XX era resultado das transformações³⁶ que o país estava atravessando, sendo muitas delas impostas pela modernidade.

Para fazer frente a esse arrefecimento espiritual, o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, orientou os religiosos católicos a se aproximarem do Estado estabelecendo laços de amizade com os políticos e, posteriormente, criar espaços intelectuais e culturais com o objetivo de recuperar o espaço na educação e de reconquistar privilégios perdidos com o fim do regime de padroado³⁷ (RODRIGUES, 2005, p.114).

Seguindo a orientação de Dom Leme foram criados alguns espaços intelectuais tais como: revista *A Ordem* (1921)³⁸ e o Centro Dom Vital (1922)³⁹, sob

³⁶ [...] no plano econômico a crise do setor agrário voltado para exportação; aceleração dos processos de industrialização e urbanização; crescente intervenção do Estado em setores-chaves da economia. No plano social a consolidação da classe operária e dos empresários industriais, expansão de profissões de nível superior; no plano político: revoltas militares, declínio político da oligarquia agrária, atrelamento da Igreja Católica ao Estado, expansão dos aparelhos do Estado. No plano cultural: a criação de novos cursos superiores, expansão da rede de instituições culturais públicas etc. (MICELI, 1979, p.16).

³⁷ Padroado é a designação do conjunto de privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal e da Espanha. Eles também foram estendidos aos imperadores do Brasil. Tratava-se de um instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). No período colonial, as atribuições e jurisdições do padroado eram administradas e supervisionadas por duas instâncias juridicamente estabelecidas no Reino português: a *Mesa de Consciência e Ordens* e o *Conselho Ultramarino*. A primeira criada pelo rei Dom João III em 1532, julgava, por mandato papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às “causas de consciência” (práticas religiosas especialmente). A segunda tratava mais dos assuntos ligados à administração civil e ao comércio. Faziam parte de ambas, delegados reais, geralmente doutores em teologia, nomeados pela Santa Sé. A união indissociável entre a Igreja Católica e o Estado português e o espanhol marcou a ação colonizadora destes dois reinos em disputa pela hegemonia no comércio mundial no início dos Tempos Modernos e também as ações pastorais de atrair à fé católica os povos nativos das terras conquistadas, e ainda, a luta contra o avanço do protestantismo. O fim do regime de padroado no Brasil se deu com a instauração da República em 1889. Cf. Eduardo HORNAERT (org.) (1983), Ronaldo VAINFAS (2000) e Ney DE SOUZA (org.) (2003) (HISTEDBR. glossário/padroado, 2008).

³⁸ A revista *A Ordem* foi criada no ano de 1921 e fazia parte do projeto de romanização da Igreja Católica. Essa revista contou com a participação de pensadores ligados à Igreja Católica, destacando-se figuras como Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde), Leonardo Van Acker, Gustavo Corsão, Jonathas Serrano, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, entre outros, que estabeleceram um campo fecundo para a discussão e a crítica formal contra os preceitos do liberalismo, do socialismo e da renovação do ensino. *A Ordem* tornou-se ponto de referência, contribuindo para a formação intelectual de religiosos e leigos. “Através do Centro Dom Vital e de seu órgão, *A Ordem*, D. Leme e Jackson [de Figueiredo] procuraram estimular, mobilizar e aumentar a influência da Igreja, visando à elite intelectual do país” (Bruneau, 1974, p. 88).

³⁹ O Centro Dom Vital foi criado em 1922 por Jackson de Figueiredo. O objetivo deste centro era atrair a intelectualidade leiga católica brasileira. O objetivo do Centro era de apostolado, para isso havia semanalmente reuniões, palestras e discussões. Após a morte de Jackson em 1928, o Centro passa às mãos de Alceu Amoroso Lima (RODRIGUES, 2005, p13).

a direção de Jackson Figueiredo, o Círculo de Estudos Bandeirantes (1929), como sugerem os estudos de Campos (2002) fazia parte deste projeto nacional.

Contudo, a revista *Ordem* e o centro Dom Vital tiveram expressão político-social no país somente no final da década de 1920, quando Alceu Amoroso de Lima⁴⁰ assumiu a direção destes espaços.

No Paraná o padre Miele seguindo a orientação de Dom Leme convidou o governador, Caetano Munhoz da Rocha para fazer parte do Círculo dos Bandeirantes. Na gestão deste governador percebeu-se certo avanço no processo de romanização do Estado, pois, foi no governo dele que se deu a fundação as dioceses de Ponta Grossa (1926), Jacarezinho (1926) e a construção do Seminário São José na cidade de Irati (1928).

A aliança entre Estado e Igreja Católica no final da década de 1920 interessava a ambos, pois o Estado buscava legitimar seu poder com o aval da Igreja, e a Igreja esperava que o Estado se tornasse um instrumento de colaboração no processo de constituição de seus valores na sociedade brasileira (CAMPOS, 2002).

A igreja Católica dando seqüência na sua estratégia permitiu que alguns padres se candidatassem a cargos políticos, pois estes poderiam defender os interesses da mesma por meio da política. No período investigado, destaca-se a proposição do padre deputado Alcedino Pereira ao que tange a inserção do ensino religioso (facultativo) currículo das escolas públicas paranaenses, porque segundo ele:

[...] A idéia de religião não pode ser separada da idéia da pátria. A pátria é a tradição. Pela tradição da pátria forma-se a consciência dos povos e da tradição da consciência nasce a pequenina partícula do lar que origina o bloco homogêneo da nacionalidade. Pela tradição o Brasil é catholico. O ensino da religião catholica é o complemento do ensino da História do Brasil [...] (Relatório de governo de 1923, p.162).

No discurso do padre deputado Alcedino vincula a idéia de pátria à primazia da religião católica. Mas, a bancada anticlerical pautada na legislação federal

⁴⁰ (11/12/1893-14/8/1983), conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde. Converteu-se ao catolicismo em 1928 e tornou-se presidente do Centro Dom Vital e da Revista *Ordem*, organizações de prestígio no meio católico. Na década de 30 firmou-se como o mais influente pensador católico brasileiro. Democrata-cristão preside de 1935 a 1945, a Ação Católica Brasileira, grupo com militância política (Biografia de Alceu Amoroso de Lima disponível na Biblioteca Virtual).

argumentou e vetou o projeto do ensino religioso nas escolas públicas primárias e secundárias do Paraná (BOSCHILIA, 2002). Pois, a inserção do ensino religioso feria os pressupostos republicanos na defesa da escola pública e laica.

Apesar, dos estudos Boschilia (2002) sugerirem que parte do movimento anticlerical nesse período tornou-se mais ameno, pois segundo esta pesquisadora o governo Caetano Munhoz da Rocha canalizou por as ações de movimento para causas sociais relativo aos problemas da mendicância e da velhice decorrentes do fenômeno da urbanização. A resposta da bancada da assembléia legislativa a proposição do padre deputado Alcedino Pereira sugerem que ecos do anticlericalismo ainda se faziam presentes na capital paranaense.

1.2.1. Ginasianos e Seminaristas da Convivência a Separação

Por ocasião da transferência de sede em 1925 os alunos seculares do Internato do Ginásio Paranaense passaram a compartilhar com os seminaristas o mesmo espaço institucional. Entretanto, já era uma tradição⁴¹ dos padres lazaristas em manter o mínimo de contato entre os alunos seculares e os seminaristas e por isso somente permitia a convivência durante as aulas, o restante das atividades acontecia em horários distintos. “Essa foi uma medida dos padres lazaristas, no intuito de que um número maior de seminaristas prosperasse no sacerdócio” (relato oral de Dom Pedro Fedalto, 2008).

Em 1934 papa Pio XI, preocupado com a formação dos futuros sacerdotes, recomendou para os estabelecimentos católicos que mantinham alunos seculares e alunos seminaristas, que os separasse de forma definitiva, pois segundo o relato oral de Dom Pedro Fedalto⁴² a ocupação do mesmo espaço institucional por ginasianos e seminaristas há muito tempo era tolerada pela Santa Sé.

Entretanto a separação dos seminaristas dos alunos seculares não aconteceu no ano de 1934, basicamente por dois motivos: primeiramente Dom Francisco Braga (bispo da diocese de Curitiba entre 1926 e 1935) encontrava-se bastante adoentado e idoso. O segundo fator deve-se ao fato de que naquele momento, era quase impossível separar os seminaristas dos ginasianos de imediato, porque a Diocese

⁴¹ Desde 1914, funcionavam na mesma instituição o Colégio Diocesano, o qual ofertava cursos preparatórios para os alunos seculares e o Seminário São José, voltado para formação dos futuros sacerdotes.

de Curitiba não dispunha de um lugar específico para os seminaristas e o governo do Estado também não dispunha de outro local para alojar os ginasianos do Internato. Assim a separação entre ginasianos e seminaristas foi adiada.

Contudo com a chegada do novo arcebispo no ano de 1936, Dom Eusébio Ático da Rocha, iniciou-se um trabalho para pôr em prática a recomendação papal referente à separação dos seminaristas e dos ginasianos. No ano de 1938 os seminaristas mudaram provisoriamente para a casa episcopal, enquanto era construído o novo seminário no terreno ao lado do prédio do Internato do Ginásio Paranaense.

A separação institucional entre ginasianos só aconteceu para cumprir a determinação papal, pois a aliança entre a Igreja Católica e o Estado, na década de 1930, sugere que estas duas instituições consideravam a relação laica e religiosa salutar no processo educacional.

Isso pode ser evidenciado também no relato do discurso do ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, o qual por ocasião da apresentação do decreto do ensino religioso, em 1936, apresentou esse ensino como "uma verdadeira revolução no campo da educação". Tanto a Igreja Católica como o Estado na década de 1930 percebiam no ensino religioso uma possibilidade de reforçar com os alunos valores como "a religião, a pátria e a família", que segundo o Ministro Francisco Campos não era mais trabalhado pela nova proposta de ensino pautado no domínio da técnica, do processo e dos métodos (CAPANEMA, 2001, p. 202).

Para o governo Vargas, atender aos interesses da Igreja Católica no bojo das discussões da política educacional significava comandar o apoio de um grupo influente na sociedade. Além disso, do ponto de vista ideológico, a Igreja Católica era uma companheira necessária ao combate dos princípios políticos do comunismo. A Igreja Católica nesse período definia o comunismo como inimigo da religião e promotor do terrorismo (RODRIGUES, 2005, p.176).

Nesse sentido, a opção de separar institucionalmente ginasianos e seminaristas segundo Dom Fedalto (2007) só aconteceu porque a Igreja católica tinha como meta a formação de mais sacerdotes para atuar no trabalho da propagação da fé católica, e segundo este religioso a convivência entre ginasianos e

⁴² *Idem*

seminaristas faziam com que muitos seminaristas nos prosperassem no sacerdócio. Estes dados expostos aludem que a atuação dos futuros sacerdotes e atuação dos mesmos nas diferentes cidades do Estado do Paraná contribuiria para a propagação de um discurso anti-socialista.

Não podemos aceitar o socialismo e muito menos o socialismo integral. [...] O erro do materialismo histórico e da luta de classes, os exageros de outras teses secundárias, fazem desse conjunto de doutrinas um corpo perigoso de se lidar e que exige um exame muito cuidadoso das teorias e das doutrinas destruidoras da Pátria e das famílias [...] a educação deve ser pautada por um sentido de formação nacional [...] A igreja Católica com guarda do bem comum espiritual tem direitos e deveres em matéria de educação, e em tudo o que afetar os destinos imortais da alma (Lima, 1936, p.76 - 78).

Como sugere a citação de Alceu Amoroso de Lima, o socialismo tinha como finalidade a formação de um homem novo de uma nova Pátria – a Pátria socialista. Em face disso, o Estado e Igreja Católica deviam aliar-se para combater a construção dessa pátria pautada nos princípios socialistas. Para Alceu Amoroso de Lima “Educação não devia ser superior ou anterior aos pressupostos da família e dos princípios da Igreja Católica” (Rodrigues, 2005. p.168). Nesse sentido, a educação pautada nos princípios católicos passou a ser defendida como uma possibilidade de combater as ideias socialistas.

1.2.2. Concurso para Professor: A Expectativa de um Padre Lazarista

Como já foi exposto neste trabalho, a atuação dos padres lazaristas nas salas de aula era para ser provisório, uma vez que eles foram nomeados e não prestaram concurso para exercer a função de professor. Nesse sentido, caso o Estado viesse a realizar concurso os mesmos poderiam perder essa função.

O padre lazarista, Jerônimo Mazzarotto na intenção de continuar atuando junto aos alunos prestou concurso para professor da instituição, segundo ele, para combater as idéias dos anticlericais que eram inculcadas na cabeça dos alunos do Ginásio Paranaense (MAZZAROTTO, 1981, p.16).

Embora o Padre Jerônimo Mazzarotto estivesse sido nomeado pelo governador do Estado Caetano Munhoz da Rocha em 1925, por meio do decreto 363, para ministrar as aulas de Geografia, Corografia e Cosmografia no Internato, ele não era efetivo. Assim, no ano de 1929, quando abriu no Ginásio Paranaense a

cadeira de Filosofia e de História da Filosofia, o governo realizou um concurso para preencher a mesma. Como não havia nenhuma restrição sobre a participação de padres, Dom candidatou-se para prestar concurso e suprir essa cadeira.

De acordo com, Dom Jerônimo, ele prestou concurso com a intenção de preencher a vaga e continuar a garantir espaço entre os ginasianos, pois, segundo ele para continuar exercer influências benéficas e tirar da cabeça as idéias erradas e falsas que os ginasianos tinham dos padres. E, especialmente, para a Igreja Católica contrapor aquela onda de anticlericalismo que existia no Ginásio Paranaense Seção do externato.

Dom Jerônimo, em sua autobiografia (1981, p.14) relatou que o concurso para o Ginásio Paranaense era muito rigoroso, naquela época, segundo ele o candidato devia defender duas teses perante uma banca examinadora, as quais não podiam ser plagiadas. A primeira tese era sorteada pela banca examinadora, sendo que o candidato devia dissertar sobre a mesma, a segunda tese era de livre escolha do candidato.

Segundo Dom Jerônimo (1981, p.15) a tese de seu concorrente “era uma tradução de um artigo de Dicionário de Ciências Filosóficas de Bartholomei Saint Hilaire, sobre categorias”. Diante disso, este religioso mostrou para a banca examinadora a tese original, fazendo com que seu concorrente desistisse do concurso.

Com essa desistência, ficou somente Dom Jerônimo, o qual foi examinado por dois professores laicos, Lysímaco Ferreira do Amaral e o Professor Dario Vellozo, e por dois padres. A composição da banca alude que o único voto contrário a Dom Jerônimo poderia ser o do professor Dario Vellozo. Mas, segundo a autobiografia desse religioso, durante a argüição, o professor Dario e o professor Lysímaco fizeram interferências, no sentido de discutirem sobre o assunto em pauta, mas não se revelou nenhuma rivalidade para com o ele (MAZZARROTO, 1981 p.15 e 16)

Dom Jerônimo foi aprovado no concurso e passou a ministrar três aulas semanais até 1933, a partir desta data foi licenciado do Ginásio Paranaense e foi nomeado vigário na paróquia de Castro e lá permaneceu até 1935. Voltou para Curitiba e trabalhou como professor até 1937, neste ano houve reformulação curricular e a disciplina de Filosofia foi absorvida pela faculdade. Diante disso, Dom

Jerônimo Mazzarotto foi nomeado professor de Latim, ministrando aulas até 1957 no Ginásio Paranaense.

Embora não tenha encontrado registros sobre outros concursos, não se pode deixar de considerar que os padres lazaristas e a diocese de Curitiba bem souberam se utilizar dos diferentes brechas deixadas pelo Estado, para se fazerem presentes na educação secundária pública curitibana, a qual era constituída majoritariamente por professores laicos.

1.2.3. Os Padres Lazaristas e a Crise no Internato

No ano de 1929, por meio da lei 2.672⁴³, a subdireção do Internato passou a ter autonomia para fins administrativos, mas para os demais assuntos permaneceu sob a subordinação do Ginásio Paranaense seção do externato. Neste mesmo ano, por meio do decreto 1.239⁴⁴, o padre Fernando Taddei foi exonerado e elevado a Bispo da cidade de Jacarezinho, no norte do Paraná. Diante disto, o governo do Estado, para suprir a vaga desse religioso, nomeou o padre Manoel Gonzalez para a direção do Internato, o qual permaneceu até o ano de 1939.

De acordo com as correspondências do padre Manoel Gonzales, ao superior dos lazaristas (padre Eugenio Pasquier) no Rio de Janeiro, alguns padres lazaristas encontravam dificuldades em ministrar aulas.

Nas várias cartas enviadas ao superior lazarista, no Rio de Janeiro, o padre Gonzales cita nomes de alguns religiosos que ministravam aulas no internato em específico citou o nome do padre Souza, que segundo ele não o respeitava como diretor da Instituição. Evidenciamos também reclamações de alguns religiosos estavam faltando com o voto de pobreza e com o cumprimento das obrigações no Internato, principalmente, no que se referia às aulas.

[...] A respeito do Padre Souza [...] Este padre dá impressão de que não fez o seminário, pois nem piedade Cristã ele tem. Tem ganhado muito dinheiro pregando nos retiros e dizendo missas dentro e fora da casa e não entrega um vintém. Desde que aqui voltei ainda não me dirigiu a palavra. Onde eu esteja ele não comparece. Eu não sei qual é o superior que poderá agüentá-lo se ele não mudar de vida. Sai quando quer, volta quando quer e sem dar satisfação. Aceita sermões fora sem me se quer me avisar etc. É

⁴³ Informação extraída do livro *Gymnásio Paranaense*, Anuario numero I, Curitiba 1929.

⁴⁴ *Idem*.

pena porque ele é muito inteligente, [...]. Peço ao senhor padre visitador queira trocar por outro que queira trabalhar e que tenha espírito lazarista. Que me parece que para ele só o Caraça, pois lá creio eu, não terá facilidade de viver fora da casa e fazer negócio (carta do Padre Manoel Gonzales ao padre superior dos lazaristas no Brasil, de 01/07/1937).

Segundo Andrade (2000), o Colégio Caraça foi uma das primeiras instituições educativas dos padres lazaristas no Brasil, ganhou fama no século XIX pelo seu ensino e também por sua rigidez na disciplina. Esse Colégio localizado nas proximidades da Serra do Espinhaço, no Estado de Minas Gerais, ficava isolado do centro urbano.

Nesse sentido, o padre ou aluno que fosse enviado para lá não tinha outra opção a não ser permanecer no interior do mesmo. De acordo com Andrada, era comum, os pais mineiros amedrontarem os filhos indisciplinados com a possibilidade de enviá-los para o Caraça.

O superior dos padres lazaristas no Brasil, padre Eugênio Pasquier, procurou resolver o problema do padre Souza escrevendo uma carta ao mesmo. Nessa carta o superior dos lazaristas no Brasil deixou claro para o Padre Souza que não desejava colocá-lo para fora da congregação, mas que a ele se impunha o interesse de zelar pelo nome da Congregação Lazarista e o bom andamento do Internato e do Seminário, diante disso, cobrava do padre Souza mudança de atitude.

No entanto, a carta do padre Manoel Gonzales relatando o problema do padre Souza ao superior dos lazaristas não foi um caso isolado, a maioria das cartas enviadas ao superior evidenciou que a crise entre os padres lazaristas do Internato era mais complexa.

As correspondências do padre Gonzales sugerem que ele procurou resolver os problemas primeiramente no interior da Congregação e da Igreja Católica. O que pode ser percebido na segunda carta enviada ao superior do lazaristas no Brasil na tentativa de resolver o problema do padre Souza. Nessa correspondência ele informa que o problema do padre Souza havia saído do âmbito da Congregação e que o inspetor de ensino já tinha conhecimento da falta do profissionalismo desse religioso a ponto de demití-lo.

[...] A permanência do padre Souza aqui se tornou impossível. Recusando dar aulas no ginásio, (só 4 por semana), o inspetor federal viu-se na obrigação de suspendê-lo de professor, sendo por isso, os alunos da 1ª e 2ª série muito prejudicados. Em consequência no relatório enviado ao Rio de Janeiro, foi atribuída nota zero a todos os alunos da 1ª e 2ª série. Devido a

isso mais de 60 alunos correm o risco sério de serem reprovados no fim deste ano. [...] O inspetor foi muito correto, tendo agido depois de ter esgotado todos os recursos. O padre Souza continua a não me dirigir a palavra e a fugir de mim de um modo escandaloso. Ou é louco ou de uma maldade inacabável. Rogo encarecidamente ao padre Visitador que retire daqui o quanto antes. Convém que ele saia já, pois por 3ª pessoa sei que o arcebispo já sabe alguma coisa, e é possível que assim seja, pois o padre foge todos os dias para cidade (Carta do Padre Manoel Gonzales ao seu superior no Rio de Janeiro, 19/09/1937).

Para evitar aborrecimentos com os pais dos alunos, o padre diretor Manoel Gonzáles contratou um professor substituto para o padre Souza ao custo de 250 réis mês. Essa situação somada às saídas do padre Souza, trouxe a tona a preocupação da direção, pois a mesma temia que o Ginásio Paranaense caísse em descrédito perante os pais dos alunos e à sociedade curitibana.

Segundo as correspondências do padre Gonzales, a crise do Internato era causada pelas atitudes de alguns padres lazaristas com relação ao não cumprimento com as obrigações, saídas sem autorização, além dos padres que se encontravam adoentados, até a falta de conteúdo do subdiácono que ministrava as aulas de Latim.

O nosso subdiácono Andrade é sempre o mesmo. Não está nada melhor. Saúde do corpo ótimo, mas pobre de espírito, está bem atrapalhado. É incapaz de fazer uma leitura seguida e clara. Nem sequer a oração da noite e da manhã. Dá algumas aulas agora só no seminário, pois os meninos do ginásio não sabiam nem a primeira declinação e, ele já estava marcando lição quase no fim da gramática (carta do Padre Manoel Gonzales ao seu superior no Rio de Janeiro, 04/10/1937).

A nomeação dos padres para exercerem a função de professores no Internato, sem que estes precisassem passar pela banca examinadora, em certa medida colocou em jogo o ensino nessa instituição. Os lentes que faziam parte do Ginásio Paranaense seção do (externato) tinham curso superior e prestaram concurso rigoroso, sendo este um dos dispositivos que garantiu para a seção do externato a qualidade do ensino.

Por ocasião da nomeação dos padres lazaristas para exercerem cargo de professor, possivelmente a direção geral do Ginásio Paranaense e o governo do Estado, tenham confiado na formação que esses religiosos tiveram no seminário e na faculdade de teologia. Entretanto, evidenciou-se através das cartas do padre Gonzales que nem todos estavam preparados para exercer a função de professor.

Além disso, os padres lazaristas também encontraram dificuldades em trabalhar com os alunos internos a questão da disciplina.

[...] Já completei 80 anos esta vida de ficar de manhã até a noite, e sem descanso, com esta meninada, cada vez menos educada, já não é feita para minha idade. Estou realmente cansado e perdi toda antiga energia. Creio que nem os alunos me agüentam mais. Só tenho 2 regentes, e estes alunos da escola superior ficam no colégio algumas horas, por ter que freqüentar as aulas na Universidade. O resto do tempo só eu com os alunos médios, maiores e menores. [...] O padre que o senhor para aqui mandou, este ano, diz que tem horror do Ginásio, aspira a ensinar theologia, filosofia e altas matemáticas em seminários maiores (Carta do Padre Manoel Gonzáles para seu superior no Rio de Janeiro de 28/05/1938)

Dentre os padres lazaristas do Internato, alguns padres já muito idosos, não tinham mais energia para trabalhar com a juventude, nem mesmo para os trabalhos diários da instituição. O próprio diretor do Internato teve que se afastar de suas obrigações para cuidar da saúde.

[..] Está o padre Gonzáles doente e quem sabe quando ficará restabelecido? ... Esta aqui nosso Padre Januário entregue constantemente abatido e sujeito a um momento para outro um ataque de uremia, que felizmente poderá não vir, mas que infelizmente ameaça de fulminá-lo. Ele não pode trabalhar e as aulas são muito penosas para sua saúde. E agora como se pode dar conta de um estabelecimento com 2 padres e 157 alunos entre seminaristas e ginasianos apenas?!!! V. Rvma consulte os entendidos neste assunto para ver si encontra um só que diga ser isso possível. Isso já se acha na categoria dos milagres de 2ª ordem. Mas como o milagre é um fato insólito e não o quotidiano é preciso não forçar muito para que ele não se torne ineficaz. No caso presente, isso se consegue com a vinda de mais um padre que a bondade de V. Rvma achará meio de enviar. V. Rvma o quer e pode: primeiramente porque não é do seu agrado nos deixar assim “nos matando” com tanto serviço. E pode, porque a palavra “impossível” não se encontra no dicionário do padre visitador que está disposto a fazer um milagre para mandar alguém em nosso auxílio. E esse milagre é tão fácil para o padre visitador que estou certo de o ver realizado. Espero, pois que V. Rvma. Tendo compaixão de nós enviará o quanto antes um padre ou estudante que nos ajude (Carta do padre Torres ao padre superior dos lazaristas no Rio de Janeiro, em 20/05/1938).

Os dois padres mencionados na carta do padre Torres ao superior dos lazaristas são aqueles responsáveis pela disciplina dos alunos (denominados de prefeitos) e não aos que exerciam a função de professor. Nesta última correspondência, o padre Torres cobrou de seu superior uma solução para os problemas que estavam passando no Internato, nesta ocasião segundo o relato de Dom Pedro Fedalto alguns pais se mostravam aborrecidos com a administração dos padres lazaristas.

Além dos problemas mencionados, o padre Gonzales temia pela continuação da congregação na administração do Internato. Através das cartas, manifestava saber da insatisfação de alguns pais quanto ao ensino ministrado por eles, e também não podia mais contar com o auxílio do governador Caetano Munhoz da Rocha, o qual era considerado amigo dos padres lazaristas, pois quem estava no governo do Estado, a partir dos anos de 1930, era o interventor Manoel Ribas, o qual era mais próximo dos Irmãos Maristas do Sul.

Para somar a gama de problemas que os lazaristas enfrentavam os mesmos não dispunham de um contrato que os garantisse no Internato. Segundo uma carta do padre Gonzales por ocasião da assinatura do contrato, quando eles assumiram o Internato, Dom Braga foi acometido de um derrame cerebral e o contrato ficou para ser assinado depois, o que acabou não acontecendo.

A falta de preparo de alguns padres para ministrarem suas aulas, somados aos problemas expostos, a partir da década de 1930 interferiu na qualidade do ensino da instituição. Essa crise, aliada à mudança de governo e de bispo na diocese de Curitiba, contribuiu para que os padres lazaristas deixassem a administração do Internato e, em seu lugar, assumisse outro grupo de religiosos, os Irmãos Maristas do sul.

1.3 IRMÃOS MARISTAS NA ADMINISTRAÇÃO DO INTERNATO

A presença da Congregação Marista e demais congregações católicas no Brasil, no final do século XIX, está associada com a política francesa da Terceira República.

Nessa época, instalou-se um conflito entre a Igreja Católica e o Estado Francês, sendo que esse Estado passou a defender o ensino livre, forçando as congregações religiosas a tomarem outro posicionamento frente a seus projetos na luta ao ensino leigo e a difusão de outras escolas confessionais.

[...] a política adotada pelo Ministro da Instrução Pública, Jules Ferry, que permaneceu no poder entre 1879 e 1885, combateu ferozmente as congregações religiosas, fechando – ainda que temporariamente – mais de duas centenas de conventos masculinos, particularmente jesuítas. Além disso, ao anular o caráter obrigatório da instrução religiosa, excluiu frades e freiras das escolas públicas (AUBERT; HAJJAR, A Igreja..., V.I p. 75).

Diante disso, “a Congregação Marista e as demais Congregações católicas deram início ao processo de expansão dos limites de atuação para outros países e continentes” (BOSCHILIA, 2002, p.31).

A Congregação Marista chegou ao Brasil no final do século XIX, esse movimento de expansão das congregações religiosas pelo mundo voltadas para o ensino, coincidia com a política expansionista adotada pelo papa Leão XIII, cujo interesse era impedir o avanço do ensino pautado na ciência, particularmente no ensino secundário (BOSCHILIA, 2002, p.32).

A trajetória dos Irmãos Maristas rumo à direção do Internato iniciou em 1927, quando os Irmãos Maristas do Sul⁴⁵ e os Irmãos Maristas do Brasil Central pleitearam a região litorânea e norte de Santa Catarina. Essas duas províncias julgavam tal região fértil para o recrutamento vocacional. Como ambas tinham interesse pela região, o caso foi levado para o Conselho Superior Marista no Brasil e a decisão de quem ficaria com a região foi através do voto. Os Irmãos Maristas da província do Sul perderam por três votos a dois (AZZI, 1997, pp.182-193).

Paralelo à disputa dos Irmãos Maristas do Brasil Central e os Irmãos Maristas do Sul, Dom Ático Eusébio da Rocha⁴⁶ assumiu a diocese de Curitiba. Antes de assumir a diocese de Curitiba Dom Ático foi bispo da cidade de Santa Maria (RS) entre os anos de 1923 e 1926, trabalhou naquela cidade para a conclusão do seminário Diocesano São José, inaugurado em fevereiro de 1926. No período em que foi bispo em Santa Maria, conheceu o trabalho dos Irmãos Maristas do Sul e também fez amizade com o político Manoel Ribas⁴⁷, que naquela época também residia em Santa Maria (AZZI,1997, p198).

Manoel Ribas, quando ocupou o cargo de presidente da cooperativa dos ferroviários em Santa Maria, sustentou economicamente uma escola administrada

⁴⁵ No Brasil, os Irmãos Maristas estão divididos em três unidades administrativas denominadas de províncias, sendo estas: Província do Brasil Centro-Norte, Brasil Centro e do Rio Grande do Sul que abrange também o Distrito Federal (AZZI, 1997, p. 180).

⁴⁶ Assume a diocese de Curitiba nos anos de 1936 a 1950.

⁴⁷ Manoel Ribas, de família tradicional da cidade de Ponta Grossa Paraná, mudou-se para Santa Maria (RS) e lá exerceu o cargo político e de presidente da cooperativa dos ferroviários. A convite do presidente Getúlio Vargas Assumiu dia janeiro de 1932 o governo do Paraná e permaneceu durante treze anos à frente do governo, ora como interventor de 1932 a 1934, ora como governador de 1935 a 1937, e outra vez como interventor de 1937 a 1945 (BOSCHILIA,2002, p.72).

por um Irmão Marista cujo nome era Jean Raphael. Essa amizade entre os Irmãos Maristas do Sul, o arcebispo Dom Ático e o Interventor do Estado do Paraná, contribuiu para que essa congregação viesse a ocupar a direção do Internato no ano de 1939.

No ano de 1938, os Irmãos Maristas do Sul são convidados pelo arcebispo de Curitiba Dom Ático para assumir a direção do Internato como compensação pela perda da região de Santa Catarina para os Irmãos Maristas do Brasil Central. Entretanto, o superior da Congregação Marista no Brasil, Afonso Desiré, ressaltou para os Irmãos Maristas do Sul, a necessidade de cautela ao aceitar esse convite. Já que, por ocasião da fundação do Colégio Santa Maria pelos Irmãos Maristas do Brasil Central, no ano de 1925, o superior dos Irmãos Maristas no Brasil (Afonso Desiré) estabeleceu um acordo com os padres lazaristas do Internato do Ginásio Paranaense de nunca abrir um pensionato na cidade de Curitiba, evitando assim concorrência entre as duas instituições.

Diante desse impasse, o superior dos Irmãos Maristas (Afonso Desiré) pediu uma reunião com o Arcebispo de Curitiba, questionando como dissolveriam o compromisso assumido com a Congregação Lazaristas (AZZI, 1997).

Nessa reunião Dom Ático se utilizou da seguinte estratégia para evitar conflitos entre a Congregação dos padres lazaristas e a Ordem dos Irmãos Maristas. O acordo foi dissolvido uma vez que o arcebispo Dom Ático reafirmou o convite aos Irmãos Maristas do Sul para assumirem o Internato e convidou os padres lazaristas para administrar o Seminário São José, que provisoriamente passou a funcionar na casa episcopal.

Essa estratégia do arcebispo garantiu que o Internato do Ginásio Paranaense continuasse sob a administração de uma congregação católica. Resolvido o problema da administração do Internato do Ginásio Paranaense com os irmãos maristas, o arcebispo de Curitiba comunicou o superior dos Lazaristas no Brasil.

[..] Embora bastante constrangido comunico a V.Rvma. Que já acertei com o Revmo. Provincial dos Irmãos Maristas a transferência da direção do Internato para congregação deles. Essa transferência deverá se realizar no começo do ano em data a ser combinada. Assim a V. Rvma poderá mandar dois sacerdotes para o seminário podendo ser um subdiácono, que eventualmente está no Internato. A tristeza por não ter mais os lazaristas na direção do Internato me é minorada por tê-los na direção do meu seminário. E a arquidiocese será eternamente grata à congregação dos lazaristas cujos sacerdotes tão valiosos comigo lhe têm prestado [...] (Carta de Dom Ático ao superior dos lazaristas no Brasil, 23/09/1938).

Em resposta a essa carta, o superior dos lazaristas no Brasil responde ao arcebispo dizendo que só caberia se conformar com tal medida, por mais penosa que fosse. Segundo ele, a notícia seria enviada para o superior geral dos lazaristas na França, e que este de certa forma já estava ciente da possibilidade dessa medida (Carta do Superior dos lazaristas no Brasil a Dom Ático, em 05/10/1938).

De acordo com o exposto, a saída, dos Padres Lazaristas, do Internato está fortemente relacionada com a crise denunciada pelo padre Gonzáles por meio das cartas enviadas ao superior dos padres lazaristas no Brasil. Como também sugere que o arcebispo de Curitiba convidou os Irmãos Maristas do Sul para que viessem a ocupar a direção do Internato do Ginásio Paranaense com o intuito de garantir este espaço educacional para Igreja Católica.

Quando os alunos tomaram ciência que os religiosos deixariam a administração do Internato, elaboraram um abaixo assinado com 135 assinaturas e encaminharam ao padre superior dos lazaristas no Brasil. Esse número correspondia na época ao total de alunos secundaristas da instituição.

Revm. Senhor Padre Provincial dos Congregados Lazaristas. Ecoou dolorosamente em nosso meio a ingrata notícia da transferência do Internato para as mãos dos maristas. Isso equivale para nós ao fechamento do Colégio, pois se aqui estamos é por causa da confiança e amizade nossa e de nossos pais aos Padres de São Vicente. Desejoso de continuar os nossos estudos sob a mesma direção dos padres lazaristas, pedimos a V. Revmo. Providencia no sentido de podermos ser matriculados em Irati, equiparando-se ou oficializando-se o atual Colégio que lá existe com o nome de Escola Apostólica. Para isto bastará apenas uma palavra de consentimento de V. Revmo, porque o resto, o Senhor Padre Torres saberá fazer com rapidez sem haver interrupção em nossos estudos. Certos de que V. Revmo nos há de atender pedimos a sua benção apresentando-lhe a expressão de nossos respeitos (Curitiba, 9 de outubro de 1938).

O presente abaixo assinado dá a entender que essa foi uma atitude de solidariedade para com os padres lazaristas. Entretanto, fica uma indagação: teriam sido estes alunos influenciados por algum padre lazarista? Não identificamos uma resposta objetiva para esta questão, contudo, por meio de outras fontes, identificou-se que as aulas no Internato não estavam sendo devidamente ministradas, assim inferimos que os alunos citam seus pais na carta enviada para o superior lazarista no Brasil sem que seus tutores tivessem conhecimento, pois, conforme os relatos do padre Gonzáles e Dom Pedro Fedalto (2007), alguns pais encontravam-se aborrecidos da maneira como as aulas estavam sendo ministradas no Internato (Carta do Padre Gonzales ao seu superior no Rio de Janeiro, 1937).

Foi neste contexto que os Irmãos Maristas do Sul assumiram o Internato em dois de fevereiro de 1939. O grupo era constituído de nove religiosos, sendo o Irmão Jean Raphael (Roberto Luiz Knecht)⁴⁸ o superior dos demais. Nesse mesmo ano, o interventor do Paraná Manoel Ribas nomeou o Irmão Jean Raphael para a direção do Internato.

A transição da administração do Internato para os Irmãos Maristas foi marcada por tensões entre as duas congregações religiosas e a insatisfação de alguns alunos e religiosos, como indica o relato de memória do Irmão Pacômio.

O Irmão Paulo Sálvio e eu sonhávamos com uma recepção calorosa, Chegados a Internato do Ginásio Paranaense (1939), não acreditávamos no panorama que nos apresentou. Que loucura de vingança! Teria sido ideada contra os novos dirigentes? O que nos deixaram? Procuo termos para descrever o que se via: portas e janelas tudo em pedaços, sem nenhum vidro intacto; quadros, espelhos, torneiras, copos, garfos e facas, nem uma colher ou cama sequer... Tudo sumido ou sem condições de ser utilizado... O que aconteceu? Não sabíamos explicar. Adivinhávamos A primeira noite foi lúgubre, pois os fios elétricos... Tudo fora arrancado e as Lâmpadas estavam em pedaços (...). Não creio, como diziam, que tudo fora instigado pelas pessoas que vinham dirigindo o Internato de forma lamentável. Os diretores até então, não primavam pela disciplina, pela ordem e respeito. Retiraram com mágoa que não puderam conter (Memórias do Irmão Pacômio)⁴⁹.

Os Irmãos Maristas do Sul encontraram o prédio necessitando de muitos reparos.

Sabedores de que não continuariam na casa, os predecessores pouco se importaram em conservar certas depredações perfeitamente evitáveis. Antes de nossa chegada foram retirados os objetos de culto e mobília dos quartos (Texto sem autoria, 1939)⁵⁰.

O arcebispo Dom Ático, ao convidar os Irmãos Maristas do Sul para a direção do Internato do Ginásio Paranaense, acabou por resolver a crise que havia se instalado no Internato na gestão do Padre Gonzales e, colocar em prática a orientação papal no que tange a separação entre ginasianos e seminaristas. Para

⁴⁸ Os Irmãos Maristas tinham um hábito no passado de adotar outro nome quando entravam para a congregação. Diante disto, o Irmão Marista Jean Raphael possuía esse nome de batismo e o nome de Roberto Luiz Knecht registrado no cartório civil. A justificativa dos Irmãos Maristas para a mudança do nome é que era uma forma de se desligar do mundo secular (Relato do Irmão Marista Henrique Maurinos, setembro de 2007).

⁴⁹ Fragmento do texto do Histórico do atual Colégio Marista Paranaense (Internato do Ginásio Paranaense) página 5. Texto datilografado disponível na biblioteca do Colégio Marista e sem autoria.

⁵⁰ *Idem*

tanto, reorientou o trabalho dos padres lazaristas, os quais passaram a administrar somente o Seminário São José. Essa estratégia de Dom Ático permitiu que a Igreja Católica local continuasse reforçando seus valores junto aos ginasianos por meio dos Irmãos Maristas do Sul, possibilitou também que a mesma continuasse o processo de romanização do Estado por meio dos sacerdotes formados pelo Seminário São José sob administração dos padres lazaristas.

A partir deste fato foi possível evidenciar que o Internato do Ginásio Paranaense teve três administrações diferentes, uma laica e duas religiosas, as quais disputaram espaço na formação do jovem secundarista desta “instituição pública”. Sendo que, nenhuma escapou do imprevisto e precariedade que foi a tônica destas três gestões.

CAPÍTULO II – O ENSINO SECUNDÁRIO NO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE – ENTRE O PRESCRITO E O PRATICADO

2.1 ENSINO SECUNDÁRIO SERIADO/REGULAR VERSUS EXAMES PARCELADOS

O ensino secundário do Internato tanto na gestão laica como na católica, assim como os demais estabelecimentos de ensino secundário no Brasil seguiu o movimento das mudanças que o país estava atravessando nas primeiras décadas do século XX. Nesta época iniciou-se no país um processo rumo à urbanização e com ela os elementos modernos passam a fazer parte do cotidiano de alguns centros urbanos, entre estes a cidade de Curitiba.

O entendimento de modernidade para muitos nessa época era sinônimo de progresso⁵¹. Essa modernidade se fazia perceber mais evidentemente em algumas capitais do Brasil tais como Rio de Janeiro, São Paulo e de uma maneira mais tímida em outras capitais e cidades brasileiras.

Em Curitiba, nas primeiras décadas do século XX, signos da modernidade ou do progresso, tais como telégrafo, telefone, luz elétrica, automóveis e bondes, obras de saneamento, entre outros, passaram a fazer parte do cenário urbano (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 65-70).

Esse clima de modernidade na cidade de Curitiba atingiu também a educação. O professor Sebastião Paraná, os demais professores do Ginásio Paranaense (seção do externato) e alguns políticos do Estado passaram a defender o ensino secundário regular de forma que este nível de ensino pudesse formar o aluno para o Brasil moderno que estava despontando.

O ensino secundário regular em Curitiba, nas primeiras duas décadas do século XX, era quase uma ficção. Essa constatação se deu a partir da pesquisa realizada sobre o ensino secundário do Ginásio Paranaense (seção do externato).

⁵¹ O conceito de progresso tornou-se já nas primeiras décadas do século XIX, a bandeira do positivismo, que, com Augusto Comte, exalta o progresso como idéia diretiva da ciência e da sociologia, considerando-o como o desenvolvimento da ordem (ABBAGNANO, 2003, p. 799). A disseminação do ensino secundário no Brasil na chamada Primeira República para muitos legisladores e intelectuais estava associada à idéia de progresso, embora nem todos os intelectuais e legisladores pensassem o progresso como expressão apenas da ciência. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que essa crença foi relativizada contemporaneamente, pois os diferentes acontecimentos ao longo do século XX puseram em crise esta tendência.

Nessa investigação, identificou-se que o número de alunos que frequentavam o ensino secundário regular e seriado naquela instituição era muito pequeno, pois os alunos preferiam realizar os exames parcelados e por isso freqüentavam prioritariamente os cursos preparatórios (RANZI;SILVA,2006). Esse fator também foi observado em nossa pesquisa na seção do Internato, pois nessa época, muitos alunos do interior procuravam o Internato somente para participar dos cursos preparatórios.

Os cursos de preparatórios consistiam em preparar os alunos em uma ou mais disciplina que compunham o que hoje chamaríamos de grade curricular do ensino secundário, para que alunos preparatorianos pudessem prestar os exames, de forma parcelada, até a conclusão de algumas disciplinas da grade curricular, que possibilitaste o acesso a determinados cursos do ensino superior.

Porém, esses exames só podiam ser prestados nos ginásios públicos equiparados ao Colégio Pedro II, pois esses eram os únicos autorizados pelo governo federal a realizar os exames parcelados, exceto por ocasião da Reforma Rivadávia Correia, 1911-1915, e, durante o vigor desta lei, a equiparação foi estendida para as escolas particulares, as quais passaram a desfrutar dos mesmos direitos dos ginásios públicos.

O sistema de cursos preparatórios e dos exames parcelados é herança do Império. A maioria dos alunos secundaristas do período imperial conseguiu a certificação, por meio deste sistema. No Império e na chamada Primeira República o ensino secundário era percebido como um meio de acesso ao ensino superior, não interessando se o aluno cursou este nível de ensino de forma regular ou por meio de exames parcelados (ANTUNHA, 1980).

Embora, os cursos preparatórios e os exames parcelados fizessem parte de um mesmo sistema, eles apresentavam-se de forma distinta. Os cursos de preparatórios eram estudos ofertados por ginásios públicos e particulares para os alunos secundaristas, não matriculados no ensino secundário regular. Essas instituições de ensino ofertavam determinadas disciplinas e os alunos se matriculavam nas mesmas, já os exames parcelados consistiam em provas que os alunos dos cursos preparatórios, prestavam em uma ou mais disciplinas da grade curricular do ensino secundário.

A conclusão do ensino secundário por meio do sistema de exames parcelados variava de aluno para aluno no início da República, mas a Reforma Carlos Maximiliano (1915-1925) buscou modificar essa realidade.

A Reforma Carlos Maximiliano (1915 – 1925) estabeleceu, em seu artigo 84, parágrafo 1º, que os “os estudantes não matriculados” são examinados em dezembro, conjuntamente com os alunos matriculados, estando esses alunos obrigados a series de matérias, porém não podendo se inscrever para exame de mais de oito disciplinas em 1916, nem para mais de quatro, nos anos posteriores (ANTUNHA, 1980, p. 24).

A Reforma Carlos Maximiliano ao limitar o número de disciplinas que os alunos preparatorianos podiam realizar a cada ano contribuiu para que o aluno permanecesse mais tempo nos cursos preparatórios ou no ensino secundário regular.

No Paraná até o ano de 1927, o único estabelecimento autorizado para realizar os exames parcelados era o Ginásio Paranaense, atual Colégio Estadual do Paraná a partir desta data, com a inauguração de mais um Ginásio público na cidade de Ponta Grossa, o Ginásio Regente Feijó, os exames passaram ser realizados nesse município também⁵².

Os exames parcelados dividiam-se em duas fases, a prova escrita e a prova oral, os quais eram prestados perante uma banca examinadora. As bancas examinadoras, conforme a orientação do governo federal deveria ser composta por professores do próprio estabelecimento de ensino, quando isso fosse possível. No Internato do Ginásio Paranaense, as bancas eram compostas pelos padres que ministravam aulas para o ensino secundário regular e pelos professores laicos da seção do externato⁵³.

Ainda de acordo com a orientação estadual, a instituição secundária deveria contar com uma banca que aplicasse os exames e outra que corrigisse os mesmos. Após as avaliações escritas, essas bancas examinadoras deviam avaliar os candidatos por meio das provas orais.

No entanto, acordo com o relato do professor Lysímaco Ferreira da Costa, geralmente a banca que aplicava a prova também as corrigia, devido ao número insuficiente de professores para atender aos alunos internos, os que vinham do

⁵² Os órgãos do Ensino secundário, s/d. Disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

⁵³ Cf. PARANÁ, DECRETO 542 DE 1915.

interior do Estado e os da própria cidade de Curitiba para prestar exames nas duas seções do Ginásio Paranaense.

Os exames parcelados foram criticados em toda chamada Primeira República, o próprio ministro da Justiça e de Negócios Interiores, Rivadávia Correia, (1911 -1915) pronunciou-se afirmando que:

[..] o ensino secundário desceu até onde podia descer: não se fazia mais questão de aprender ou de ensinar, porque só duas preocupações existiam, a dos pais querendo que os filhos completassem o curso secundário no menor espaço de tempo possível, e dos ginasianos na ambição mercantil, estabelecendo-se duas fórmulas: bacharel quanto antes; dinheiro quanto mais [...] (SILVA, 1969 p.267).

Esse ministro, além de constatar a realidade do ensino secundário no país, de certo modo critica as escolas secundárias particulares da época, que segundo ele ofertavam os cursos preparatórios preocupando-se mais com o lucro do que com o aprendizado dos alunos.

De certa forma pode-se afirmar que o fato do governo federal vincular o ensino secundário regular como um projeto republicano na tentativa de suplantando o sistema de cursos preparatórios e exames parcelados, contribuiu para que na chamada Primeira República esse governo buscasse diferentes estratégias para firmar o ensino secundário regular no país. Isso se deu por meio de leis e decretos, reformas educacionais e outros dispositivos, tais como o exame de madureza e a introdução do vestibular.

O exame de Madureza foi instituído pela Reforma Benjamin Constant em 1891, inspirado no sistema de ensino alemão da época (ANTUNHA, 1980, p.70). Esse exame fazia parte do rol de exames instituídos pela Reforma Benjamin Constant (1891), no intuito de superar o sistema de cursos preparatórios e dos exames parcelados.

O regime proposto por Benjamin Constant parecia sólido e invulnerável. A seriedade dos estudos seria garantida pela aprovação nos exames, a começar pelo de admissão a terminar pelo de madureza (ANTUNHA, 1980, p. 79).

O exame de madureza tinha por finalidade medir o nível do ensino secundário no país, o aluno que prestasse esse exame recebia o título de bacharel, além disso, ele deveria ter condição para o acesso ao ensino superior. Esse exame deveria ser realizado no final do curso secundário pelo Colégio Pedro II ou Ginásios estaduais

públicos equiparados⁵⁴, os alunos que prestassem esse exame deviam realizar provas de todas as disciplinas do currículo do ensino secundário em uma única vez, os estudantes aprovados nesta modalidade recebiam o certificado de bacharel em Letras.

Conforme a Reforma Benjamin Constant de (1891), a partir do 3º ano do ginásio os alunos deveriam ter aulas de revisão, as quais tinham por objetivo prepará-los para o exame de maturidade. Essa Reforma defendia a duração do ensino secundário de sete anos, contudo, a duração desse nível de ensino oscilou desde sua implementação até o recorte temporal (1919-1942) estabelecido para o presente trabalho, conforme o quadro 3.

QUADRO 3 – DURAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO 1890 -1942

Ano	Reformas	Número de anos escolares
1890	Benjamin Constant	7 anos
1895	Fernando Lobo	7 anos
1897	Amaro Cavalcanti	Curso realista – 6 anos Curso humanista – 7 anos
1901	Epitácio Pessoa	6 anos
1911	Rivadavia Correia	Externato – 6 anos Internato – 4 anos
1915	Carlos Maximiliano	5 anos
1925	João Luís Alves	5 anos certificado de aprovação 6 anos – bacharelado em Ciências e Letras
1931	Francisco Campos	Curso Fundamental – 5 anos Curso complementar – 2 anos Total – 7 anos
1942	Gustavo Capanema	1º ciclo - ginasial – 4 anos 2º ciclo - colegial – 3 anos Total – 7 anos

FONTE: ANTUNHA, 1980, p.241.

O exame de maturidade não entrou em vigor com a Reforma Benjamin Constant, com efeito, diz o artigo 102 da lei nº. 2.221, de janeiro de 1896, que “o certificado de estudos secundários ou título de bacharel [...] só será exigido para matrícula no ensino superior *a partir do* ano de 1898” (ANTUNHA, 1980, p.129).

A reforma educacional de Amaro Cavalcanti, de 1897, estendeu o prazo para existência dos cursos de parcelados até 1904. Assim sendo, o exame da maturidade nesse período restringiu-se somente à garantia do certificado de bacharel, sendo

⁵⁴ O Artigo 39 da Reforma Benjamin Constant – excluía as escolas privadas da permissão de realizar exames de maturidade. Na realidade, essas instituições não estavam autorizadas sequer a realizar os exames de fim de curso secundário de seus próprios alunos, o que os obrigava a se submeterem às provas realizadas no Colégio Pedro II e, por extensão (em conformidade com o artigo 38) nos ginásios estaduais (ANTUNHA, 1980, p.81).

que os alunos que não prestassem o exame, mas concluíssem os estudos por meios do ensino regular ou dos exames parcelados estavam aptos a matricularem-se no ensino superior (ANTUNHA 1980, p. 130). Dessa forma continuando o sistema de cursos preparatórios e o de exames parcelados paralelos ao ensino secundário regular.

Em 1911, o exame de madureza deixa de ser condição para o acesso ao ensino superior e em seu lugar foi instituído o exame vestibular. O vestibular proposto pela Lei orgânica de 1911 deveria ser realizado pelas bancas examinadoras das próprias academias. Nesse sentido, a aprovação nos exames finais do ginásio por meio do ensino regular ou pelo sistema de cursos preparatórios tornou-se condição, não mais para o ingresso nas escolas superiores, mas para a inscrição no exame vestibular. Para se inscrever no exame vestibular o aluno deveria apresentar:

Certificado de aprovação em todas as matérias que constituem o curso ginásial do Colégio Pedro II, conferido pelo mesmo colégio ou pelos institutos a ele equiparados, mantidos pelos governos dos Estados e inspecionados pelo Conselho Superior do Ensino. Nos Estado em que não há ginásios equiparados a congregação dos institutos superiores poderão organizar comissões de examinadores do curso ginásial, presidida por um professor da Faculdade. Estes Exames são válidos somente perante a academia que os instituiu (Artigo 78 do decreto 11.530 apud ANTUNHA, 1980 pp.197-198).

Conforme o exposto, o governo federal se utilizou de diferentes mecanismos para acabar com a cultura do sistema de exames parcelados herdados do Regime Imperial. Entretanto eles prevaleceram durante toda a chamada Primeira República e retornaram com a Reforma Gustavo Capanema com nova denominação e com outra função (Cf.art.91do decreto de 1942). Esses exames eram destinados aos adolescentes maiores de 16 anos que não haviam podido realizar o curso secundário pelo sistema regular. Posteriormente esse exame foi rebatizado pelo sistema de cursos supletivos, continuando assim a antiga tradição de estudos avulsos (ANTUNHA, 1980, p. 29-33).

QUADRO 4 – MATRÍCULAS DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE ENTRE OS ANOS 1919 A 1942

	ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL
Gestão Laica	1919	12	08	04	02	Sem/registro	68
	1920	14	12	06	01	Sem/registro	33
	1921	12	14	10	02	Sem/registro	38
	1922	16	05	05	01	Sem/registro	27
	1923	25	13	05	03	Sem/registro	6
	1924	26	22	08	03	03	61
Gestão dos padres Lazaristas	1925	52	16	15	03	01	87
	1926	34	19	09	11	28	???
	1927	43	32	12	06	04	97
	1928	17	34	16	10	03	80
	1929	26	22	27	11	07	93
	1930	31	30	20	24	06	111
	1931	25	28	18	16	15	102
	1932	48	33	30	16	15	142
	1933	44	30	31	13	18	136
	1934	44	30	31	13	18	146
	1935	27	29	22	27	12	117
	1936	42	18	23	17	28	126
	1937	38	31	17	25	13	128
	1938	43	38	25	18	21	135
Gestão dos Irmãos Marista	1939	23	32	21	18	08	92
	1940	48	26	37	18	13	142
	1941	62	41	31	23	12	169
	1942	63	56	42	22	17	200

FONTE: livro de matrículas do Internato e relatórios finais dos alunos do Internato entre os anos de 1920 a 1942. (disponível no Colégio Marista Paranaense).

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

O quadro número 4 permite visualizar que o número da 5ª série passa a ter registros a partir do ano de 1924. Pois, devido o número pequeno de alunos que frequentavam a 5ª série neste período, a direção geral do Ginásio Paranaense orientou a subdireção do Internato que encaminhassem estes alunos para seção do externato⁵⁵ A partir do ano de 1924 os alunos o aumento dos alunos da 5ª série não foi muito significativo, assim como também não foi significativo o total de alunos matriculados neste período. Esse fato contrapõe aos estudos de Ranzi e Silva (2006), estas pesquisadoras, ao investigar a seção do externato na chamada Primeira República, identificaram que o número de alunos matriculados no ensino secundário regular da seção do externato aumentou muito. No ano de 1900 o total de alunos matriculados foi de três alunos, sendo que no ano de 1930, saltou para

⁵⁵ Informação extraída do Relatório Final da subdireção do Internato apresentado para direção geral do Ginásio Paranaense.

604 alunos. Enquanto no Internato houve certa estagnação. Esse dado sugere que, na chamada Primeira República, ocorreu uma mudança de cultura por parte dos pais e alunos na cidade de Curitiba em relação à aceitação do ensino secundário regular; no interior do Estado essa mudança cultural ainda estava em processo de construção.

De acordo com o quadro 4 percebe-se que o número de alunos nas últimas séries do ensino secundário, principalmente na década de 1920 era bastante reduzido, possivelmente muitos desses alunos tenham prestado os exames parcelados reduzindo assim o tempo de permanência no Internato. Pois, na mentalidade de alguns pais e alunos, terminar os estudos no máximo em três anos e meio significava ganhar tempo.

Por outro lado não podemos desconsiderar a possibilidade de que alguns alunos tenham desistido dos estudos, pois nesta época alguns alunos e pais não tinham claro que se fazia necessário uma formação diferenciada para o Brasil moderno que estava despontando e ia além do preparo destes jovens para o acesso ao ensino superior e a obtenção do grau de bacharel. Além disso, a manutenção dos ginasianos no Internato custava muito dinheiro para seus familiares. Nesse sentido, a explicação para a redução do número de alunos nas séries finais do ensino secundário do Internato é mais complexa.

O sistema de exames parcelados só sofreu um impacto mais drástico com a Reforma de Francisco Campos (1931). Essa Reforma instituiu a presença obrigatória para os alunos secundaristas, além disso, esse nível de ensino passou a ser de sete anos, dividido em curso fundamental de cinco anos com curso complementar de mais dois anos (Cf. ANTUNHA (1980) e SILVA (1959)).

Teoricamente a Reforma Francisco Campos colocou fim nos exames parcelados. Essa Reforma instituiu para o ensino secundário seriado a frequência obrigatória, contudo, os exames parcelados na prática existiram até a Reforma Gustavo Capanema (1942), por meio da licença ginasial⁵⁶ para os alunos maiores de 19 anos (RANZI & SILVA, 2006, p.138).

⁵⁶ O Decreto - Lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário), afirmava que a conclusão dos estudos secundários, de 1º e 2º ciclo, somente se verificaria pelos exames de licença. Para conclusão dos estudos do 1º ciclo, seria realizado o exame de licença ginasial e, para o segundo ciclo, o exame de licença clássica ou científica. Os exames de licença ginasial versariam sobre as seguintes disciplinas: Português, Latim, Francês, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil e Desenho. Para as Línguas e a Matemática,

A licença ginásial tinha por finalidade a obtenção do certificado de conclusão do ginásio para os alunos maiores de 19 anos, em consequência de estudos realizados particularmente, sem a observância do regime escolar exigido na lei⁵⁷.

No Paraná, na chamada Primeira República, muitos alunos das cidades do interior do Estado participavam dos exames parcelados possivelmente por falta de opção. O número de ginásios no Estado era pequeno até a década de 1930, somando nove estabelecimentos⁵⁸ ao todo, sendo que somente dois eram equiparados ao Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, sendo eles o Ginásio Paranaense (do externato e internato) e o Ginásio regente Feijó, na cidade de Ponta Grossa.

Muitos jovens estudavam em ginásios particulares de suas cidades de origem e somente na época dos exames parcelados é que se encaminhavam para Curitiba para fazer as provas, mais propriamente no Ginásio Paranaense (seção do externato e internato) ou na cidade de Ponta Grossa no Ginásio Regente Feijó (a partir do ano e1927).

Embora o sistema de cursos preparatórios e de exames parcelados fossem predominantes na chamada Primeira República, “O esquecimento em que foi mantido após a época a sua definitiva extinção dificulta a sua reconstrução histórica” (ANTUNHA, 1980, p.20). Segundo Antunha com qual corroboramos a escassez de informações sobre estes exames deve-se ao fato dos mesmos terem sido considerados marginais nesse período.

Contudo, ao analisar o ensino secundário regular desta instituição por meio do quadro 4 foi possível perceber que as matrículas no ensino secundário regular/seriado, ainda que timidamente aumentaram ano a ano a partir de sua criação.

O quadro número 2 evidencia o aumento dos alunos no Internato, ao mesmo tempo em que mostra também que em alguns períodos houve decréscimo um leve

seria realizada uma prova escrita e uma oral, para as demais ciências, uma prova oral e para Desenho, uma prova prática (Artigos 53, 55, 56 e 60).

⁵⁷ BRASIL, Decreto nº. 4.244, 1942 Art.91.

⁵⁸ Ginásio Iguassu, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Novo Atheneu, Ginásio Paranaense (seção do externato e internato), Parthenon Paranaense, Colégio progresso, Lyceu Rio Branco, Instituto Santa Maria e em Ponta Grossa o Ginásio Regente Feijó (Ensino secundário e sua legislação, 1930, p.13).

decréscimo de alunos na instituição, isso pode ser percebido por ocasião da transição da gestão de 1925 e de 1939. Como já foi citado neste trabalho em 1925, muitos alunos não fizeram transferência para o Internato quando a instituição mudou para a sede católica.

Contudo, em 1940 na gestão marista houve um aumento de 50 alunos no Internato. Esse aumento pode estar associado à superação da crise que havia se instalado no Internato no final da gestão dos padres lazaristas

Outra situação que contribuía para a procura dos exames parcelados era o fato de que muitas famílias não podiam pagar permanência de seus filhos no Internato, além da mensalidade, a instituição solicitava um enxoval para o qual as famílias tinham que despendar uma quantia considerável de dinheiro.

QUADRO 5 – ENXOVAL DOS ALUNOS DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE

01	Sobretudo	12	Lenços
01	Uniforme de passeio	01	Talher
02	Uniformes de brim caqui	02	Copos de alumínio
02	Gorros de brim caqui	06	Guardanapos
06	Ceroulas	06	Toalhas felpudas para o rosto
06	Pares de meia	01	Bacia
06	Camisas	02	Sacos de roupa servida
02	Pijamas	02	Pares de botinas pretos
02	Colchas brancas	01	Par de chinelos
02	Toalhas felpudas para banho	01	Completo para ginástica
06	Fronha (0,35 x 0,70)	01	Tesoura para unha
06	Lençóis	01	Escova para calçados
01	Cobertor de lã	02	Escova de cabelo
01	Acolchoado	01	Escova de dente
01	Colchão (1.80 x 0,80)	01	Pente, sabonete e dentrífico.
01	Travesseiro (0,35 x 0,70)		
01 bauzinho (0,40 X 0,30) forte com cadeado.			

FONTE: Prospecto e regulamento do Internato do Ginásio Paranaense -1928.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Com já foi expresso neste trabalho, a subvenção do Estado na época significava que era de responsabilidade do mesmo, em relação ao Internato, somente o pagamento dos professores, do aluguel do prédio, das taxas de luz, telefone e água. A manutenção dos alunos no Internato era de responsabilidade das famílias dos ginasianos, além de apresentar um enxoval solicitado pela instituição, sendo que de acordo com esta lista, os alunos tinham que levar desde pertences

pessoais até elementos que, em tese, o Internato deveria oferecer, tais como: colchão, talheres, copo, travesseiro e roupa de cama.

Para as famílias que não podiam dispor de uma grande parte de seu orçamento todo mês, os cursos preparatórios e os exames parcelados eram a única possibilidade de seus filhos cursarem o ensino secundário na chamada Primeira República.

Até o ano de 1925, o Internato do Ginásio Paranaense ofertava o ensino secundário regular e também os cursos preparatórios, mas nesse ano a direção geral do Ginásio Paranaense recebeu um telegrama do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, João Alves da Rocha Vaz, o qual orientou o professor Lysímaco quanto aos alunos avulsos nos cursos preparatórios.

Verificando de acordo com nossa comunicação pelo regime interno desse instituto aprovado pelo extinto Conselho Superior de Ensino era permitida a matrícula de alunos avulsos e sendo meu intuito respeitar todos os direitos adquiridos declaro que vós podeis manter os alunos avulsos, não consentindo, porém novo ingresso nessa categoria que aberra as normas observadas no Colégio Pedro II, padrão dos institutos de Ensino secundário (Telegrama de Rocha Vaz ao professor Lysímaco no ano de, 1925).

A partir desta data, o Internato, para atender a legislação, orientou seu trabalho somente para o ensino secundário regular, mas nada impedia que os alunos cursassem o ensino regular e paralelo ao mesmo, prestassem os exames parcelados e assim, concluíssem o rol de disciplinas deste nível de ensino. Obviamente eles deixariam de frequentar o ensino regular, uma vez que o sistema de cursos preparatórios continuou sendo ofertado pelas escolas privadas e os alunos dessas escolas prestavam os exames parcelados nas duas seções do Ginásio Paranaense e no Ginásio Regente Feijó na cidade de Ponta Grossa a partir de 1927.

João de Oliveira Franco, delegado Federal no Paraná em 1923, ao ser entrevistado pelo jornal sobre o ensino secundário expressou ultraje dizendo que “o curso de preparatórios é o maior inimigo do curso de seriados”. Raros são os pais que, avaliando a importância do curso seriado e integral, fazem seus filhos chegarem ao término do ginasial (A Instrução Secundária, O Dia, 7 agosto 1923, p.3).

A oferta do ensino secundário pelo sistema regular e pelo sistema de exames parcelados garantidos em lei aparentava certa flexibilidade ao acesso ao ensino superior. Contudo, abafava uma disputa desigual entre o ginasianos que se

submetiam ao ensino regular e aqueles que se aproveitavam de brechas na legislação para concluir este nível de ensino, sendo que essas brechas eram, na maioria das vezes, apoiadas pelos pais e pelos alunos (RANZI; SILVA, 2006 p. 142).

“Apesar do sistema de preparatórios ser altamente combatido na Primeira República ele deve ter correspondido, de uma forma ou de outra, a uma necessidade social da época” (ANTUNHA 1980, p. 20). Em nossa análise, esses dois sistemas são mais complexos e vão além da necessidade social e econômica, mas que passou também por uma construção cultural, sendo que essa construção perdurou durante toda a chamada Primeira República. Para Ranzi e Silva (2009, p.169) ao final da Chamada Primeira República o Ginásio Paranaense seção do externato “reunia condições para dar continuidade a uma etapa de aceitação/adesão à escolaridade e às suas normas e exigências”. A constatação dessas pesquisadoras também são válidas para a seção do Internato, ainda de forma mais tímida o Internato no final desse período passou a ter uma procura maior pelos alunos do interior do Estado do Paraná.

2.2. ENSINO SECUNDÁRIO REGULAR E A INSPEÇÃO FEDERAL

O ensino secundário de forma regular/seriada, como nos dias atuais, foi introduzido na chamada Primeira República e, teoricamente consolidado com a Reforma Francisco Campos na década de 1930 sob a inspeção federal.

Até a década de 1920, o Colégio Pedro II era o responsável pelo currículo nacional. A partir de 1931 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública essa instituição assumiu esse papel e passou a ser o responsável por todos os aspectos do ensino secundário “a seriação, currículo, os programas, a seleção dos livros, as instruções metodológicas e a inspeção da avaliação da aprendizagem” (LEITE, 1969, p.105).

A Reforma Francisco Campos equiparou as escolas privadas, dispensando tratamento idêntico a todas⁵⁹. Nesse sentido, as escolas particulares de Curitiba, em

⁵⁹ A Reforma seguinte, de Gustavo Capanema, fazia distinção entre os termos equiparação e reconhecimento, o primeiro reservado aos estabelecimentos mantidos pelas unidades da Federação (Estados e Distrito Federal) e o segundo aplicável às instituições privadas e municipais. O decreto – lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário) diz, no título V, Capítulo II o “Dos estabelecimentos”, o seguinte: Art.71 – Além dos estabelecimentos de ensino secundário federais, mantidos sob a responsabilidade direta da União, haverá no país duas outras modalidades de estabelecimentos de ensino secundário: os equiparados e os reconhecidos. §1º -

sua maioria confessionais, deixaram de ser dependentes do Ginásio público oficial da cidade, ou seja, ao Ginásio Paranaense (seção do externato e internato) ao que tange aos exames finais de seus alunos. Essas escolas passam a ser responsáveis também pelos exames finais de seus alunos, o que era anteriormente prerrogativa do Ginásio oficial da cidade. Entretanto para obter a oficialização as escolas particulares deviam requerer a sua oficialização, contanto que preenchessem os requisitos exigidos, a saber:

I, dispor de instalações, de edifícios e material didático, que preencham os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional do Ensino; II, ter corpo docente inscrito no Registro de Professores; III, ter regulamento que haja sido aprovado, previamente, pelo Departamento Nacional do Ensino; IV, oferecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos. Art. 46. Satisfeitas as condições do artigo anterior e paga a quota anual mínima de inspeção, ficará o estabelecimento em regime de inspeção preliminar por prazo não inferior a dois anos (BRASIL, lei 4.244.1942).

Assim, essas escolas secundárias deviam seguir os programas e métodos de ensino produzidos, não mais pelo Colégio Pedro II, mas pelo Ministério de Educação e Saúde Pública. Esse ministério para controlar o as atividades realizadas pelas escolas públicas e particulares instituiu o trabalho dos inspetores, os quais passaram a ter uma ação direta sobre as escolas particulares, primeiramente em forma de inspeção preliminar e posteriormente definitiva.

Art. 47. O período de inspeção preliminar poderá ser prorrogado, a juízo do Conselho Nacional de Educação e por intermédio do Departamento Nacional do Ensino, se o relatório referente ao período inicial de inspeção não for favorável à sucessão imediata da equiparação. Art. 48. A concessão da equiparação ou inspeção permanente se fará por decreto do Governo Federal, mediante proposta do Conselho Nacional de Educação, aprovada por dois terços da totalidade dos seus membros. Parágrafo único. A equiparação poderá ser requerida e concedida só para o curso fundamental ou para ambos os cursos, fundamental e complementar. Art. 49. O Departamento Nacional do Ensino imporá ao estabelecimento de ensino a penalidade de suspensão dos favores conferidos pela inspeção sempre que dos relatórios dos inspetores se tornar evidente a inobservância de qualquer das exigências deste decreto. § 1º Da deliberação do Departamento Nacional do Ensino caberá recurso para o Ministro da Educação e Saúde Pública dentro do prazo de 60 dias § 2º Verificada a procedência dos motivos determinantes da penalidade imposta cessará a inspeção preliminar ou permanente ou por decreto do Governo Federal, será cassada a

Estabelecimentos de ensino secundário equiparados serão os mantidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal, e que hajam sido autorizados pelo governo Federal. § 2º - Estabelecimentos de ensino secundário reconhecidos serão mantidos pelos municípios ou por pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado, e que hajam sido autorizados pelo Governo Federal (BRASIL, lei 4.244.1942).

equiparação se o estabelecimento estiver sob esse regime (BRASIL Decreto, 19890 de 1931).

Com as mudanças decorrentes da Reforma Francisco Campos, o Internato do Ginásio Paranaense teve que se ajustar a essa nova legislação. Dessa Reforma decorreu o serviço de inspeção, o qual deveria controlar o funcionamento dos ginásios com relação ao cumprimento de programas, à frequência dos alunos e professores e à realização dos exames.

Os inspetores visitavam regularmente Internato, o exemplo do relato de um dos inspetores dessa instituição a seguir, são uma constante nos relatórios finais da instituição, quando menciona a visita do inspetor. “No presente mês visitei o Internato três vezes a quatro vezes por semana, participei do período de exames estando presente nas provas escritas e orais” (Relatório final da 3ª série do Curso Fundamental de abril de 1933).

O serviço de inspeção do ensino secundário estava subordinado ao Departamento Nacional de Ensino e seguia uma hierarquia rígida.

Além dos inspetores de estabelecimento havia também o inspetor regional e os inspetores-assistentes. Ao inspetor regional competia fiscalizar e orientar o serviço dos inspetores, visitar os estabelecimentos da inspetoria regional, remeter relatórios sobre o serviço da inspetoria ao Departamento Nacional de Ensino, dentre outras atribuições. Ao Inspetor-assistente cabia promover a adaptação dos programas das disciplinas, orientar os inquiridos para revisão de programas e métodos especiais de ensino, rever as provas parciais das disciplinas, visitar os estabelecimentos e organizar testes para a medida do aproveitamento escolar, (Cf. MARTINS, 2006, p.24 e capítulo II do Decreto nº. 21.241, de 4 de abril de 1932, o qual consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências).

Os inspetores prestavam concurso para exercer essa função e deviam apresentar as características determinadas pelo Decreto 19.890/1931⁶⁰. A Reforma

⁶⁰ Art. 61. Para inscrever-se no concurso de inspetor deverá o candidato reunir os requisitos: a) ser brasileiro, nato ou naturalizado; b) ser maior de 22 anos e menor de 35; c) apresentar atestado de idoneidade moral e de sanidade; d) apresentar certificado de aprovação entre todas as disciplinas do curso secundário. Parágrafo único. A exigência da letra d) será substituída, oportunamente, por um certificado especial de estudos na Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Art. 62. O regimento interno do Departamento Nacional do Ensino disporá sobre a constituição das comissões examinadoras, natureza das provas, seu julgamento, bem como o dos títulos exibidos e, ainda, sobre todo o processo do concurso. § 1º A natureza e o número das provas bem como o processo do concurso, serão modificados pelo Conselho Nacional de Educação, um ano após concluído o curso dos primeiros diplomado pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras com habilitação para o exercício das funções de inspetor. § 2º Para inscrição em concurso, depois de modificação o processo a que se refere este artigo, será substituído o certificado da letra d) do art. 61 pelo do seu parágrafo único. Art. 63. As notas em cada prova serão graduadas de zero a dez, sendo exigido, para

Campos evidenciou, por meio dos artigos 58 a 60, que o papel dos inspetores não deveria ser apenas burocrático, mas que este deveria ser especialista nas matérias a serem fiscalizadas. Em nossa investigação, identificamos que embora houvesse mudança de inspetor na instituição, era um único inspetor designado para o Internato e este inspecionava todas as disciplinas. Portanto no Internato não havia uma observância da lei nos termos que segue:

Art. 58. - Os inspetores são nomeados por concursos e, dentre estes, por acesso, os inspetores gerais. Art. 59. Para os efeitos da inspeção as disciplinas do ensino secundário serão distribuídas nas seguintes secções: Secção A (Letras, Línguas (português, francês, inglês, alemão e latim) e literatura). Secção B (Ciências matemáticas, físicas e químicas): Matemática, Química, Geografia e Cosmografia e Desenho. Secção C (Ciências biológicas e sociais): Geografia (política e econômica), História da civilização História natural Biologia geral e Higiene, Psicologia e Lógica, Sociologia e Noções de Economia e Estatística. Art. 60. Os concursos, a que se refere o art. 58, versarão sobre todas as disciplinas da secção em que se inscrever o candidato a inspetor e, ainda, sobre Pedagogia geral e Metodologia das mesmas disciplinas. § 1º Para os candidatos à secção C haverá ainda prova sobre Higiene escolar e educação física. § 2º Será também exigida prática de datilografia, devendo para isso ser datilografadas pelo candidato as provas escritas do concurso (BRASIL, Decreto. 19.890.seção II - de 1931, grifo da autora).

Entre as funções do inspetor, ele devia encaminhar mensalmente o relatório ao Departamento Nacional de Ensino, descrevendo sobre os trabalhos desenvolvidos em cada série e apontamentos sobre os conteúdos trabalhados e cobrados nos exames da instituição inspecionada. Duas vezes por ano deveria constar no relatório “uma apresentação breve sobre a qualidade do ensino

a habilitação no concurso, o mínimo de seis em qualquer das disciplinas e a média final de todas as provas igual ou superior a sete. Art. 64. Aprovado em concurso, terá o candidato direito ao provimento no cargo de inspetor, quando se verificar vaga na secção a que concorreu, respeitada a classificação por merecimento e o direito de prioridade para os de igual classificação. Parágrafo único. O direito garantido neste artigo caducará se, três anos após a data da aprovação em concurso, não se der vaga que aproveite ao candidato. Art. 65. O inspetor terá exercício, em cada distrito, pelo prazo de três anos consecutivo. § 1º A transferência de inspetores se fará anualmente, no período de férias, abrangendo de cada vez todos os da mesma secção didática. § 2º A designação do distrito, em que passará a servir o inspetor, será feita mediante sorteio. § 3º Para o inspetor que for designado o mesmo distrito em que vinha exercendo suas funções, proceder-se-á novo sorteio. Art. 66. É obrigatória, para o inspetor, a residência na sede do distrito em que esteja em exercício. Art. 67. O número de inspetores gerais será fixado pelo ministro da Educação e Saúde Pública, por proposta do Conselho Nacional de Educação, crescendo, como o de inspetores, á medida das necessidades da inspeção. § 1º Serão designados, de início, oito inspetores, escolhidos dentre os melhores classificados em concurso, para exercerem em comissão tais funções. § 2º Ao fim de quatro anos serão nomeados, pelo ministro da Educação e Saúde Pública, mediante proposta do Departamento Nacional do Ensino, os inspetores gerais efetivos, recaindo a escolha sobre inspetores gerais em comissão ou inspetores efetivos, que melhores provas de assiduidade, capacidade e devotamento aos assuntos do ensino houverem dado (BRASIL Decreto, 19890 de 1931).

ministrado por disciplina em cada série, métodos adotados, assiduidade de professores e alunos [...]” (Cf. BRASIL, Decreto nº. 19.980,1931, art.55).

Embora tenhamos encontrados registros do trabalho dos inspetores no Internato, fica difícil saber se na prática as atribuições dos mesmos eram observadas como está registrado nos relatórios. Muitos autores que escreveram sobre o ensino secundário (HOLLANDA, 1957; LEITE, 1969; NEGRÃO, 1935, MARTINS, 2007) deste período afirmam que a inspeção de ensino era bastante falha. O trabalho de inspeção nas escolas secundárias de certo modo expressa uma tentativa do governo federal no sentido de consolidar, regulamentar e vigiar o ensino secundário regular no país.

Além do processo de inspeção, a reforma Campos implantou um sistema rígido de avaliação. De acordo com os relatórios finais da década de 1930 do Internato, os exames iniciavam pela prova de admissão, na seqüência, as provas parciais, práticas, orais e finais.

O Exame de admissão utilizado na década de 1930 era para selecionar os alunos egressos do curso fundamental. Martins (2006, p.35) ao pesquisar o Ginásio Paranaense na década de 1930, constatou que o número de alunos que prestavam os ditos exames era bastante alto, entretanto na aprovação esse número ficava bastante reduzido.

No que tange ao exame de admissão no Internato, o número de alunos reprovados era infinitamente menor do que na seção do externato. Ressaltamos que Martins tabulou os exames de admissão do período de 1927 a 1931, em nossa investigação conseguimos somente os dados referentes à década de 1930. De acordo com quadro 6, o número de alunos inscritos e aprovados no exame de admissão no Internato era quase semelhante. Fato este que difere do que acontecia na seção do externato, o qual, no ano de 1931 teve 259 inscritos dos quais passaram 195, ou seja, 54 alunos reprovaram na seção do externato, conforme pode ser observado no quadro 6.

QUADRO 6 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E APROVADOS NO EXAME DE ADMISSÃO DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE 1934 A 1942

ANO	CANDIDATOS INSCRITOS	CANDIDATOS APROVADOS
1934	46	44
1935	27	27
1936	48	42
1937	39	38
1938	46	43
1939	32	23
1940	55	48
1941	66	62
1942	68	63

FONTE: Ata sobre o exame de admissão livro 17 - disponível no arquivo escolar do Colégio Marista Paranaense.

Qual seria o motivo para essa diferença? Não temos uma resposta precisa para a mesma, mas inferimos que no final da década de 1920, o Internato passou a receber alunos menores, ou seja, alunos que cursavam o ensino primário⁶¹. Nesse sentido talvez esses alunos tenham tido um estudo mais direcionado para as provas do exame de admissão.

A Reforma Francisco Campos dividiu o ensino secundário em 2 cursos, o fundamental de 5 anos e o complementar de 2 anos⁶². O primeiro ciclo ou ensino Fundamental era voltado para uma formação básica iniciada pelo curso primário. Apesar da preocupação de articular o ensino primário e o ginasial, a Reforma Campos manteve o exame de admissão ao ensino fundamental com caráter

⁶¹ Ressaltamos que não encontramos fontes que pudessem nos informar sobre esses alunos na instituição pesquisada, a não ser um apontamento e outro sobre a existência deles no Internato.

⁶² A ideia de se dividir o ensino secundário regular em dois ciclos não era nova. Já no Império ela fora a sugerida (Cf. HAIDAR, 1971, p.1001). Na República, o Ministro Tavares Lyra propusera, em seu malogrado projeto de reforma do ensino, a separação do curso secundário em dois níveis. A semelhança do que se proporia mais tarde o Ministro Gustavo Capanema (1942) o primeiro ciclo teria duração de quatro anos e o segundo de três, sendo que este último teria em duas seções “para bacharelado em ciências e letras”. O projeto de divisão do curso secundário, em dois níveis, segundo Antunha já havia sido preconizado, em 1904, pelo deputado Passos de Miranda, citado na mensagem presidencial daquele ano: “Para uma reforma do ensino secundário, que atenda as diferentes classes e posses dos diversos talentos e aptidões, é necessário dividi-lo em dois ciclos, que, pela flexibilidade dos seus planos de estudo, pelo fim igualitário, a que visa o primeiro, e pela diversidade de tipos de ensino, que anima o segundo, permitam todas as classes, que no seu desenvolvimento carece de todas as classes, de todas as profissões, colimando sempre um ideal de prosperidade e de grandeza” (ANTUNHA, 1980, p.238-239).

seletivo. A permanência do exame de admissão obrigatório funcionou como um dispositivo limitador de acessibilidade a novos segmentos da população (ANTUNHA, 1980, p. 239).

Para o segundo ciclo ou curso complementar foi reservada a função propedêutica, tradicionalmente reservada ao ensino secundário. Neste segundo ciclo era destinada a preparação dos alunos nas disciplinas indispensáveis para realização dos estudos no curso superior.

O curso complementar passou a ser ofertado somente pelo Ginásio Paranaense no ano de 1936, dando sequência às diretrizes da Reforma de 1931, a qual foi implementada de forma gradativa. “O Ginásio Paranaense seção do externato foi o primeiro estabelecimento de ensino a ofertar o curso complementar⁶³” (MARTINS, 2006, p. 40).

O curso complementar era marcadamente um preparatório para a universidade. O Ginásio Paranaense no ano de 1936 ofertou os cursos de Pré-Jurídico, Pré-Médico e Pré-Engenheiro, esses preparam os alunos para os cursos de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Engenharia e Arquitetura existentes na Universidade (MARTINS, 2007, p.39 - 40).

No sistema de avaliação da década de 1930, de acordo com os pressupostos da Reforma Francisco Campos, os alunos secundaristas deviam prestar uma arguição mensal, a média dessas arguições servia para o cômputo da média anual que constituirá a nota final de trabalhos escolares. A falta da média mensal, por não comparecimento qualquer que seja o pretexto, inclusive por doença, equivale à nota zero (BRASIL, Decreto, 19.890, art.35).

Além das provas mensais a cada bimestre, os alunos deviam prestar um exame final (oral e escrito), o ano letivo era dividido em quatro bimestres, a média dos alunos era a soma dos quatro bimestres, sendo que o resultado, a nota final dos alunos correspondia à média dos exames parciais, finais, trabalhos e práticas prestados durante o ano. Essa sistematização das avaliações na Reforma Campos de certo modo inibiu que houvesse uma única avaliação para promoção do aluno, como acontecia na chamada Primeira República por meio dos exames parcelados.

⁶³ EM 1937, existiam em Curitiba doze estabelecimentos de ensino secundário geral. Apenas o Ginásio Paranaense possuía o Curso Complementar, os outros ofereciam somente o Curso Fundamental. No Paraná, além do Ginásio Paranaense, o Regente Feijó em Ponta Grossa, também ofertava o curso complementar. No país, havia 42 instituições de ensino que ofereciam esse grau de ensino. Dessas,

Contudo, para aluno secundarista, esse novo sistema passou a significar “80 arguições ou provas mensais, 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que durante o ano letivo, equivaleria a, pelo menos uma prova a cada dois dias de aula” (ROMANELLI, 2007, p.137).

Nesse sentido os alunos passavam a maior parte do tempo do ginásio realizando provas e, devido ao excesso das mesmas, associado à severidade na cobrança e correção, fazia com que muitos alunos repetissem a série “o número excessivo de provas exames fez com que a seletividade fosse à tônica do sistema” desse período (ROMANELLI, 2007, p.136-137).

Estudo como de Martins (2007) constou que número de alunos que ingressavam no ensino secundário regular do Ginásio Paranaense (seção do externato) era alto na década de 1930, entretanto o número de egressos caía quase pela metade por ocasião da conclusão.

Embora os alunos do Internato tivessem a “maior parte do tempo” dedicado aos estudos, eles também enfrentavam problemas com o sistema de avaliação rígido da época, pautado na memorização. Conforme o quadro 7, a seguir, eram muitos alunos que iniciavam a 1ª série, mas muitos não concluíam o curso nos 5 anos destinados ao curso fundamental.

QUADRO 7 – NÚMERO DE MATRÍCULAS DO 1º E DO 5º ANO DE CURSO FUNDAMENTAL DO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE – POR GERAÇÕES

Gerações	Matrículas 1º ano	Matrículas 5º ano
1919 - 1923	12	03
1924 - 1928	26	03
1929 - 1933	26	15
1934 – 1938	44	21
1939 - 1942	23	22 – matriculado na 4ª série ⁶⁴

FONTE: Livro de matrículas e relatórios finais do Internato do Ginásio Paranaense, entre os anos de 1919 a 1942.

NOTA: quadro elaborado pela autora

No Internato, de acordo com o quadro 8, houve uma diferença considerável na entrada e matrícula no 5º ano da 1ª e 2ª geração. A explicação para esta

grande parte situava-se no Rio de Janeiro (capital) e em São Paulo (capital), com oito e sete estabelecimentos respectivamente (Cf. MARTINS, 2006, p. 40 e IBGE Anuário, 1941).

⁶⁴ O número de 22 alunos corresponde até a 4ª série porque a geração completou-se no período em que o Internato do Ginásio Paranaense já estava sob a administração privada. no ano de 1942, como esta investigação deteve-se somente no período público, esta última geração ficou incompleta.

alteração está além da severidade dos exames. A diferença deve ser relacionada com dois acontecimentos ocorridos no Internato. O primeiro deles deve-se ao fato de que na década de 1920, muitos alunos não concluíam o ensino secundário por meio do ensino regular na instituição, e sim por meio dos exames parcelados, como já foi apontado anteriormente neste trabalho. E, o segundo motivo deve-se ao fato de que dos 26 alunos matriculados no ano de 1924 somente 16 transferiram para nova sede do Internato no ano de 1925. Diante do exposto, as matrículas do 5º ano das duas primeiras gerações devem ser relativizadas, mesmo porque a Reforma Campos ainda não estava em vigor.

As duas últimas gerações da década de 1930 permitem uma análise mais “precisa” quanto à redução no número de matrículas no 5º ano. Observando o quadro 8, evidenciamos, que o número de matrículas no 1º ano era razoável, mas mesmo em regime de Internato muitos alunos não concluíam o curso nos 5 anos, pois no decorrer do curso secundário era comum a reprovação em uma ou mais séries. Fato este que deve ser associado ao currículo enciclopédico e ao sistema de avaliação bastante rigoroso da época, expressados nas pesquisas de Martins (2007) e Romanelli (2007).

De acordo com os registros do tempo dos Irmãos Maristas (1939-1942), além da memorização, havia um forte estímulo à competição entre os ginasianos, o qual funcionava em mão dupla: gratificação *versus* sanção. A gratificação era por meio de prêmios de honra, menção honrosa, excelência e pontuação⁶⁵.

Essa metodologia produzia uma “espécie de contabilidade penal a qual permitia destacar os melhores alunos” (ANDRADE, 2000, p.98). Assim, a aprendizagem do aluno no Internato era, em sua maior parte, definida primeiramente pela memorização dos conteúdos e posteriormente pelo comportamento e pelo mérito⁶⁶.

De acordo com os registros do tempo dos Irmãos Maristas (1939-1942), além da memorização, havia um forte estímulo à competição entre os ginasianos, o qual funcionava em mão dupla: gratificação *versus* sanção. A gratificação era por meio de prêmios de honra, menção honrosa, excelência e pontuação⁶⁷. Essa metodologia

⁶⁵ Cf., Revista Ecos do Internato do ano de 1942 - disponível na Biblioteca do Colégio Marista Paranaense, p 83 a 87.

⁶⁷ Cf., Revista Ecos do Internato do ano de 1942 - disponível na Biblioteca do Colégio Marista Paranaense, p 83 a 87.

produzia uma “espécie de contabilidade penal a qual permitia destacar os melhores alunos” (ANDRADE, 2000, p.98). Assim, a aprendizagem do aluno no Internato era, em sua maior parte, definida primeiramente pela memorização dos conteúdos e posteriormente pelo comportamento e pelo mérito. Essa forma de avaliar era um dos fatores responsável pela permanência de alguns alunos no curso secundário para além dos 5 anos previstos.

CAPÍTULO III - REFLEXÕES SOBRE A CULTURA ESCOLAR – PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DISCIPLINARES

3.1. O CURRÍCULO DO INTERNATO – PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS

No Brasil, ao longo das quatro primeiras décadas do século XX, o currículo do ensino secundário passou por uma série de alterações devido à emergência de novos conhecimentos científicos e das necessidades sociais e econômicas do país.

Por ocasião da instalação da República, o currículo do ensino secundário procurou a conciliação do currículo humanista com o enciclopedista, sob a inspiração positivista, mas incluiu disciplinas das ciências modernas em favor da erudição, além de reforçar o caráter propedêutico⁶⁸ (ZOTTI, 2008, p.3).

O Internato do Ginásio Paranaense (1919 - 1942) como os demais ginásios estaduais obedeciam ao currículo definido pelo governo federal. Na chamada Primeira República, a referência para as escolas secundárias estaduais era o currículo do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Contudo, para esse período, as congregações das escolas secundárias estaduais podiam acrescentar outras disciplinas caso achassem necessário⁶⁹ (ANTUNHA, 1980, p. 92). No governo Vargas, a Reforma Francisco Campos (1931) e a Reforma Capanema (1942) definiram o que devia ser ensinado nos ginásios brasileiros.

Nos relatórios do Internato do Ginásio Paranaense⁷⁰ encontramos expressões como *disciplina*, *cadeira* e *aulas* para referir-se às disciplinas escolares que compunham o currículo tal como conhecemos hoje, doravante utilizaremos a expressão *disciplina*.

A historiografia da Educação do final do século XX e início do século XXI observou o surgimento de questões que culminam com discussão entre os pesquisadores franceses e ingleses sobre o que se entende por disciplina ou matéria escolar.

⁶⁸ Ensino que serve de introdução e que prepara para receber, mais tarde, ensino de nível mais alto. Conjunto de estudos que como um estágio preparatório antecede os cursos superiores (DUARTE, 1986, p.175).

⁶⁹ Nesta pesquisa não identificamos acréscimo de nenhuma disciplina além daquelas definidas pelo Currículo do Colégio Pedro II ou pela Reforma Francisco Campos.

As posições desses estudiosos são conflitantes ao tratarem do conhecimento escolar, alguns defendem a disciplina escolar como “transposição didática” e outros entendem a disciplina escolar como um campo de conhecimento autônomo. Mas o que é afinal uma disciplina escolar para estes estudiosos?

O pesquisador francês Yves Chevallard (1991, p.47-51), entende que a disciplina escolar é resultado da ciência referência, produzida e ensinada em centros universitários, originadas com rigor metodológico e científico. Essa concepção entende a disciplina escolar como subordinada ao conhecimento científico, e ao ser ministrado na escola precisa passar por uma transposição de linguagem, de modo a colocá-la ao alcance do aluno. Seguindo esse pensamento, ao professor cabe somente transpor o conhecimento elaborado na academia e sua eficiência é mediada pela capacidade de adequação deste conhecimento para o nível de ensino em que atua.

O pesquisador inglês Ivor Goodson (1995) e o francês André Chervel (1990) são mais cautelosos que Chevallard, para eles existem diferenças mais complexas entre o conhecimento científico e o escolar, o qual não pode ser explicado pela transposição didática. Esses dois estudiosos defendem que as disciplinas escolares devem ser estudadas historicamente, contextualizando o papel exercido pela escola em cada momento histórico.

As disciplinas escolares estabeleceram-se mais efetivamente e passaram a ter esta denominação a partir de 1910, a constituição das mesmas se deu em meio a conflitos e disputas (CHERVEL, 1990, p.15). Os debates giraram em torno de quais disciplinas deveriam compor o currículo escolar, alguns defendiam as disciplinas das ciências humanas, outros defendiam as disciplinas das ciências exatas e biológicas como sendo as mais importantes (BITTENCOURT, 2004, p.40). Essas disputas aconteceram no bojo do crescimento da urbanização e industrialização da Europa.

Uma das preocupações da época era: quais conteúdos dariam mais conta de formar ou de “cultivar” os novos sujeitos para atuar no novo contexto social emergente? Chervel (1990) identificou em seu estudo que para definir o que permanecia ou se retirava do currículo, alguns critérios eram observados, tais como: finalidades, conteúdos, métodos e avaliação.

⁷⁰Cf. relatórios dos anos de 1922, 1923 e 1924 – redigidos pelo subdiretor Olympio de Almeida e apresentado ao diretor geral da Instituição. Esses relatórios encontram-se disponíveis no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

Em nossa investigação procuramos focar em um destes critérios, mais especificamente o da finalidade das disciplinas no currículo do Internato do Ginásio Paranaense. Essa opção se deu no sentido de procurar entender quais eram as justificativas para que as mesmas fizessem parte da grade curricular dessa instituição no período investigado, levando em consideração de que o currículo era nacional e, determinado pelo Colégio Pedro II, o qual era considerado ginásio modelo na época. Entendemos que as finalidades das disciplinas sofrem alterações “[...] de modo que atendam diferentes públicos escolares e respondam às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade (BITTENCOURT 2004, p. 42)”.

De acordo com o quadro 8, muitas disciplinas que existiam na década de 1920 foram suprimidas ou incorporadas por outra disciplina na década de 1930.

QUADRO 8 – DISCIPLINAS MINISTRADAS NO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930⁷¹ (CONTINUA)

Disciplinas	Número de aulas semanais década de 1920						Número de aulas semanais década de 1930					
	1º	2º	3º	4º	5º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	Total
Português	03	03	03	03	03	15	07	05	03	03	-	18
Latim	-	03	03	-	-	06	-	-	-	02	03	05
Francês	03	03	03	-	-	09	-	03	05	-	-	08
Inglês	-	-	03	03	03	09	-	02	02	03	-	07
Alemão	-	-	-	-	-	00	-	-	-	-	-	-
Filosofia	-	-	--	-	-	00	-	-	-	-	03	03
Hist. Universal	-	-	03	03	03	09	-	-	-	-	-	-
Hist. da Civilização				03		03	03	02	02	-	-	07
História do Brasil	-	-	-	-	02	02	-03 aulas na 4ª e 5ª série – incluída na disciplina de História da Civilização -					06
Filosofia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	-
História Natural	-	-	-	03	03	06		-	02	03	03	06
Física e Química	-	-	-	-	03	03	-	-	-	-	-	-
Geografia	03	-	-	-	-	03	02	02	02	-	-	06
Corografia	-	03	-	-	-	03	-	-	-	-	-	-
Cosmografia	-	-	03	-	-	03	-	-	-	02	-	-
Ciências Físicas Naturais ⁷²	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-

⁷¹ O quadro número 8 foi organizado pela autora a partir dos dados extraídos do relatório da subdireção do Internato apresentado à direção geral do Ginásio Paranaense, disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa. O quadro de horário da década de 1930 – a partir do ano de 1933, encontra-se disponível no arquivo escolar do Colégio Maristas Paranaense.

⁷² A disciplina de Ciências Naturais é encontrada no horário do Internato do ano de 1919, mas a partir da Reforma Rocha Vaz em 1925, essa disciplina passa a ser denominada de Física e Química e com

QUADRO 8 - DISCIPLINAS MINISTRADAS NO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE NAS DÉCADAS DE 1920 E 1930 (CONCLUSÃO)

Disciplinas	Número de aulas semanais década de 1920						Número de aulas semanais década de 1930					
	1º	2º	3º	4º	5º	Total	1º	2º	3º	4º	5º	Total
Física	-	-	-	-	-	-	-	-	02	02	-	04
Química	-	-	-	-	-	-	-	-	02	02	-	04
Aritmética	03	03	-	-	-	06	-	-	-	-	-	-
Álgebra	-	-	03	-	-	03	-	-	-	-	-	-
Geometria	-	-	-	03	03	06	-	-	-	-	-	-
Matemática	-	-	-	-	-	00	03	03	03	-	-	09
Desenho	03	03	03	02	02	13	03	03	03	02	-	11
Ginástica	05	05	05	05	05	20	-	-	-	-	-	-
Educação Física	-	-	-	-	-	-	05	05	05	05	05	20
Canto Orfeônico	-	-	-	-	-	-	02	02	-	-	-	04
Instrução Pré-militar	05	05	05	05	05	20	03	03	03	03	03	12
Opcionais	Datilografia e aulas de música					-----	-----					-----

FONTE: Quadro de horário da década de 1920 e Quadro de horário do ano de 1930.

NOTA: Quadro elaborado pela autora (2009).

Observando o quadro 8, a disciplina de Português era ministrada no Internato da primeira à quinta série com duração de 50 minutos. Essa disciplina passou a fazer parte do currículo da escola secundária em 1871. A partir desse período a gramática ganhou a denominação de Português, "nesta data também foi criado, no Brasil por decreto imperial, o cargo de professor de português" (PARANÀ, 2008, p.7). A função do ensino de português nas primeiras décadas do século XX era "levar o conhecimento ou talvez apenas o reconhecimento das normas e regras de funcionamento desse dialeto de prestígio [...]" (SOARES, 2001, s/p.).

Desde o fim do século XIX, reforça-se a necessidade de criar uma cultura genuinamente brasileira. Nesse sentido, esse papel era desempenhado em parte pelas escolas com a inserção da disciplina de Português. Entretanto é na década de 1920 que se percebe um enfrentamento maior na busca da valorização da cultura nacional, embora o Movimento Modernista⁷³ não tenha sido o agente principal na revolução da linguagem desse período, de certa forma colaborou para a

a Reforma Francisco Campos as disciplinas de Química de Física passam a ocupar espaços distintos no currículo do ensino secundário (LOPES, ano, p. 24-102).

⁷³ O movimento modernista no Brasil contou com duas fases: a primeira foi de 1922 a 1930 e a segunda de 1930 a 1945. A primeira fase caracterizou-se pelas tentativas de solidificação do movimento renovador e pela divulgação de obras e idéias modernistas. Os escritores desse movimento romperam com as regras preestabelecidas (CABRAL, s/p.).

aproximação entre o português escrito e o falar cotidiano do Brasil. Os escritores modernistas brasileiros procuravam expressar uma opinião, um gosto, uma cultura e um jeito autêntico, livre de traços europeus.

Outro fator que certamente calborou para reforçar a importância da disciplina de Português no currículo foi a Reforma Carlos Maximiliano, a qual teve efeito no período de 1915 a 1925, de acordo com essa reforma a disciplina de português passou a constituir pré-requisito para os alunos que prestavam os exames parcelados.

O historiador Eric Hobsbawm, por meio de sua obra *Nações e nacionalismo* (1990), assinala que, a partir da construção dos Estados Modernos europeus, a existência de uma língua vernácula constituiu-se numa base indispensável para a criação da consciência nacional, pois esta é proveniente de valores, tradições, lembranças do passado e planos para o futuro compartilhado, contido em uma cultura particular que é pensada e falada.

Remetendo-nos ao caso específico da construção do Estado brasileiro ao que tange a valorização da cultura nacional, o programa da disciplina de Português na escola secundária na década de 1930, no Internato do Ginásio Paranaense de certa forma expressou essa finalidade, pois cabia ao professor:

[...] proporcionar aos alunos nesta matéria “leitura de trechos de prosadores e poetas nacionais contemporâneos, explicação dos textos pelo professor, estudo do vocabulário, reprodução oral do assunto lido, recitação de pequenas poesias”. Para assimilação desta matéria o aluno deveria realizar “os exercícios orais e escritos, feitos em classe, de redação e de correção de textos errados, para aplicação dos conhecimentos gramaticais, regras do estilo, escolhendo-se para redação breves descrições, fábulas, narrativas e episódios da história pátria e familiar” (Programa de ensino do Ginásio Internato Paranaense, 1930).

Embora no ensino da disciplina Português a gramática fosse predominante, os professores dessa época, ao considerar o incentivo à leitura de poetas e literatos que contemplassem a história da pátria, de certo modo, promoviam a publicidade da cultura do Brasil e do novo regime político, na tentativa de romper com os traços do período Imperial.

O latim era a língua clássica ensinada no Internato e muito valorizada no período Imperial. Essa disciplina era ministrada na década de 1920 no segundo e terceiro ano com 03 aulas semanais, e no ano de 1930, a mesma passa ser ministrada na quarta e quinta série com um número menor de aulas. O ensino do

Latim no final do XIX possibilitava uma formação distinta aos secundaristas em relação aos demais jovens daquela época, porque os jovens secundaristas tomavam contato com textos clássicos (DALLABRIDA, 2001; ANDRADE, 2000).

O latim era a língua nobre, do saber, dos eruditos, dos especialistas da Antiguidade (os antiquarii), dos letrados. Ensinava o latim não tanto para que ele fosse lido ou falado, mas sim para enxertá-lo na língua vulgar, enobrecendo-a com citações e comentários. Seu uso constituía uma marca de distinção (ANDRADA, 2007, p.83).

Presumimos em nossa análise que o conhecimento do latim estabelecia diferença entre ginasianos e não ginasianos, mas não determinava essa distinção entre esses dois grupos de jovens, uma vez que o acesso ao ensino secundário nas primeiras décadas do século XX era privilégio de poucos. Mesmo com a expansão deste nível de ensino na década de 1930 por meio dos ginásios particulares, o acesso a esse nível de ensino ainda continuou restrito, pois, nem todos os pais podiam pagar pelos estudos de seus filhos.

Evidenciamos em nosso estudo que o ensino das línguas modernas estrangeiras (Inglês e o Francês) gradativamente passou a assumir maior prestígio no currículo em detrimento do Latim. Um dos motivos para o prestígio desses idiomas na década de 1930 deve-se ao fato de que as mesmas tornaram-se obrigatórias para o ingresso em cursos superiores (LIMA, 2009 p. 2.).

O ensino das disciplinas de Inglês e Francês nesse período apresentava alguns problemas como a falta de professores e de metodologia adequada. “A metodologia para o ensino das chamadas línguas vivas era a mesma das línguas mortas: tradução e análise gramatical” (LEFFA, 2001, 42). Como a finalidade das línguas estrangeiras modernas ou “vivas” era o ingresso nos cursos superiores, o ensino da gramática e a tradução acabavam de certo modo cumprindo com o objetivo proposto.

Entretanto, a Reforma Francisco Campos (1931) introduziu mudanças no ensino desses idiomas, além de aumentar a carga horária dos mesmos, introduziu orientação para uma nova metodologia, o método direto.

Art. 1.º – O ensino das línguas vivas estrangeiras (francês, inglês e alemão), no Colégio Pedro II e estabelecimentos de ensino secundário a que este serve de padrão terá caráter eminentemente prático e será ministrado na própria língua que se deseja ensinar, adotando-se o método direto desde a primeira aula. Assim compreendido, tem por fim dotar os jovens brasileiros de três instrumentos práticos e eficientes, destinados não

somente a estender o campo da sua cultura literária e de seus conhecimentos científicos, como também colocá-los em situação de uso para fins utilitários, da expressão falada e escrita dessas línguas. Parágrafo único – O ensino direto fica, nos primeiros anos, a cargo de professores denominados Auxiliares, e, no último, de um professor denominado Dirigente, para cada língua em cada uma das casas do Colégio, ao qual incumbirá também a função de orientar e fiscalizar o trabalho dos Auxiliares (BRASIL, Decreto no. 20.833, de 21 de dezembro de 1931).

Ministrar as aulas de francês no método direto no Internato do Ginásio Paranaense na década de 1930 não era algo tão complexo, pois a maioria dos padres dessa instituição tinha em sua formação o estudo do Francês, porque essa congregação era de origem francesa. Entretanto, nas anotações dos conteúdos ensinados no Internato na década de 1930, a despeito das orientações da Reforma Francisco Campos (1931) quanto ao ensino das línguas modernas estrangeiras e a fluência dos padres lazaristas no idioma francês, mas prática dos professores ainda observava somente a gramática, tradução e algumas frases para o exame de oralidade⁷⁴.

Diante disso, pode-se asseverar que as Instruções da Reforma de 1931 referentes às línguas modernas estrangeiras no Internato do Ginásio Paranaense ficou no prescrito, pois o número reduzido de horas reservadas ao ensino dos idiomas modernos e a não apropriação do método direto pelos professores, de certa forma dificultaram que as instruções da Reforma Campos fossem observadas.

Os professores de língua moderna estrangeira e demais professores passaram a ter uma formação específica a partir da Reforma Francisco Campos, a qual estabeleceu o Estatuto Básico das Universidades Brasileiras através do decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931, o qual teve como função, entre outras, o preparo do quadro de docentes da escola secundária. Vale ressaltar que as primeiras universidades criadas para formação do professor foram: a Universidade de São Paulo, criada em 1934 com sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e a Universidade do Distrito Federal (UDF) no ano de 1935. (SAVIANI, 2007, p.258), mas a partir da década de 1930 as universidades brasileiras de uma maneira geral passaram a ofertar uma formação específica para o professor. Diante disso, inferimos que até que se construísse uma nova cultura do ensino das línguas modernas estrangeiras prevaleceu o ensino da gramática e da tradução.

⁷⁴ Informação extraída dos relatórios finais da década de 1930, produzidos pela direção do estabelecimento para prestar conta ao inspetor federal de ensino. Tais relatórios encontram-se disponíveis no arquivo escolar do Colégio Marista Paranaense.

As aulas de Desenho, na década de 1920, contavam com 03 aulas semanais em todas as séries do ginásio, prática essa que continuou na década de 1930. Nos anos de 1920, o conteúdo da disciplina de Desenho, segundo as orientações do Colégio Pedro II e posteriormente pela Reforma Francisco Campos (1931), deveria ser “inteiramente linear, visando à aplicação na indústria”⁷⁵. No Paraná, nas décadas de 1920 e 1930, a industrialização era muito incipiente (OLIVEIRA. 2001 p.28), mas como o currículo era nacional, o Internato deveria ministrar as aulas de desenho tal qual estava prescrito. Em nossa análise, a presença dessa disciplina tinha por finalidade formar o jovem secundarista para o Brasil urbano e industrial que estava despontando.

A disciplina de História Natural no período investigado por nós compreendia o ensino de Zoologia, Botânica e Mineralogia. Os conteúdos eram ensinados por meio da descrição e da memorização. Na década de 1960, tal disciplina passou a ser denominada de Biologia, denominação essa que permanece até a atualidade nos currículos da escola secundária brasileira (LOPES, 1990, p.73).

A disciplina de Matemática tal como conhecemos hoje passou a fazer parte do currículo também a partir da Reforma Francisco com essa denominação (1931). No Internato foi possível identificar que as aulas de Matemática na década de 1920 eram desmembradas em vários conteúdos, como a aritmética, álgebra, trigonometria, geometria (ver quadro 8).

Essa disciplina ganhou importância no final do século XIX e início do século XX, passando a ser discutida em encontros internacionais, os quais colaboraram para justificar a Matemática como disciplina escolar. O resultado dos debates promovidos nesses encontros internacionais chegaram ao Brasil por intermédio dos professores do Colégio Pedro II e a partir de então aparecem no currículo desta instituição. Entre os professores de Matemática do Colégio Pedro II, Euclides de Medeiros Roxo⁷⁶, foi quem levantou as discussões sobre as reformas dessa disciplina.

Foi nesse contexto que o ensino de Matemática orientado por Roxo foi aprovado pelo Departamento Nacional de Ensino, pela Associação Brasileira de Educação (ABE) e oficializado pelo governo por meio do decreto 18.564 do ano de

⁷⁵ Informação extraída do Anuário do Ginásio Paranaense, 1929, p.68.

⁷⁶ Foi professor de matemática e diretor do Colégio Pedro II.

1929. Essa mudança no ensino da Matemática foi repassada para as escolas secundárias com a reforma Francisco Campos (1931). A renovação do ensino da Matemática no Brasil ocorreu no contexto da expansão urbana e industrial, desenvolvimento da agricultura e no bojo do movimento da Escola Nova. A aprendizagem dessa disciplina deveria valorizar o envolvimento do estudante em atividades de pesquisa (PARANÁ, 2007, p.6).

A disciplina de Geografia na década de 1920 constava no currículo como disciplina de Geografia, Corografia e Cosmografia, estas disciplinas, após a Reforma Francisco Campos (1931) passaram a ser denominadas de disciplina de Geografia Geral e Geografia do Brasil e Cosmografia.

O ensino de Geografia nas décadas de 1920 e 1930 era realizado por meio de uma abordagem descritiva e compartimentada, entendendo o estudo de uma região como um organismo autônomo, marcado internamente pela relação fatores naturais e socioculturais próprios, a saber: clima, religião, relevo, hidrografia, origem étnica predominante, língua oficial, e etc.; além dos principais produtos explorados pelo setor primário, produzidos pelo setor secundário e o destino a eles dados. Estudados detalhadamente todos os aspectos de uma determinada região passava-se para outra, considerando o conteúdo ensinado como visto, aprendido e superado (FANTIN E TAUSCHESCH, 2005, p.37). No Internato por meio dos relatórios finais foi possível ter uma noção da prática desta disciplina ocorria tal como constatou Fantin e Tauschesch, por meio de descrições das regiões, as provas parciais cobravam-se os pontos trabalhados e na próxima lição outra região, não relacionando as mesmas.

A disciplina de Geografia seguia os pressupostos da escola francesa e, era ensinada como se fossem verdadeiros inventários de uma determinada região. O ensino dessa disciplina, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, “fazia apologia do Estado recente (República), enaltecia as grandezas naturais do território brasileiro, ajudava construir o nacionalismo patriótico” (SANTOS, 1996, p. 271).

A disciplina de História encontra-se presente no currículo da escola secundária brasileira desde 1837, quando foi inserida no currículo do Colégio Pedro II, os manuais da disciplina, nesta época, eram franceses (NADAI, 1992). A disciplina de História:

inicialmente estudada no país foi a História da Europa Ocidental, apresentada como a verdadeira História da Civilização. A História pátria surgia como apêndice, sem um corpo autônomo e ocupando papel extremamente secundário (NADAI 1992, p. 146).

A disciplina de História na chamada Primeira República aparece no currículo do Colégio Pedro II e do Internato dividida em História Universal e História do Brasil, Mas já nas últimas décadas do século XIX, antes mesmo da instalação da República, surgiram algumas críticas ao ensino da História Universal, apontando que a mesma teria se reduzido a uma classificação cronológica de dinastias. No discurso de alguns republicanos, guiados pelas ideias positivistas, a escola deveria denunciar os atrasos impostos pela monarquia e colocar o país na rota do progresso e da civilização (BRASIL, 1998, p. 21).

Embora com a instalação da República a ideia de nação de identidade nacional fosse a tônica daquele momento, a História do Brasil não ocupava um papel de destaque no currículo das escolas secundárias⁷⁷.

As narrativas históricas, produzidas pelos historiadores do IHGB e pelos professores do Colégio Pedro II, justificava o modelo de nação brasileira vista como uma extensão da Europa Ocidental. A História do Brasil produzida e ensinada era a História dos “heróis”, a qual legitimava os valores aristocráticos, no qual o processo histórico era conduzido pelos ditos “heróis” e excluía a possibilidade das pessoas comuns serem entendidas como sujeitos históricos.

Na década de 1930, após a Reforma Francisco Campos, o ensino de História do Brasil no Internato passou a ser incluído a História da Civilização. Esta disciplina passou a ser ministrada nas cinco séries do curso fundamental e do ensino secundário, teoricamente as aulas de História estavam subdivididas em 6 aulas para História geral e 6 aulas para História do Brasil. Mas, de acordo, com os estudos de Vera Lucia Andrade(199, p. 83-84), “os programas apresentados para a disciplina de História não eram muito diferentes dos programas elaborados pelo Colégio Pedro II e seguidos pelos colégios estaduais”, contudo, a História do Brasil na prática continuou em segundo plano, fato este constatado no Internato do Ginásio Paranaense, a partir dos relatórios finais nos quais aparecia mais registros sobre os pontos ensinados e avaliados da História geral e poucos sobre a História do Brasil

⁷⁷ De acordo com a professora e pesquisadora Circe Bittencourt (2004, p.158), atualmente muitos autores de livros didáticos que se propuseram a produzir uma História Integrada, continuam a valorizar mais a História européia em detrimento da História do Brasil.

No chamado Estado Novo, a disciplina de História foi inserida no projeto nacionalista de Vargas, diante disso, seus conteúdos não deveriam ficar restritos à sala de aula, mas as práticas e rituais cívicos, desfiles e eventos comemorativos, e as celebrações de culto aos símbolos da Pátria passaram a fazer parte desta disciplina como forma de forjar uma consciência patriótica (MARTINS, 2007).

No Internato, de acordo com os apontamentos dos relatórios finais da década de 1930, o ensino dessa disciplina dava por meio da exposição oral do professor, estudo dos pontos e resolução dos questionários, nada constava nos relatórios sobre as práticas cívicas, este dado sugere que esta prática não era avaliada, embora fotografias da época apontem que a mesma fosse uma constante no Internato.

A disciplina de Química aparece no currículo da escola secundária pela primeira vez de forma independente a partir da Reforma Rocha Vaz (1915 -1925), anterior a 1925, essa disciplina era denominada de Física e Química e segundo, Alice Cassimiro Lopes (1990), o ensino da disciplina de química aparecia no currículo do Colégio Pedro II na quinta série e era alternado com o ensino de física, sendo 6 horas para química e 6 horas para física. No Internato, no ano de 1924 essa disciplina divide espaço com a Física, porém na década de 1930, essas duas disciplinas terão espaços distintos no currículo da escola secundária (ver quadro 8).

Infelizmente não encontramos dados que pudessem nos informar sobre as práticas dessa disciplina no Internato, se a instituição tinha um laboratório ou utilizava o mesmo da seção do externato e como eram realizados esses experimentos. Diante disso, nossa análise ficou limitada, entretanto, de acordo com o rol de conteúdos dispostos nos relatórios finais do Internato na década de 1930, observou-se que os conteúdos eram ministrados por meio de pontos e a verificação da aprendizagem era cobrada a partir da memorização dos conteúdos estudados. Sendo assim, o objetivo do ensino da Química e da Física no sentido de superar o caráter mnemônico ficou somente no prescrito. Apesar de não termos encontrado vestígios das aulas de Química em laboratório, segundo as investigações de (LOPES, 1990, p. 104) Os experimentos realizados nas aulas de Química na década de 1930, no Colégio Pedro II, enfatizavam as demonstrações e não a investigação. Assim inferimos que possa ter ocorrido o mesmo no Internato.

A disciplina de Ginástica era ministrada todos os dias no Internato. O corpo nas primeiras décadas da República passou a ser olhado como mais um espaço no

qual a modernidade deveria agir. Os próprios ideais republicanos repelem a idéia de ter no Brasil uma geração de “*fracos e enfezados, de lânguidos e raquíticos*” (FIORIN, 2002, p.68). Era necessário criar uma geração que compactuasse com a ideia de dinamicidade imposta pela República. A ideia de ciência como norte para todas as coisas, também esbarra nas questões corporais, uma vez que o exercício é visto como algo útil para manter ativas as engrenagens da sociedade (FIORIN, 2002).

Observando a figura 3, os alunos foram colocados alinhados na aula de ginástica no campo de futebol do Internato, provavelmente para propagar a ordem e o tipo de ensino ministrado na instituição. A presença de um militar ao lado da turma sugere que os militares eram responsáveis por essas aulas na década de 1920. (CHAVES JUNIOR, 2004, p. 150).

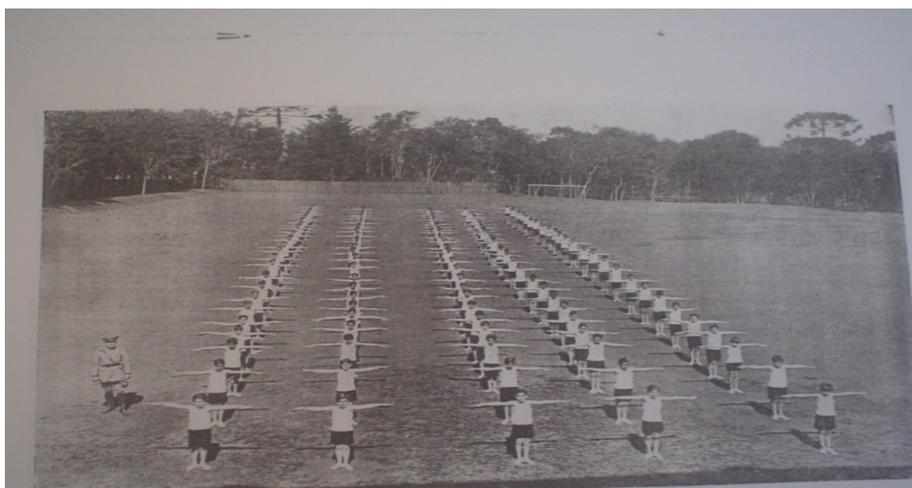


FIGURA 3 – AULA DE GINÁSTICA NO CAMPO DO INTERNATO, 1929
FONTE: Prospecto e regulamento do Internato do Ginásio Paranaense

A partir da década de 1930, essa disciplina passou a ser ministrada todos os dias, sendo a primeira aula da manhã dos ginásianos no horário da 7h às 8h ou na última aula do dia 17h às 18h. A disciplina de Ginástica, a partir da Reforma Francisco Campos (1931) passa ser denominada de Educação Física.

A partir da Reforma Francisco Campos (1931) foi atribuída à disciplina de Educação Física a “função de auxiliar no processo de desenvolvimento da nação fortalecendo corpos e ajudando a formar mente” (CHAVES JUNIOR, 2004, p.182). Embora, no discurso político da década de 1930 e 1940 houvesse uma valorização e uma finalidade clara no que se refere à presença da Educação Física nas escolas, as condições de trabalho para viabilizar as aulas dessa disciplina se deram na seção

do externato entre a precariedade de espaços e a tentativa de melhorias (CHAVES JUNIOR, 2004, p.184). No Internato, em nossa investigação, não percebemos um espaço próprio para as aulas de Educação Física para além do campo de futebol.

As aulas de música no Internato (violino e piano) na década de 1920 no Internato eram opcionais e, portanto os pais deviam pagá-las a parte⁷⁸. A partir da Reforma Francisco Campos, em 1931, essa disciplina passou a compor o currículo das escolas brasileiras, mas com outro formato e com outra finalidade.

O resultado da inserção da disciplina de música nas escolas brasileiras deve-se em grande parte a “intervenção do maestro Heitor Villa-Lobos em prol da educação musical e, em particular, do Canto Orfeônico⁷⁹ na escola” e de representantes do Movimento da Escola Nova que percebiam nessa disciplina uma possibilidade de valorização da cultura brasileira (LEMOS JUNIOR, 2005.p.9).

Na escola, durante o início do século XX a disciplina de Música desempenhou uma função de caráter teórico e de formação básica como, por exemplo, estudar a vida e a obra dos principais músicos brasileiros e estrangeiros. Por isso, é encontrada nos programas curriculares do início do século XX a nomenclatura “Música e Canto” que determina, por um lado, o conhecimento técnico da disciplina (história e teoria), por meio da nomenclatura de Música, e o Canto, como representante da prática escolhida para aplicação nas escolas. Neste sentido, o conceito de Música enquanto disciplina escolar assume uma relação direta com o caráter erudito, uma vez que, na história da Música, são os artistas eruditos que apresentam registros fiéis e detalhados de suas obras. Além disso, a música erudita recebe um “status” de arte séria, em detrimento do caráter lúdico e descompromissado da música popular. Essa relação também se exprime no fato de que não existia nas academias musicais, assim como nas escolas regulares, um ensino de Música popular. Desta forma, as aulas de Música restringiam-se à estética erudita (LEMOS JUNIOR, 2005, p.11).

A definição de música erudita e música popular é muito complexa. No Brasil no início do século XX, o entendimento de música erudita era o estudo da música por meio da razão, enquanto que a música popular seria a composição e reprodução, “provenientes de uma tradição popular, com características peculiares e fórmulas musicais fechadas” (LEMOS JUNIOR, 2005, p. 12). Entretanto, na década

⁷⁸ Cf. Prospecto – Regulamento do Internato do Ginásio Paranaense do ano de 1927, da página 10, disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

⁷⁹ A origem do orfeão ocorreu na França ainda no século XIX, com o apoio de Napoleão III. O Canto Orfeônico consistia na formação de grupos vocais “a capella”, ou seja, sem acompanhamento de instrumentos musicais. Esta prática distinguia-se do tradicional coral, devido a seu caráter simples e desprovido de senso estético, voltado a um público leigo. A nomenclatura seria uma homenagem ao mitológico Orfeu, uma divindade grega capaz de emocionar qualquer ser vivo com sua lira (LEMOS JUNIOR, 2007, p.9).

de 1930, era grande a dificuldade para separar o que era música erudita e o que era música popular. Isso porque muitos compositores populares passaram a usar o lado racional da música em suas composições, e o contrário também aconteceu, ou seja, muitos compositores denominados de eruditos criaram canções inspirados no folclore e na cultura popular de seus países (LEMOS JUNIOR, 2005, p. 16).

Nos discursos dos defensores da música na escola na década de 1930, a música estava associada a duas finalidades, a de descanso, e a de modernidade. A idéia de descanso era defendida por alguns no sentido de que após várias horas de estudo, a mesma serviria como um relaxamento mental para os alunos. A idéia de modernidade tinha como espelho os Estados Unidos e a Europa, locais onde a música já se encontrava inserida no currículo escolar.

No intuito de prestar serviços ativos a seu país, como um entusiasta patriota que tem a devida obrigação de por à disposição das autoridades administrativas todas as suas funções especializadas, préstimos, profissão, fé e atividade, comprovadas pelas suas demonstrações públicas de capacidade, quer em todo o Brasil, quer no estrangeiro, vem o signatário, por este intermédio, mostrar a Vossa Excelência o quadro horrível em que se encontra o meio artístico brasileiro, sob o ponto de vista da finalidade educativa que deveria ser e ter para os nossos patrícios, não obstante sermos um povo possuidor, incontestavelmente, dos melhores dons da suprema arte (VILLA-LOBOS, 1932 *apud* LEMOS, 2005.p.22).

A música e as demais artes, para Heitor Villa-Lobos, deveriam ser valorizadas por um governo preocupado com a formação dos cidadãos. Percebe-se no início da carta que ele enviou ao governo federal o caráter nacionalista da sua preposição. Esse discurso é parte da justificativa de Villa-Lobos apresentada ao governo federal no que se refere à inserção das aulas de música nas escolas brasileiras. O caminho adotado por Villa-Lobos parece ter sido uma das melhores estratégias para a inserção dessa disciplina no currículo das escolas. Villa-Lobos bem percebeu o discurso do novo regime e se utilizou do mesmo para realização do seu projeto, ou seja, a inserção de aulas de música na escola (LEMOS JUNIOR, 2005, p.21). Foi nesse contexto que o canto orfeônico passou a fazer parte do currículo da escola primária e secundária. Embora essa disciplina tenha sido contemplada no quadro de aulas do Internato, a mesma não consta nos relatórios finais, nenhuma menção em relação aos conteúdos ministrados, nota dos alunos e possíveis práticas decorrentes da mesma.

Conforme o exposto, evidenciamos que no currículo do Internato do Ginásio Paranaense, nas primeiras décadas da República, prevaleceu um misto entre as disciplinas das humanidades e as denominadas científicas, constituindo o que André Chervel denomina de humanidades científicas.

A proposta desse novo currículo para a escola secundária teve como finalidade superar a cultura do ensino secundário voltado somente para o acesso ao ensino superior⁸⁰ e preparar o jovem secundarista para vida. No período investigado (1919-1942) foram vários os dispositivos utilizados pelos reformadores educacionais na tentativa de inserir uma nova cultura de ensino que viesse a se preocupar em “cultivar” o jovem secundarista para a sociedade urbana e industrial que estava despontando. A busca por este ideal persistiu durante toda a Primeira República e continuou na década de 1930 (ANTUNHA, 1980, p.92).

Embora a Reforma Francisco Campos (1931) tenha perseguido o ideal de transformar o ensino secundário em um curso “formador”, instituiu o ensino secundário dividido em dois cursos seriados: o curso fundamental de cinco anos e o curso complementar de dois anos.

O curso fundamental de cinco anos tinha por objetivo uma formação geral, com o intuito de preparar o homem para a vida em sociedade e para os grandes setores da atividade nacional, independente do ingresso no ensino superior.

As disciplinas que fizeram parte do currículo do curso fundamental tinham como finalidade proporcionar uma formação geral ao ginasiano, isto é, caso desejasse verticalizar os conhecimentos adquiridos deveria frequentar o curso complementar. O curso complementar de dois anos mantinha o objetivo de formação propedêutica, com propostas curriculares diferenciadas e obrigatórias para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior.

Paralelo à discussão sobre o formato e a finalidade do ensino secundário, discutia-se também quais disciplinas ou matérias deviam compor o currículo na formação dos alunos secundaristas.

No decorrer dos vinte e três anos de existência do Ginásio Internato Paranaense, muitas matérias foram inseridas no currículo, outras tantas foram suprimidas, conforme pode ser observado no quadro 8 deste trabalho. As mudanças

⁸⁰ ANTUNHA, 1980; SILVA, 1969; RANZI & SILVA, 2006, DALLABRIDA, 2001.

e permanências no currículo da escola secundária desta época tinham como uma das finalidades melhorar a formação ofertada ao ginasiano.

Embora a mudança no currículo tenha sido grande na década 1930, evidenciamos por meio dos relatórios finais rubricados pelo inspetor de ensino que, a metodologia praticamente continuou a mesma da década de 1920, exposição oral dos conteúdos sempre valorizando a memorização, que era o carro chefe das aulas, “pois saber de cor é que era saber”.

Depois de haver explicado a lição, o mestre convidava um dos alunos a levantar-se e a repetir na mesma ordem tudo o quanto o mestre disse, a explicar regras com as mesmas palavras, a fazê-las aplicar com os mesmos exemplos (SNIDERS *apud* ANDRADA , 2000, p. 96).

A despeito de ser propagado na época, por meio do Movimento da Escola Nova, a concepção de ensino/aprendizagem de Dewey. Segundo este teórico, o ensino deveria ser descentralizado da figura do professor a fim de possibilitar autonomia ao aluno, as atividades práticas passaram também a serem muito valorizadas. Mesmo com a proposição desse novo método de ensino, a cultura da memorização e do professor como “senhor do saber” em sala de aula continuou existindo no Internato.

3.2. A INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR NO INTERNATO

A instrução pré-militar é discutida neste trabalho à parte das disciplinas que compunham a grade curricular do internato, porque os dados levantados não nos permitiram apontar a prática dessa atividade no Internato como uma disciplina.

A presença da prática da instrução pré-militar como parte do currículo se deu a partir da criação do Ginásio Internato Paranaense em 1919, sendo que os demais ginásios secundários brasileiros ofertavam essa prática desde 1908. A Instrução Pré-Militar era destinada como um curso ofertado aos alunos maiores de 16 anos na chamada Primeira República.

Os alunos do Internato, quando aprovados na instrução pré-militar, recebiam o certificado de conclusão, sendo que o certificado os excluía da obrigação de prestar serviço ativo dentro dos quadros regulares do Exército.



FIGURA 4 – CONCLUSÃO DO CURSO – INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR – 1929
 FONTE: Prospecto e Regulamento do Internato do Ginásio Paranaense.

A figura número 4 é uma foto tirada, por ocasião da formatura dos alunos, possivelmente utilizada com o objetivo de fazer propaganda dos cursos ofertados pela instituição.

A inclusão da instrução pré-militar no currículo do Internato e das demais escolas secundárias brasileiras foi um canal de difusão de valores e práticas militares estritamente associados à cultura política nacionalista (NASCIMENTO, 2007, p.5). Os conteúdos teóricos trabalhados nas aulas da instrução pré-militar abordavam temas patrióticos e de defesa da nação⁸¹.

Contudo, nessa época não era somente prerrogativa da instrução pré-militar ministrar conteúdos que contribuíssem para a formação do jovem republicano patriótico que viesse atuar na construção e consolidação do Estado Nação. Conforme já apontamos neste trabalho, as disciplinas de: Português, História do Brasil e de Educação Física também corroboraram para esse projeto. Ao visualizar a figura 6, identificamos além dos formandos no curso pré-militar a presença de dois padres lazaristas e, possivelmente o instrutor do pré-militar mais próximo dos padres. Essa imagem de certa forma reforça a contradição do regime republicano na defesa da escola pública e laica.

Para a divulgação da instrução pré-militar pelo país, o governo federal contou com o apoio do poeta Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac, o qual viajou para várias cidades brasileiras discursando para os jovens secundaristas. No ano de 1916 o poeta Olavo Bilac esteve no Ginásio Paranaense proferindo uma conferência para esses jovens, após seu discurso o poeta foi surpreendido pelo professor Dario Vellozo, que ao saudá-lo pediu licença para colocar alguns espinhos na coroa de

⁸¹ Informação extraída do relatório do professor da instrução pré-militar no Internato, disponível no arquivo escolar do Colégio Marista Paranaense, caixa denominada Ministério da Guerra.

louros do poeta. O professor Dario “lamentou que Olavo Bilac estivesse conclamando a juventude brasileira às armas, ao contrário do artista em busca do louro para sua lira” (STRAUBE,1993, p.65). O poeta, em resposta ao professor Dario, buscou argumentar que eram outros tempos, e que percebia na formação militar dos jovens a possibilidade de se evitar a formação de um exército:

mercenário ou assoldado, o que diminui o valor do soldado e da nação. Não queremos tampouco um Exército propriamente profissional em toda sua hierarquia... Desde o general até o soldado raso. Queremos um Exército democrático de defesa nacional... Medo do militarismo? Mas quando todos os cidadãos forem soldados, ninguém terá medo de soldados (BILAC *apud* MORAES, 1997, P. 74).

O governo federal possivelmente tenha se utilizado de forma estratégica da voz suave do poeta Olavo Bilac para convencer os jovens secundaristas da importância da formação militar, pois ele era muito respeitado na época e conhecido por grande parte da sociedade.

O historiador José Murilo de Carvalho (1997), em seu artigo intitulado *As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador* apontou que Benjamin Constant e Olavo Bilac defendiam a formação do cidadão soldado ou soldado cidadão.

Na percepção de Benjamin Constant e Olavo Bilac a formação do soldado cidadão deveria acontecer nas academias militares e também nas escolas secundárias por meio da instrução pré-militar. Eles acreditavam que a formação do soldado deveria ser intelectual e prática.

Nesse sentido, no caso do Internato, as disciplinas que compunham o currículo dariam conta da formação intelectual e as aulas de instrução pré-militar, do conhecimento prático.

As aulas do pré-militar no Internato eram ministradas por um militar, nomeado pela inspetoria do Tiro de Guerra da 5ª Regional Militar. Para que os alunos fossem matriculados neste curso, na chamada Primeira República, deviam, além de ter 16 anos completos, ser habilitados pelo exame médico para poderem participar das aulas⁸². Caso a instituição de ensino secundário matriculasse alunos com deficiência física, a direção deveria obedecer à legislação e comunicar à Direção da Divisão de

Inspetoria Regional do Tiro de Guerra, para justificar a ausência dos alunos nessas aulas.

A instrução pré-militar continuou a existir nas escolas secundárias no período do governo Vargas, assumindo, contudo outra finalidade, no chamado Estado Novo, diferenciando-se um pouco dos pressupostos da chamada Primeira República.

No governo Vargas, mais especificamente no chamado Estado Novo, a instrução pré-militar tornou-se obrigatória para os meninos de 12 anos. Essa alteração se deu por meio do decreto lei n. 1.735, de 3 de novembro/DF 1939, no qual o Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferia o art. 180 da Constituição, decretou a Lei do Ensino Militar, a obrigatoriedade da instrução pré-militar nas instituições civis de ensino. Essa Lei foi saudada com admiração por Azevedo do Amaral, para quem “deveria ter sido talvez uma das primeiras iniciativas do regime instituído em 1937 (...) traçar diretrizes (...) do sistema de educação militar da nação”. (...) Para ele a educação pré-militar deveria preceder às influências escolares (AMARAL, 1942, p.89).

O Decreto Lei citado estabelecia que a instrução pré-militar compreenderia “a prática de instrução elementar de ordem unida (sem armas), a iniciação na técnica do tiro, a educação moral e cívica, e o ensino elementar da instrução geral (regras de disciplina, hierarquia do Exército etc.)”⁸³.

No chamado Estado Novo, o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, enviou um documento privado ao presidente Getúlio Vargas, em 1939, estabelecendo a educação como uma área de atividades ligada aos imperativos da segurança Nacional. Para esse ministro “O problema da educação, apreciado em toda sua amplitude, não podia deixar de constituir uma das mais graves preocupações das autoridades militares” (DUTRA *apud* CAPANEMA).

Neste sentido, a instrução pré-militar no ensino secundário passou a constituir uma estratégia do governo do Estado Novo, pois a mesma manteria uma forte aproximação das instituições de ensino secundário com o Estado e, principalmente, com o Exército.

⁸² Informação extraída das orientações do governo federal sobre a instrução pré-militar na década de 1930. Disponível no arquivo escolar do Colégio Marista Paranaense.

⁸³ DECRETO-LEI N. 1.735 - DE 3 DE NOVEMBRO DF 1939, o qual Regulou a instrução pré-militar nas escolas secundárias.

Bonemy (2000, p. 157-181) relata em seus estudos que “a estratégia da associação entre a educação e o Exército possibilitou pensar que a segurança de uma nação só seria consolidada quando o povo estivesse infiltrado do espírito militar”. Sendo que uma das finalidades da instrução pré-militar, durante o Estado Novo, nas escolas secundárias, era desenvolver nos alunos, a partir dos 12 anos de idade, um espírito militar e, quando adultos, estes estariam prontos para defender seu país dos ideais do inimigo (comunismo) ou qualquer outra doutrina social que colocasse em jogo a sociedade capitalista liberal.

Vale ressaltar que, por ocasião da emergência da instrução pré-militar no Estado Novo, ocorreu também uma maior participação da Igreja Católica nas decisões frente ao ensino, inclusive, em relação à inserção da instrução pré-militar nas escolas secundárias brasileiras. O elo entre Estado e Igreja Católica, teoricamente, apresentava-se abalado desde a instauração da República, mas, estrategicamente, a Igreja se utilizou de diversos dispositivos para voltar a ocupar espaço na área educacional na chamada Primeira República e consolidá-lo no governo Vargas.

No governo de Getúlio Vargas, mais especificamente no Estado Novo (1937-1945), a Igreja Católica voltou a se relacionar com o Estado de maneira mais efetiva, sendo que estas duas instituições chegaram a elaborar um pacto (SCHWARTZMAN, 2000).

[...] Segundo este pacto, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Mais do que isto, o pacto levou a que o Ministério da Educação fosse entregue a pessoa de confiança da Igreja, que trabalhava em consulta com Alceu Amoroso Lima (SCHWARTZMAN, 2000, p.62.).

A aproximação da Igreja Católica com o Estado, nesse período, levou-a a ocupar papéis importantes no Estado brasileiro, um deles o de colaborar com a definição de políticas educacionais e, para tanto, indicou o nome de Gustavo Capanema para ocupar o Ministério da Educação e Saúde.

Como resultado dessa aliança, o ataque tradicional da Igreja Católica quanto à interferência do Estado nas atividades educacionais foi amenizado, pois essas duas instituições, a partir do pacto citado, passaram a ter objetivos comuns (SCHWARTZMAN, 2000, p.61).

Os católicos serão os aliados de todos os que defenderem os princípios da justiça, da moralidade, da educação, da liberdade justa, que a Igreja Católica coloca na base de seus ensinamentos sociais. Vejam eles que o governo combate seriamente o comunismo (sob qualquer aparência ou máscara para disfarçar) - sùmula de todo o pensamento anti-espiritual e, portanto, anticatólico; que combate seriamente o imoralismo dos cinemas e teatros pela censura honesta; organiza a educação com a imediata colaboração da Igreja e da família - vejam isso os católicos e apoiarão, pela própria força das circunstâncias, os homens e os regimes que possam assegurar ao Brasil esses benefícios (LIMA, 1935, s/n)⁸⁴.

O Estado, por sua vez, tratou de adotar preceitos doutrinários e educacionais da Igreja Católica no ensino público. Diante dessa aliança entre Estado, Igreja Católica e o Exército, garantiu-se a instrução pré-militar como parte das práticas do Ginásio Internato Paranaense e de tantos outros estabelecimentos de ensino secundário espalhados pelo Brasil, na busca da formação do jovem cristão e com forte sentimento patriótico.

Contudo, nem todos os pais e alunos estavam cientes quanto à frequência e quanto aos exames da instrução pré-militar. Segundo os estudos de Schwartzman, Bonemy e Costa (2000) em um colégio de Campinas, no ano de 1945, pais e alunos recorreram ao Ministro de Guerra para solicitar que reconsiderasse a reprovação de mais de mil alunos, entre 12 e 15 anos. Os pais e alunos diziam não saber do rigor da lei.

(...) Nenhum pai sabia que seu filho, freqüentando 600 horas de disciplinas intelectuais, iria perder o ano por não ter freqüentado metade do curso pré-militar de 15 horas (...) Considerando que (...) ainda existem os tiros de guerra para rapazes de 16 anos, o serviço militar obrigatório, e o fato de ainda não obterem em qualquer setor de atividade (...), o indivíduo que não está quite com suas obrigações militares só encontrará obstáculos (...), não lhes faltará oportunidade de mostrar o seu amor pela pátria⁸⁵.

Na gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, o mesmo enfrentou problemas relativos à instrução pré-militar, visto que a proposta do Ministro da Guerra era que as escolas privadas pagassem os instrutores sem que isso acarretasse ônus para os alunos. Outro problema foi a fusão da instrução pré-militar com as aulas de Educação Física.

⁸⁴ Texto manuscrito e sem assinatura, caligrafia de Alceu Amoroso Urna, com anotação de Capanema "P. - Prop. antic.". Do texto constam ainda breves referências ao "setor defesa preventiva" e ao "setor exterior". Arquivo Gustavo Capanema, série i, assuntos políticos, em fase de organização, citado por SCHWARTZMAN; BONEMY; COSTA (2000 p. 6 4).

⁸⁵ Citação de documento disponível no Arquivo do Exército - Gabinete do ministro da Guerra, cx. 410, p. O. 6116, março, citado SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 213-214.

O Ministro Capanema, diante da série de problemas decorrentes da instrução pré-militar, encomendou ao diretor da divisão de Educação Física do Ministério da Educação, um parecer, o qual se posicionou contrário à presença da Instrução pré-militar na escola secundária, elaborando uma defesa para as aulas de Educação Física.

O diretor de Educação Física do Ministério de Educação e Saúde defendeu que seria mais interessante para os alunos e para nação, que a instrução pré-militar “deveria ser extinta ou ministrada no último ano do ginásio, caso as autoridades militares a julgassem imprescindível”⁸⁶. O Ministro Capanema, de posse desse parecer, pronunciou-se defendendo a presença da instrução pré-militar nas escolas secundárias, uma vez que a mesma havia sido inserida no espaço escolar após amplo debate entre as instituições (Estado, Igreja e Exército). O Ministro Capanema reafirmou que os conteúdos da instrução pré-militar foram fixados pelo ministro da Guerra, tornando-se a prática da mesma obrigatória nas instituições de ensino públicas e particulares.

A inserção da instrução pré-militar na escola secundária, na chamada Primeira República, foi uma forma de desenvolver nos alunos o ideal de construção e defesa da nação, sendo que este ideal permanece no governo Vargas.

A instrução pré-militar, nestes dois períodos históricos, de certa forma, auxiliava a construção do sentimento de brasilidade, da celebração de heróis por meio dos desfiles patrióticos, visando marcar, no espírito dos alunos, o sentimento de identificação com a Pátria, buscando, desse modo, que as ações futuras destes jovens estivessem impregnadas do espírito patriótico.

As aulas no Internato da gestão laica (1919 a 1924) aconteciam todos os dias no final da tarde, embora a instrução do governo federal propusesse somente 3 aulas semanais. Isto ocorreu porque o instrutor solicitou à direção do Internato e a mesma autorizou, porque era de interesse do mesmo ocupar mais o tempo dos alunos.

Na gestão dos padres lazaristas (1925 a 1939) de acordo, com os registros das atas da instrução militar do Internato, essas aulas aconteciam nas terças e

⁸⁶ Parecer do diretor da Divisão de Educação Física do MES 21/8/1945. Arquivo Gustavo Capanema GC 41.06.12, pasta II, doc. 8, série g. Citado por (SCHWARTZMAN, BOMENY e COSTA, 2000, p. 211.).

quintas feiras, no período da tarde, tendo uma hora de duração. Na gestão Marista (1939 a 1942) o número de alunos matriculados no Internato era dividido em diversos grupos para participarem das aulas de instrução pré-militar, sendo que, no último ano da gestão marista do período em que o ginásio esteve sob a subvenção do Estado, os alunos foram divididos em cinco grupos diferentes, o que correspondia em média a 40 alunos por grupo.

No final do ano letivo, os alunos da instrução pré-militar eram submetidos a testes de verificação para obterem o certificado de reservista, porém os alunos menores de 16 anos não prestavam os exames finais, mas deveriam realizar os exames parciais da instrução pré-militar até que completassem 16 anos de idade.

Os alunos do Internato tinham nas aulas de instrução militar os conteúdos teóricos e também aulas práticas, tais como:

Instrução preparatória para o tiro: manejo da Alça de Mira, Carregar e descarregar o Fuzil, travar e destravar o Fuzil, posição do atirador e execução e pontaria do Fuzil, além das aulas de ordem unida (Diretriz da instrução Pré-militar, 1939 – Arquivada na caixa tiro de Guerra do Colégio Marista Paranaense).

De acordo com as diretrizes da instrução pré-militar de 1939, a verificação dos alunos iniciava na segunda semana de novembro. Para tanto, eles deveriam ter 75% de presença das aulas dadas. Na execução das provas de verificação, os alunos deviam atender as seguintes prescrições:

A demonstração de ordem unida não deverá exceder por turma, a duração de 15 minutos; na técnica do atirador, nenhum aluno poderá ser argüido por mais de 5 minutos; 2.o interrogatório de rudimentos não deve ir além de 10 minutos por aluno, sendo feito no máximo 5 perguntas sobre três assuntos fixados nas diretrizes; 3.cada aluno submetido a exame, após argüido pelo instrutor, em presença do oficial designado para proceder a verificação, receberá desta a nota: aprovado ou não aprovado (Diretrizes da instrução pré-militar, 1939).

A verificação dos alunos era procedida por um oficial do corpo da tropa mais próxima e designado pelo Comando da Região (no caso de Curitiba, a 5ª Região Militar) em Boletim Regional. Findada a verificação, lavrava-se uma ata, e a mesma era assinada pelo oficial designado e pelo instrutor.

Sobre a verificação das aulas de tiro, um aluno do Internato escreveu para o diretor geral, professor Lysímaco Ferreira da Costa, no ano de 1928, reclamando da banca examinadora. Segundo ele, a banca não examinou os alunos do primeiro ano

e como eles poderiam ter sido reprovados, no relato do aluno, ele afirmava “eu e meus colegas com certeza teríamos ido muito bem nesta prova, pois somos dos matos” (interior). No final da Carta ele solicitou ao professor Lysímaco que revisse a avaliação dele e de seus colegas, apontando que ele e seus colegas estavam prontos para realizar o exame. Nessa época a maioria dos jovens do Internato era das cidades do interior do Estado, para esses jovens a prática da caça era algo comum, o que fazia deles bons atiradores.

Segundo os dados levantados no encerramento do ano letivo, após os exames, era comum um militar discursar para a comunidade escolar do Internato.

[..] o prazer em congratular com a direção desse educandário pela maneira altamente patriótica, consciente e dedicada com que vem encarando, no corrente ano, o preparo militar da juventude de hoje, soldados de amanhã que aliando os conhecimentos intelectuais ao preparo físico e militar, constituirá a base triangular educacional em que repousa o prisma cristalino da formação de uma raça culta, forte e patriótica (Relato do Major Inspetor do 5º de Tiro de Guerra – Lineu dos Santos Lourival – 1942) – grifo da autora.

Embora neste momento as idéias marxistas já se fizessem presentes no país, os problemas brasileiros decorrentes das fortes desigualdades socioeconômicas dos brasileiros, as mesmas ainda ficavam em um patamar secundário. O discurso do Major Inspetor Lineu Santos Lourival, de certa forma ilustra a permanência do discurso de que o problema do progresso do Brasil era a raça, ou seja, um fator biológico e não social.

O Inspetor Regional do 5ª Região Militar, ao elogiar o ginásio Internato pela atuação de seus alunos, aponta explicitamente certa apropriação do discurso da época fortemente propagada nas primeiras décadas do Brasil República (OLIVEIRA, 1990, p. 145-159).

As aulas no Ginásio Internato Paranaense aconteceram até o ano de 1947. Nesse ano, o Inspetor Regional do Tiro de Guerra da 5ª Região exonerou o instrutor do Internato, em face à extinção dos Centros de Instrução pré-militar, pelo Decreto n. 9.331 de 10 de novembro de 1946. A interrupção desta prática nas escolas aconteceu no governo de, Eurico Gaspar Dutra, ele o foi o ministro da guerra no governo Vargas e grande incentivador da introdução da Instrução pré-militar para os meninos a partir dos 12 anos de idade no ano de 1939.

3.3 O RELÓGIO E O COTIDIANO DOS GINASIANOS

“A ociosidade é a mãe de todos os vícios”⁸⁷

Os usos do tempo no Internato do Ginásio Paranaense eram rigidamente esquadrihados, os alunos eram regulados por horários fixos e segundo os relatórios da instituição, nada flexíveis. A rotina iniciava por volta das seis horas da manhã ao despertar. Das seis as sete desciam até a capela para a primeira reza do dia, posteriormente iam ao refeitório para tomar café. No primeiro horário de aula, ou seja, às sete horas de segunda a sábado, os ginasianos tinham aulas de ginástica. Às oito horas iniciavam as demais aulas da grade curricular, sendo que as mesmas encontravam-se distribuídas no período da manhã e da tarde. Os horários das aulas eram de 50 minutos de duração e no máximo 10 minutos de intervalo entre uma aula e outra.



FIGURA 5 – SALÃO DE ESTUDO - 1929

FONTE: Arquivo Público, Prospecto-regulamento do Internato do Ginásio Paranaense.

O horário de estudo acontecia em um salão amplo, sempre no período da tarde em dias ordinários, conforme o relatório da subdireção apresentado à direção geral⁸⁸ do Internato, nos dias festivos ou nas vésperas dos exames esse quadro sofria alteração.

⁸⁷ Anotação na pasta de correspondência do Colégio de Caraça, ANDRADE, 2000, p.136.

⁸⁸ Esse relatório apresenta as benfeitorias do prédio e como ocorreu o ano letivo no Internato no ano de 1933, o mesmo encontra-se disponível no arquivo escolar do Colégio Marista.

Nesse salão encontravam-se alunos de diferentes séries que estudavam diferentes matérias escolares, sempre sob a observação de dois padres lazaristas e posteriormente de dois irmãos maristas⁸⁹.

Conforme sugere a figura 5 da página 102 e o relato do Irmão Marista Henrique Maurinos, o salão de estudo além de amplo era bem iluminado, obedecendo às orientações educacionais e higiênicas da época sobre o espaço escolar. O formato do salão correspondia à figura geométrica de um retângulo, somente em um dos lados menores desse retângulo é que não tinha janelas, e ali se encontrava a mesa do professor e o quadro de giz.

Os religiosos responsáveis pela disciplina do salão de estudo, advertiam verbalmente, caso algum aluno não acatasse a advertência desses religiosos, ele era encaminhado para a direção, podendo ser suspenso em até três dias das aulas. Se a suspensão recaísse no dia de avaliação, o aluno ficava impossibilitado de realizar a prova. Como este dispositivo disciplinar era muito rigoroso, possivelmente o religioso responsável pela sala não encontrasse muita dificuldade em manter a disciplina⁹⁰.

Na gestão dos padres lazaristas e dos irmãos maristas, aos sábados as aulas aconteciam até as 15 horas. A partir deste horário eram consideradas horas de lazer, que poderiam ser utilizadas para o jogo de futebol, leitura, trabalhar na horta para aqueles que gostassem dessa atividade.

Nos finais de semana os alunos que dispunham da autorização dos pais para pernoitarem na casa de parentes residentes em Curitiba podiam deixar o Internato, desde que observasse o regulamento, segundo o qual:

Só poderão sair aos sábados, depois da aula, isto é, às 15 horas 30 minutos, os alunos que tiverem autorização, devendo regressar impreterivelmente na segunda-feira, às 07h30min da manhã, sob pena de serem privados da saída na semana seguinte (Regulamento do Internato, 1927).

O horário das refeições no Internato no período laico (1919 - 1924) era dividido da seguinte forma: 7 horas café com manteiga e pão; 11 horas almoço; 14 horas chá mate e pão com manteiga; 17 horas jantar; 20 horas chá mate ou café e

⁸⁹ *Idem*

⁹⁰ Prospecto Regulamento do Internato do Ginásio Paranaense, 1927.

pão com manteiga. O subdiretor do Internato em relatório afirmava que apesar da carestia os ginasianos tinham uma refeição farta e podiam repetir várias vezes.

No período em que o Internato esteve sob administração dos religiosos entre (1925-1942) o horário das refeições era dividido da seguinte forma: 7h30 minutos café da manhã, 11h30 minutos às 12h30 minutos almoço, às 16 horas café da tarde e às 19 horas jantar.

Na gestão dos padres lazaristas, o horário das refeições dos seminaristas era diferente do horário dos ginasianos. O salão onde aconteciam as refeições era espaçoso, mesmo assim os padres lazaristas adotaram essa tática de organização visando manter a disciplina do espaço e o não contato entre seminaristas e ginasianos. Essa estratégia foi adotada com o intuito de que os seminaristas não fossem influenciados pelas ideias seculares dos ginasianos, conforme já foi exposto no secundo capítulo deste trabalho.

De acordo com os apontamentos do padre Torres, as verduras consumidas nas refeições eram em sua maioria da própria horta da instituição. O cultivo das mesmas era realizado pelos seminaristas. Segundo o regulamento do Internato os alunos não podiam receber alimentos enviados de seus familiares.

Roga-se aos senhores país absterem-se de mandar a seus filhos qualquer espécie de gulodice, visto ser isto prejudicial à saúde e à boa ordem, como também desnecessário num colégio, onde há tantas refeições, sadias e abundantes por dia (Prospecto regulamento do Internato do Ginásio Paranaense, 1929, p. 15).

Mesmo sendo proibido trazer alimentos de casa, encontramos em meio aos registros de matrículas dos alunos uma carta para mãe de um aluno, cuja denominação na correspondência era Ticão.

[...] o assalto noturno às malas dos internos novatos que guardam comida ou cigarros trazidos ou recebidos de casa recentemente é uma tradição – e não é considerado nenhum pecado. Ninguém liga – exceto, é claro, as vítimas [...] (carta encontrada no arquivo do Colégio Marista no meio do livro de penas disciplinares assinada pelo codinome de Ticão, datada do ano de 1929).

Possivelmente essa transgressão não era considerada “grave” e segundo o aluno Ticão não era “pecado”, mas era uma prática gazeteira e no caso do aluno Ticão marcada pela moral cristã. Essas práticas de certo modo permitiam aos ginasianos burlar o sistema e não serem punidos por isto, uma vez que a vítima

jamais fazia qualquer reclamação, sob o risco de ser punido por desobedecer ao regulamento da instituição.

Segundo o prospecto regulamento do Internato de 1927, as atividades cotidianas deviam ser desenvolvidas de forma muito disciplinada, de acordo com artigo 8º:

Os alunos não poderão, em hipótese nenhuma, comunicarem-se como os empregados do colégio, nem lhes ofertar gorjetas. Caso venha necessitar do serviço deles, deverão dirigir-se para isto a Direção ou aos regentes, mesmo no refeitório (Prospecto-regulamento, 1929, p. 18).

Mesmo não encontrando nenhum relato sobre a gratificação por parte dos alunos para conseguirem alimento ou serviços dos funcionários fora da ordem estabelecida, possivelmente isso tenha ocorrido, pois só o desejo de coibir tal prática justificaria esse artigo no regulamento.

Quanto ao horário do banho, pela distribuição das atividades julgamos que o mesmo acontecia no final da tarde. O prédio contava com 80 lavatórios e 34 chuveiros, 20 lavatórios individuais, 33 mictórios com caixa de descarga. Entravam para banho 34 meninos por vez. Neste espaço sempre presente um religioso, o qual ficava no recinto controlando o tempo de banho dos alunos⁹¹.

Este controle devia-se a dois fatores: primeiro na instituição costumava faltar água. A água utilizada na instituição era de poço artesiano e segundo os registros, a água sempre faltava devido à capacidade da caixa da água, este problema só foi resolvido com a chegada dos Irmãos Maristas em 1939, quando estes aumentaram a capacidade de armazenamento de água. E em segundo lugar, estava a moral católica, a qual se colocava contrária à exposição dos corpos, mesmo que no ambiente se encontrassem jovens do mesmo sexo.

O horário de dormir dava-se por volta das 8 horas da noite. Cada dormitório tinha um padre lazarista responsável, prática esta que se repetiu com os irmãos maristas. As camas eram enfileiradas uma do lado das outras. Neste espaço a cama era o único espaço reservado exclusivamente para o aluno. Alguns dos utensílios dos alunos eram guardados em armário individual, mas na cabeceira da cama alguns costumavam guardar guloseimas e cigarros escondidos da direção

⁹¹ Informação extraída de um texto datilografado com alguns dados sobre o Internato, esse texto não apresenta autoria e nem data, mas se refere à gestão dos padres lazaristas. O presente texto encontra disponível na Biblioteca do Colégio Marista Paranaense.

conforme o relato do aluno denominado Ticão. O prédio contava com cinco dormitórios divididos entre os alunos menores, alunos médios e maiores⁹² e dos seminaristas. Eles eram amplos salões com a presença de um responsável (padre lazarista ou irmão marista), que exercia a função de prefeito⁹³, mas a finalidade principal era manter a disciplina.



Um dos quatro grandes dormitórios da casa.
 FIGURA 6 – DORMITÓRIO DOS ALUNOS GRANDES -1927
 FONTE: Estatuto do Internato do Ginásio Paranaense

Os quartos, como sugere a figura 6, seguiram a prescrição higienista da época, eram bem iluminados, amplos, o forro de cama branco. Pois com a concepção higiênica, quarto iluminado, arejado preveniam o aparecimento de moléstia e o forro e a cama brancos apresentavam esse caráter de limpeza.

A forma de dividir os quartos em grupos dos pequenos, médios e grandes era a mesma que acontecia no Colégio Caraça, mas segundo Andrada (2000, p.126) "esta divisão não era uma especificidade do Caraça, mas do Internato, fosse ele leigo ou confessional, e remonta as antigas tradições dos colégios europeus".

No dormitório dos maiores, na década de 1930, existiam 60 leitos, no dos alunos médios, 70 leitos, e dos alunos menores, 60 leitos. O colchão e o travesseiro

⁹² Os alunos menores cursavam o ensino primário, os médios o 1º e 2º ano do ginásio e os maiores o 4º e 5º ano do ginásio. Todavia essa classificação não foi fixa, principalmente, a partir da década de 1930 e 1940. Nestas duas décadas o ensino secundário passou por duas Reformas Educacionais de: Francisco Campos em 1931 e de Gustavo Capanema em 1942. Estas duas Reformas aumentaram o número de anos de estudo para o ensino secundário e com isto a organização e distribuição dos alunos nos dormitórios também se alterou.

⁹³ Era este o termo usado para designar o padre lazarista e posteriormente o irmão marista encarregado de toda vida do Interno fora das horas de aula (Depoimento do Irmão Cordeiro disponível no histórico do Internato, 1939). No Colégio Caraça este termo era designado para o padre responsável pela disciplina dos internos (ANDRADA, 2000, p.184).

eram forrados com tecido de algodão preenchidos com crina vegetal⁹⁴, além desses dormitórios existiam mais dois para o mesmo fim, sendo que o dormitório dos seminaristas era separado dos ginasianos.

De acordo com o regulamento, o dormitório era um espaço para descanso, as conversas no horário de dormir eram proibidas, como as camas eram muito próximas uma das outras, os alunos podiam conversar em tom muito baixo, mas a regra era clara, o aluno que desobedecesse ao prefeito (padre lazarista ou irmão marista) responsável pelo salão poderia ser suspenso das aulas.

Quanto aos intervalos, além das saídas dos alunos aos sábados, não encontramos nenhuma fonte que nos informasse sobre o tempo dedicado a essa prática, mas obviamente eles deveriam ter horários destinados ao lazer durante o dia. Como era internato de meninos com um campo amplo para os jogos de futebol, arriscamos em inferir que muitos passavam parte do tempo jogando futebol, contudo essa é só uma suposição.

A inclusão do tempo do relógio no ambiente da escola moderna além de um significado cultural, o mesmo também apresenta nítidas funções pedagógicas que se somam às intenções educadoras das estruturas espaciais das instituições (FRAGO; ESCOLANO, 2001, p.45).

O uso do tempo e do espaço nas instituições educativas não é um dado natural, *a priori*, mas sim, o resultado de uma construção cultural. Nesse sentido, a distribuição das atividades no Internato sob a supervisão dos padres lazarista, e posteriormente dos irmãos maristas eram pensadas de forma estratégica e tinha como finalidade organizar o espaço pedagógico da instituição, e sobretudo, controlar o tempo e as ações dos alunos com a finalidade de manter e garantir a disciplina.

⁹⁴ A informação sobre os primeiros colchões das famílias brasileiras é que esses eram confeccionados em casa, eram de algodão, palha de milho desfiada, crina (vegetal ou animal), capim, barba de bode ou paina. Eram simplesmente uns sacos cheios com um desses materiais. Depois de uma noite de dormir, amanheciam disformes, cheios de altos e baixos. Era uma trabalhadora deixar o colchão bem plano, uniforme. Para isso havia no tecido, uns rasgos do tamanho aproximado de um palmo, por onde se enfiava a mão, afofando o algodão, ou palha ou de tempos em tempos o "recheio" era trocado e o pano também. Era orgulho para a dona de casa deixar o colchão bem plano, e uma cama bem arrumada era sinônimo de capricho. Nas casas de classe média, havia prestadores de serviço que faziam isso (FAUSTO, 1997, p. 48). No Internato os colchões eram de crina (vegetal ou animal), mas de fabricação externa, eram pespontados, lisinhos.

3.4 A APROPRIAÇÃO DO CÓDIGO DISCIPLINAR PELOS GINASIANOS

A investigação nos livros das penas disciplinares e no de regulamento do Internato constituíram-se fontes importantes para esta pesquisa, pois os mesmos contribuíram para analisarmos os dispositivos disciplinares adotados pela instituição para manter a ordem desejada.

Observou-se nesses dois documentos que ao longo dos 23 anos de existência do Internato, funcionou como um espaço produzido pelas ações dos sujeitos que fizeram parte dessa instituição. Para o historiador Michel De Certeau há uma distinção entre lugar e espaço.

[...] Um lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. [...], implica uma indicação de estabilidade. [...] o espaço de certo modo é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. [...] Em suma o espaço é o lugar praticado (2004, p. 2002).

A ocupação deste espaço no Internato do Ginásio ocorreu por meio de alguns desafios. Dentre eles, a criação do Internato em 1919 e equiparação do mesmo ao Colégio Pedro II, sua transferência para o Ginásio Diocesano e Seminário São José em 1925. Além da organização do ensino secundário na chamada Primeira República, o qual se dividia em cursos de preparo para os exames parcelados e o curso secundário regular e por fim a consolidação do ensino secundário regular com a Reforma Francisco Campos em 1931.

No período laico (1919 -1924) os registros sobre a disciplina dos alunos do Internato são muito raros. Nos Relatórios produzidos pela subdireção do Internato para apresentar a Direção geral do Ginásio Paranaense, o subdiretor apontou que o ano letivo na instituição terminou sem que houvesse necessidade de registros. Entretanto, essa afirmação da subdireção deve ser relativizada, pois no ano de 1923, *O Jornal Comércio do Paraná* noticiou que alunos do Internato teriam sido castigados pela Congregação⁹⁵ do Ginásio Paranaense, porque os mesmos teriam

⁹⁵ A congregação do Internato era composta pelos professores do Ginásio Paranaense seção Externato e Internato no período laico 1919 a 1924, mas a partir de 1925 somente os professores da seção do externato, porque um dos critérios para participar da Congregação e os professores do Internato de 1925 a 1942 eram nomeados pelo governador do Estado.

se recusado a comparecer às aulas no dia 1º de maio⁹⁶. Infelizmente não encontramos registros que nos informassem sobre o porquê dessa atitude dos alunos. Encontramos também registros sobre um processo administrativo instaurado na instituição envolvendo os dois inspetores da instituição, embora não tenha sido indisciplina de alunos, o presente fato registrado na primeira parte deste texto não foi mencionado no relatório da subdireção.

Quando o Internato passou para a administração dos padres lazaristas, a congregação continuou sendo composta pelos professores da seção do externato, mas ela só passou a ser convocada em caso de processo disciplinar envolvendo questões graves, e a decisão desta era registrada em ata⁹⁷. A decisão da congregação era tomada por meio do voto após análise do ato de indisciplina (RANZI; SILVA, 2009, p.153) a congregação também deliberava sobre:

(a)Programas das matérias escolares, o calendário escolar, as datas dos exames, e a situação dos alunos considerados reprovados; b) constituía comissões de bancas examinadoras de concurso e de exames, e também comissões que emitiam pareceres sobre obras didáticas propostas para o ensino secundário do Ginásio Paranaense (seção do externato e internato);c) analisavam as mudanças na legislação federal e decidiam sobre as adaptações necessárias ao cotidiano do Ginásio Paranaense seção do externato e internato (RANZI;SILVA, 2009, p.153).

Os acontecimentos expostos neste texto sugerem que dois fatores foram responsáveis pela transferência do Internato para outro espaço e para administração dos padres lazaristas em 1925. Um deles foi a indisciplina e o outro precariedade do espaço físico do Palacete Loureiro para abrigar os alunos em regime de Internato.

No tempo em que os alunos estiveram no Palacete José Loureiro (1919-1925), os professores da seção do externato ministravam aulas no Internato, e a direção geral do Ginásio Paranaense tomava o cuidado ao elaborar o horário em dividir o tempo destes professores entre as duas seções.

O fato dos professores ministrarem aulas nas duas seções do Ginásio Paranaense, de certa forma pode ter contribuído para indisciplina do Internato. Pois,

⁹⁶ Notícia extraída do Jornal Comércio do Paraná em 08 de maio de 1923, o mesmo encontra-se disponível em microfilmes na Biblioteca Pública do Paraná, no setor da divisão paranaense.

⁹⁷ Para esta pesquisa não tivemos acesso às atas da Congregação, possivelmente pela ocasião da transferência da direção dos padres lazaristas para os irmãos maristas, os padres lazaristas a tenham levado junto aos seus pertences.

de acordo com o horário das aulas do Internato nos anos de 1922, 1923 e 1924, os alunos tinham várias aulas vagas entre um horário e outro.

Analisando a grade horária do Internato no período laico⁹⁸, percebemos que a média de horários vagos entre os alunos do 1º ao 3º ano era de 15 horas/aulas durante a semana, sendo que o primeiro horário de aula começava às 7 horas e terminava às 17 horas. Essa informação nos leva a inferir que os alunos das diferentes séries do Internato tenham desfrutado de muito tempo ocioso, o que possivelmente tenha sido um dos fatores responsáveis pela indisciplina no Internato neste período.

Parafrazeando Frago e Escolano (2001, p.62), existem muitas maneiras de proibir, mesmo sem fazê-lo de forma explícita, sendo uma dessas maneiras era ocupar todos os espaços e tempo. Na primeira fase do Internato, no período laico (1919 – 1924), de acordo com os relatórios desta instituição, os alunos desfrutavam de horas vagas e por falta de espaço muitos alunos estudavam nos dormitórios. Essa forma de uso do espaço e do tempo no Internato na primeira sede, o Palacete José Loureiro, deve-se ao fato de que o palacete foi projetado para um estabelecimento de ensino, mas um lugar adaptado para esse fim.

Após 1925, por ocasião da transferência do Internato para o Ginásio e Seminário São José sob a gestão dos padres lazaristas, os ginasianos passaram a ter o tempo esquadrihado desde o horário que levantavam até o horário de dormir.

Como o número de padres lazaristas era pequeno dado o espaço físico que era amplo e o número de alunos, eles procuraram organizar o horário e as atividades concentrando um grande número de alunos em um mesmo espaço ocupando-se de uma mesma atividade. O salão de estudos era exemplo dessa prática dos padres lazaristas, esse espaço era amplo e todas as tardes reuniam-se no mesmo um grande número de alunos sob a supervisão de dois religiosos, nos horários do almoço, do banho e de dormir os ginasianos sempre contavam por perto um ou mais religioso. Dessa forma, os padres procuravam garantir a disciplina, outro dado a ser observado é que esse novo espaço do Internato era administrado por religiosos, acreditamos que esse fator foi muito significativo, pois para o aluno,

⁹⁸ Informação extraída dos relatórios de 1922, 1923 e 1924 produzidos pela subdireção do Internato e apresentada a direção geral do Ginásio Paranaense – disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

possivelmente, a idéia do “pecado” estivesse muito presente ao desrespeitar um religioso, idéia essa alimentada por parte da sociedade da época.

Queridos filhos, Respondo ã vossa carta: [...] Não debes de forma alguma em caso algum comentar com colegas contra teus superiores, porque isso é uma falta gravíssima de educação, uma descida da própria dignidade. O homem digno não é como as lavadeiras ou as velhas mexeriqueiras que vivem a bater a língua sobre os demais. Em relação aos superiores então, a falta é maior. Tudo isso, é nossa voz íntima que nos demonstra, porque após termos injuriado ou falado mal de outrem, sentimo-nos arrependidos e mais diminuídos perante Deus e daquele que falamos mal. [...] (carta s/autoria. Revista Ecos, 1942, p28.).

A carta desse pai aos seus filhos no Internato, de certa forma exemplifica a como muitas famílias daquela época procuravam disciplinar seus filhos utilizando a moral cristã por meio da idéia de “pecado”. Embora nas primeiras décadas do século XX a população curitibana tenha presenciado uma crítica forte ao catolicismo por meio do movimento anticlerical, a moral cristã e católica ainda era a base de muitas famílias.

Na gestão dos padres lazaristas e posteriormente dos irmãos maristas, esses religiosos procuraram ocupar todo o tempo dos ginásios e manter o maior número de ginásios no mesmo espaço e sempre sob a observação desses religiosos, prática esta que contribuiu para evitar atos indisciplinados, mesmo assim os alunos não se furtaram de suas práticas gazeteiras. Apesar de o Internato passar a ter uma direção própria a partir do ano de 1933, a direção continuou a resolver somente a indisciplina cotidiana, pois quando os atos indisciplinados de alunos e professores envolviam processo disciplinar quem resolvia era a Congregação, a qual continuou a cargo dos professores da seção do externato.

As fontes sobre a indisciplina no Internato foram escassas, dificultando para que fizéssemos uma análise mais precisa da mesma. No livro de registro das penas disciplinares, as sanções foram registradas de forma muito sucinta. Nestes registros foi possível extrair os prazos das suspensões, o nome do aluno e a punição, no entanto, não constavam os registros dos motivos das punições de forma detalhada. No entanto, com a análise desse documento, foi possível identificar que as proibições e sanções era a estratégia utilizada para que o Diretor e os professores mantivessem a disciplina, principalmente em sala de aula. Entre as proibições destacamos:

Artigo 5º - É terminantemente proibida a entrada de bebidas, revistas, romances, livros indecorosos, cigarros, jogos, etc. Artigo. 6º) É expressamente vedada a entrada no ginásio de elementos estranhos, sem prévia licença. 7º) não se permitem lutas corporais e outras entre os alunos. (8º) Os alunos não poderão, em hipótese nenhuma, comunicar-se com os empregados do colégio, nem lhes ofertar gorjeta e o. Artigo. 9º - Nos dormitórios, aulas e estudos, é obrigatório silêncio profundo, sob penas severas (Regulamento do Ginásio Internato, 1927, p. 18).

Nos artigos citados, o uso da locução conjuntiva *etc.*, era frequente, o uso desta locução acabava por deixá-lo muito amplo, o que significava o *etc.*? Talvez tivesse aí a intenção de se acrescentar mais proibições dependendo da ocasião e da necessidade, como alude o quadro 9.

QUADRO 9 – ALGUMAS DAS SANÇÕES DISCIPLINARES ATRIBUÍDAS PELA SUBDIREÇÃO E DIREÇÃO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE 1919/1942 (CONTINUA)

Gestão	Tipo de falta	Local em que a falta foi cometida	Sujeitos envolvidos	Tipo de pena
LAICA	04 alunos na frente do prédio do Internato ofendem um padre que passava pela calçada, chamando-o de corvo. Quando o religioso perguntou ao inspetor pela direção este com ar de riso, respondeu que o mesmo não se encontrava. A congregação entendeu que o inspetor poderia ter evitado tal transgressão. Data: 03/05/ 1924	Em frente o prédio da instituição da sede da Rua Marechal Floriano Peixoto.	Alunos, inspetor e um religioso católico que passava pela rua	Transferência de 03 alunos para seção do externato, exclusão de um dos alunos e demissão do inspetor.
Laica	Registro sobre a denúncia publicada pelo Jornal O DIA de alguns ginásianos teriam Relatado que no Internato os inspetores andavam armados como guardas e, além disso, eles praticavam tiro ao alvo na instituição. Data: 05/11/1924	No pátio da instituição	Inspetores, alunos	A direção geral do Internato instaurou inquérito, no qual ficou constatado que os inspetores não andavam armados, mas que realmente deram tiros no pátio do Internato para testar uma arma.

QUADRO 9 – ALGUMAS DAS SANÇÕES DISCIPLINARES ATRIBUÍDAS PELA SUBDIREÇÃO E DIREÇÃO INTERNATO DO GINÁSIO PARANAENSE 1919/1942 (CONCLUSÃO)

Gestão	Tipo de falta	Local em que a falta foi cometida	Sujeitos envolvidos	Tipo de pena
Lazarista	Na ata não constava o registro da falta. Data: 28/03/1933	sala de aula	Aluno/professor e direção	05 alunos suspensos, sendo 03 por 08 dias e 02 por 03 dias
	Repreensão verbal e reduzida a termo. Data: 28/03/1933	Sala da direção	Aluno e professor	Repreensão verbal
	Falta de disciplina nas aulas	Sala de aula	Aluno/direção e professor	
	Saídas do Internato sem permissão da direção. Data: 05/07/1933		Aluno/direção	Suspensão de 08 dias e suspensão de saída no próximo domingo.
	Mau comportamento e perturbação nas aulas de Inglês. Data: 16/08/1935	Sala de aula	13 alunos de uma mesma sala suspensos por 08	dias e por 15 dias das aulas de Inglês
	Indisciplina Data: 26/08/1936	Não consta	Citou somente 06 alunos	Suspensão de 01 dia
	Indisciplina. Data: 17/09/1936	Não consta	04 alunos	Suspensão de 05 dias
	Indisciplina Data: 18/05/1938	Não consta	02 alunos	Suspensão de 03 dias e proibição da saída no domingo
Lazarista	Saída à cidade pernoitando fora do Internato. Data: 23/05/1938		02 alunos	Suspensão por 01 dia e suspensos da saída no próximo feriado
	má vontade na execução do castigo. Data: 24/03/1939	Não consta	Irmão regente e 02 alunos	Advertência pública
Marista	Preguiça e atrasos. Data: 20/05 1942	Não consta	01 aluno	02 dias de suspensão

FONTE: Registro das penas disciplinares do Internato do Ginásio Paranaense.

NOTA: Quadro elaborado pela autora (2009).

O regulamento também não era claro quanto à aplicação das sanções, somente apontando os meios disciplinares utilizados de acordo com a gravidade das faltas, as quais consistiam em: notas baixas, repreensões, privação de recreios, saídas. A exclusão do Internato aconteceria por preguiça habitual, insubordinação

ou prática de atos imorais ⁹⁹. Em nossa análise a falta de clareza do regulamento se reflete nos registros das faltas cometidas pelos alunos.

No quadro 9 apontamos alguns exemplos de faltas cometidas pelos alunos, mas a que se repetiu com maior incidência foi a indisciplina, contudo nos registros, ela apareceu de forma muito ampla, não nos permitindo saber o motivo para que os alunos sofressem diferentes penalidades para a falta “indisciplina”.

A suspensão era a penalidade mais aplicada, se durante a suspensão houvesse prova, o aluno não podia realizar e a ele era atribuída nota zero. Esse fator colocava em risco a sua aprovação na série naquele ano letivo. Certamente, em nossa análise o rigor nas sanções inibia que as faltas fossem cometidas em excesso.

O número dos registros das penas disciplinares encontrados foi pequeno para um período de vinte três anos de existência do Internato sob subvenção do Estado. Talvez os ginasianos procurassem não se opor à ordem estabelecida de forma declarada, mas se utilizavam de práticas gazeteiras que, de certo modo, em alguns momentos lhes permitiam extravasar diante do que estava posto pelo regulamento disciplinar.

Embora, sejam poucos os registros sobre as práticas dos ginasianos identificadas no livro de penas disciplinares, os mesmos permitiram, a este trabalho, trazer à superfície uma noção das apropriações que eles fizeram do código disciplinar. Para Certeau (2007, p.46) a tática “só tem por lugar o outro”, nesse sentido, as mesmas não dispõem de um cálculo objetivo, mas dependem dos nichos deixados pelos estrategistas, no caso do Internato os padres lazaristas e posteriormente os Irmãos Maristas eram os estrategistas, eram eles que definiam como o tempo deveria ser usado no Internato bem como qual o tipo de sanção deveria se aplicado no caso de indisciplina. Assim para os ginasianos, diante do que estava posto, cabia somente transformar os acontecimentos em ocasiões, ou seja, ele só podiam se utilizar de táticas ao que tange o uso do tempo e ao comportamento disciplinar.

Em nossa análise as práticas dos ginasianos tidas como desviacionistas na época foram relativamente pequenas se comparadas com o estudo de Ranzi e Silva (2009) relativo a seção do externato. Uma das possíveis explicações é porque o

⁹⁹ Cf. Prospecto do Internato do Ginásio Paranaense, de 1927, p. 18. – Disponível no Memorial Lysímaco Ferreira da Costa.

Internato a partir de 1925 passou a ser administrados por religiosos católicos. Esse fator pode ter contribuído para que os estudantes tivessem uma atitude mais contida em relação à indisciplina, pois os dados expostos sugerem que devido à representação que os ginasianos tinham dos padres lazaristas e dos Irmãos Maristas é que desafiá-los era mais do que simplesmente transgredir o código disciplinar, mas significava também “pecado”, pois os mesmos eles eram representantes da Igreja Católica no Internato, assim essa representação funcionava como uma espécie de dispositivo para moderar as atitudes dos ginasianos consideradas indisciplinares para a época.

A análise do que estava prescrito quanto ao uso do tempo e da disciplina no Internato por meio do código disciplinar, bem como, as práticas dos ginasianos captadas por meio de bilhetes e anotações no livro de penalidades disciplinares da instituição, nos permitiram dar um pouco de visibilidade dos procedimentos adotados pelos gestores do ao que se refere: ao modo de agir, nos usos do tempo e dos espaços pelos ginasianos, bem como, visualizar o *movimento* do ginasianos dentro do campo de visão do poder hierárquico do qual era composto à instituição. O movimento dos ginasianos em relação ao código disciplinar também nos permitiram ter uma noção de como ginasianos, professores e gestores transformaram “o lugar” (prédio do Seminário São José) em um “espaço praticado” (Internato do Ginásio Paranaense). Corroborando com Ranzi e Silva (2009, p.158), a definição das práticas disciplinares e sua aplicação, são indícios de como as práticas podem ser mapeadas. No Internato do Ginásio Paranaense, além dos alunos ter todo tempo esquadriado, eles também tiveram todo o espaço mapeado e na maioria das vezes controlado e vigiado.

Assim como a disciplina o currículo do Internato foi também analisado neste capítulo e segundo os dados levantados, a despeito da Reforma Francisco Campos (1931) tenha tido como uma de suas principais características a inovação metodológica, os poucos registros encontrados sobre as práticas dos professores do Internato permitem afirmar que esta proposta ficou no prescrito, sendo que três fatores contribuíram para essa realidade. O Primeiro fator deve-se a ausência de uma formação específica para professor, que se tornou uma realidade, somente na década de 1930, com a instalação das primeiras faculdades de Educação no Brasil. O segundo fator pode ser atribuído a exigência do cumprimento do programa oficial de conteúdos, e por fim os alunos passavam por um sistema de avaliação bastante

rígido no Internato. Estes fatores contribuíram para que os professores do Internato mantivessem as mesmas práticas utilizadas na década de 1920.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de embrenhar-se no cotidiano do Internato do Ginásio Paranaense possibilitou para este trabalho trazer à superfície uma noção das resistências, as imposições por parte dos sujeitos e as contradições entre o prescrito e o praticado na instituição e, sobretudo, evidenciar os improvisos no funcionamento dessa instituição.

Por ocasião da criação do Internato do Ginásio Paranaense o redator do jornal *O Dia* noticiou que o mesmo representava a expectativa de mais um *luzeiro do saber* na cidade de Curitiba, assim como era na época o Ginásio Paranaense seção do Externato. A presente investigação evidenciou que foram várias as estratégias utilizadas pelo governo e pela direção geral do Ginásio Paranaense para que essa expectativa fosse concretizada. Entretanto, o que se evidenciou nesta investigação foi que a criação e manutenção do Internato estiveram mais à sombra do Ginásio Paranaense seção do Externato. Enquanto que a seção do Externato era notícia quase que diária na imprensa local, sobre o Internato localizei algumas notas esparsas.

Algumas razões para que o Internato não despontasse como *mais um luzeiro do saber* foram captadas nesta investigação, entre elas posso a destacar que: muitos pais e alunos oriundos do interior do Estado não tinham clara a importância de se cursar o ensino secundário regular, para o Brasil novo, que estava despontando. Nesse sentido, a aceitação e o entendimento desses pais e alunos em relação ao ensino secundário regular e de frequência diária era algo que ainda estava por ser absorvido por esses sujeitos.

Ao contrário da seção do Externato que desde sua equiparação teve o número de alunos aumentado em proporções geométricas, mesmo assim os estudos de Ranzi e Silva (2009) evidenciaram que a aceitação dessa nova forma de cursar o secundário levou no mínimo três décadas para obter uma melhor aceitação por parte dos alunos e seus pais.

Além disso, a improvisação do espaço físico na primeira fase do Internato (1919 a 1925), a omissão de dados pela direção e pelo governo do Estado ao governo federal no que se refere ao número de professores da instituição, bem

como o número de alunos, foi uma das primeiras estratégias dessas autoridades para que o Internato viesse a ser uma realidade em Curitiba.

A contradição relativa ao discurso do novo regime (República) e a transferência dos ginasianos para um espaço religioso, primeiramente sobre a administração dos padres lazaristas e posteriormente dos Irmãos Maristas do Sul, também foi evidenciada nesta investigação. Digo contradição porque o Internato foi criado numa época em que a defesa pela escola pública e laica era muito forte, mas como o Estado e a direção geral do Ginásio Paranaense não dispunham de um espaço próprio para essa instituição viram, como possibilidade do mesmo continuar existindo, a transferência dos ginasianos para um espaço católico. Essa estratégia utilizada pelo Estado de certo modo foi ao encontro dos anseios da Igreja Católica local.

Por ocasião da criação do Internato além do discurso republicano o movimento anticlerical na cidade de Curitiba mostrava-se contrário à presença da Igreja Católica no ensino. Assim, a transferência dos ginasianos para o antigo Colégio Diocesano e Seminário São José contribuiu para que a Igreja Católica local, por meio dos religiosos que administraram a instituição, continuasse a reforçar seus valores junto aos ginasianos.

A Igreja Católica para se manter na direção do Internato lançou mão de várias estratégias, além de receber do Estado o aluguel do prédio do Internato os religiosos que trabalhavam na instituição também recebiam proventos do Estado. Parte do provento destes religiosos era repassado para Igreja Católica local e parte para suas respectivas congregações. Esses pagamentos por parte do Estado de certa forma contribuíram para que a Igreja Católica local desse sequência ao processo de romanização do Estado, o qual começou com a criação da diocese e do Seminário São José na cidade de Curitiba no final do século XIX.

Quanto à minha tentativa de imersão no cotidiano do Internato é importante ressaltar que a mesma se deu em dois momentos, o primeiro refere-se ao período laico (1919 a 1924) e o segundo ao período em que essa instituição passou a ser administrada pela Igreja Católica local. No período laico encontrei poucas fontes, na gestão católica o número maior de fontes foi do período da administração dos padres lazaristas. Por meio das fontes encontradas foi possível ter uma noção das

práticas dos professores do Internato ao que se refere à metodologia utilizada contrapondo com o que estava prescrito pela Reforma Francisco Campos (1931).

É necessário evidenciar que os dados levantados neste trabalho permitem afirmar que a prática dos professores estava emanada na tradição, ou seja, embora a Reforma Francisco Campos apontasse para uma renovação pedagógica, propondo um ensino descentralizado da figura do professor e que as línguas estrangeiras modernas fossem ministradas pelo método direto, na prática o que prevaleceu no Internato foi o que já estava posto na década de 1920. Vale ressaltar que primeiro o governo impôs a Reforma e posteriormente abriram-se cursos universitários voltados especificamente para a formação do professor. Este pode ter sido um fator preponderante para que a experiência do professor prevalecesse.

Quanto às apropriações que os alunos fizeram do código disciplinar, evidenciou-se de maneira geral que eles procuraram atender ao prescrito, mas sempre que puderam se utilizaram de práticas gazeteiras, enquanto outros procuraram o caminho do diálogo, como sugeriu o caso do aluno que se sentiu prejudicado na avaliação da instrução militar. A presente análise evidenciou que o número de ocorrências relativas às penalidades dos alunos foram muito menores do que os da seção do Externato, concluí-se que este fator está relacionado com a administração dos religiosos católicos na instituição, com o número menor de alunos e, também, porque os ginasianos tinham o tempo e os espaços muito esquadrinhados, isso de certa forma cerceou o *movimento* dos ginasianos.

Para finalizar, expresso que tenho consciência de que esta investigação representa apenas uma parte da história do Internato no período estudado. Algumas lacunas ainda estão por serem investigadas, mas pela não localização das fontes no momento e também por conta do tempo exíguo não foi possível preenchê-las. Entretanto, as mesmas podem vir a ser retomadas por mim ou por outro (a) pesquisador (a) que estiver envolvido na pesquisa das instituições em regime de internato e que ofertem o ensino secundário para o gênero masculino.

Dentre essas lacunas, relato as práticas dos professores em sala de aula, as quais poderão ser estudadas por meio de registros que certamente os professores deixaram, mas que não encontramos em tempo hábil. Já as práticas dos alunos com maior profundidade podem ser retomadas por meio da memória de alguns alunos

que estudaram no Internato no período investigado e a relação do Internato com a comunidade, a qual pode ser retomada por meio da memória, iconografia dos que foram um dia vizinhos desta instituição.

O estudo mais aprofundado das práticas dos alunos para este trabalho poderia ter sido apresentado por meio de outra ótica de entendimento do Internato do Ginásio Paranaense. Em meu esforço para localizar registros dos alunos reportando-se a instituição, encontrei um bilhete de um aluno denominado Ticão e a carta de um pai para os filhos no Internato. Essas lacunas são, dentre outras, colocadas como possibilidades de continuidade desse estudo, o que permitiria maior compreensão do Internato do Ginásio Paranaense na História da Educação curitibana e também paranaense.

FONTES

ARQUIVO DO COLÉGIO MARISTA PARANAENSE

Boletim Informativo da Casa Romário Martins - Ano VIII nº. 52, p.13e 14 abril /1981.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 28/10/1927.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro - 24/01/1931.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 27/04/1935.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 01/07/1937.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 19/09/1937.

Carta do superior dos Lazaristas ao padre Raphael Gonzáles 04/10/1937.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 28/05/1938.

Carta dos alunos do Internato ao padre superior dos lazaristas de 09/10/1938.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 21/08/1937.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 05/10/1937.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 07/12/1935.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 01/02/1932.

Carta do padre Raphael Gonzáles ao superior dos Lazaristas no Rio de Janeiro, 05/05/1932.

Carta do bispo Dom Ático ao padre superior dos padres lazaristas no Rio de Janeiro, 21/09/1938.

Carta do padre superior dos lazaristas ao bispo Dom Ático, 01/10/1938.

Carta do padre Torres, o superior dos padres lazaristas, 30/09/1938.

Livro de matrículas do Ginásio Internato Paranaense.

Texto datilografado sobre o seminário (1896-1924), em autoria.

Revista Ecos, 1942.

ACERVO ERNANI DA COSTA STRAUBE

Foto 1 – Palacete José Loureiro.

Foto 2 – Prédio do Ginásio Internato Paranaense, no bairro Batel.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

Gazeta do Povo, 03/03/1919.

Jornal O Dia, 10/03/1920

Jornal O Dia, 7/08/1923.

Jornal O DIA ,05/12/1924

REVISTAS

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, v. 39, 1998, p.147/156.

QUESTÕES & DEBATES, Curitiba, n. 43, p. 169-182, 2005. Editora UFPR

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

PARANÁ. Prospecto – regulamento do Internato do Ginásio Paranaense de Curitiba, 1928.

PARANÁ. Parecer número 20 de 1918 do Departamento Nacional de Ensino – MFN. 353.844.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1919.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1920.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1921.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1922.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1924.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1925.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1928.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1929.

PARANÁ. MENSAGEM DE GOVERNO, 1930.

PARANA, DECRETO. 362 de 1925.

PARANA, DECRETO. 363 de 1925.

PARANA, DECRETO. 363 de 1925.

PARANA, DECRETO. 1.239 de 1929.

PARANA, LEI. 2.672 de 1929.

PARANÁ. Relatório de Secretaria. Relatório apresentado ao presidente do Estado pelo Secretário Enéas Marques ao presidente Dr. Affonso Camargo. Curitiba 1918. p, 136. – Arquivo Público Paranaense – localização. 1918 -353. P.223 - MFN 734.

MEMORIAL LYSÍMACO FERREIRA DA COSTA

Texto – Os órgãos do Ensino secundário – do Ministério da Educação e Saúde Pública de 1930.

Instruções para exames nos Ginásios equiparados, no ano de 1925, expedidas pelo Diretor Geral, Dr. Rocha Vaz.

Decreto nº. 542 de 1915.

Relatórios finais do Internato do Ginásio Paranaense dos anos de 1922, 1923, 1924.

Telegrama do Ministro Rocha Vaz, 1925 ao professor Lysímaco Ferreira da Costa.

FONTE ORAL

Henrique Maurinos, setembro de 2007 –(Irmão Marista – foi professor do Internato)

Dom Pedro Fedalto, Janeiro de 2008 (ex-bispo da diocese de Curitiba).

LIVROS

ANUARIO do Gymnasio Paranaense. S/A. Curitiba, 1929.

ALMEIDA, Antonio Figueira de. **História do Ensino Secundário no Brasil.** Rio de Janeiro: Typografia Paptista de Souza, 1936.

COSTA, Maria José Franco Ferreira da. **Lysímaco Ferreira da Costa (a dimensão de um homem).** Curitiba: Imprensa da UFPR, 1995.

FEDALTO, Pedro. A Arquidiocese de Curitiba e sua História. Curitiba, 1958.

STRAUBE, Ernani Costa. **DO LICÊO DE CURITIBA AO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ.** Curitiba: Fundepar, 1993.

_____, **O prédio do Gymnásio (1903-1990).** Curitiba, SEEC, 1990.

Colégio Pedro II Relatório – 1930. Revista tribunais. RJ

ONLINE - <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, G. S. A. **A trajetória de Lysímaco Ferreira da Costa**: educador, reformador e político no cenário da educação brasileira. 221p. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo, 2007.
- ANDRADA, M. G. de. **A educação exilada – Colégio do Caraça**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- ANDRADE, M. L. de. **Educação, Cultura e Modernidade**: O projeto Formativo de Dario Vellozo (1906-1918). 151p. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFPR, Curitiba, 2002.
- ANDRADE, V. L. C. Q. **Colégio Pedro II Um lugar de Memória**. 157p. Tese (Doutorado em História) - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- ANTUNHA, H.C. G. **A União e o Ensino Secundário na Primeira República**. 271p. Dissertação (Concurso de Professor Titular do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Setor de Educação USP, São Paulo, 1980.
- AUBERT, R; HAJJAR, J. **A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. Petrópolis: Vozes, 1976. v. 1 e 3.
- AZEVEDO. A. **Nação Armada**. Rio de Janeiro: Ed. Nação Armada, 1942.
- AZZI, R. **História da educação católica no Brasil**: contribuição dos irmãos maristas – a expansão da obra de Champagnat no Brasil (1947-1972). São Paulo: SIMAR, 1997. v. 3.
- BALHANA, C. A. de F. **Idéias em confronto Curitiba**. Secretaria da Cultura e do Esporte/Grafipar, 1981.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BONEMY, H. (Org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas; Bragança Paulista-SP: Ed. Universidade de São Francisco, 2001. 202p.
- BOSCHILIA, R. T. **Modelando Condutas**: Educação Católica em Colégios masculinos (Curitiba 1925-1965). 238p. Tese (Doutorado em História) - UFPR, Curitiba, 2002.

CAMPOS, N. de. **Laicato Católico: o papel dos intelectuais na organização do projeto formativo da Igreja Católica no Paraná (1926-1938)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba, 2002.

CARVALHO, M. C. H. de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres da Costa. **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

CERTEAU, M. De. **A Invenção do Cotidiano 1**. Artes de fazer. 13. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

CHAVES, S. J. **A Educação Física do Ginásio Paranaense ao Colégio Estadual do Paraná: contribuições para a construção de uma história de uma disciplina escolar (1931-1951)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná/UFPR, Curitiba, 2004.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHEVALLARD, Y. **La Transposición Didáctica. Del saber Sábido al saber enseñado**. Argentina: AIQUE, 1991.

DALLABRIDA, N. **A fabricação escolar das elites – O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

DUARTE, S. G. Dicionário brasileiro de educação. Rio de Janeiro: Edições Antares: Nobel, 1986.

FANTIN, M. E.; TAUSCHESCK, Neusa Maria. **Metodologia do Ensino de Geografia**. Curitiba: Ibpex, 2005.

FAUSTO, B. **Negócios e Ócios: História da Imigração**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FILHO, L. M. F.; VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139, jan./abr. 2004.

FIORIN, C. M. **A Ginástica em Campinas: suas formas de expressão da década de 20 a década de 70**. Dissertação de mestrado em Educação. UNICAMP, out. 2002.

FONSECA, T. N. de L. História da Educação e História Cultural. In: VEIGA, C. G. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOURQUIN, J. C. **Escola e Cultura – As bases epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FRAGO, A. V.; ESCOLANO, A. **Currículo, Espaço e Subjetividade – a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

GOFF. Jacques Le. **História e Memória**. Campinas-SP: Editora UNICAMP, 2003.

GOODSON, I. **Currículo, Teoria e história**. Petrópolis, Vozes, 2001.

GRANZIERA, R. G. O Brasil depois da Grande Guerra. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da C. **A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução de: Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA. G. de. **Um quarto de século de programas e compêndios de História para o ensino secundário brasileiro: 1931/1956**. Rio de Janeiro: INEP, 1957.

LEFFA, V. J. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional**. Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999.

LEITE. M. M. **O ensino de História no primário e no ginásio**. São Paulo: Cultrix, 1969.

LEITE, Serafim. **Novas Páginas de História do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. (Brasiliana n. 323).

LIMA, G. P. **Breve Trajetória da Língua Inglesa e do Livro Didático de Inglês no Brasil**. Disponível em: <<http://www2.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/resumos-anais>>. Acesso em: out. 2008.

LOPES, A. C. **Livros didáticos: obstáculos ao aprendizado da ciência química**. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

MARTINS, C. K. **A Disciplina Escolar de História no Ensino Público Paranaense: 1931-1951.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná/UFPR, 2006.

MOLERO PINTADO, A. En torno a la cultura escolar como objeto histórico. In: BERRIO, J. R. **La Cultura escolar de Europa - Tendencias históricas emergentes.** Madri: Biblioteca Nueva, 2000.

MURICY, Andrade. **Panorama do Movimento Simbolista Brasileiro.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. v. 1.

NADAI, E. **O ensino de História no Brasil:** trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13,v25/26, p.143-162,set.1992/ago.1993.

NORONHA, M. O. História das Instituições Escolares: Contribuição ao debate Metodológico. In: NASCIMENTO, M. I. Moura et. al. (Org.). **Instituições Escolares no Brasil:** conceito e reconstrução histórica. Campinas-SP: Autores e Associados: HISTEDBR; Sorocaba-SP: UNISO; Ponta Grossa/PR: UEPG, 2007. p. 165-176.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e Industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, L. L. **A Questão Nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares de Matemática.** Curitiba: SEED/PR, 2008.

RANZI, S. M. F; SILVA, M. C. da. Questões de legitimidade na primeira República: o ensino secundário regular e a equiparação do Gynásio Paranaense ao congênere federal. **Revista do Centro de Educação.** UFSM, v. 31, n. 3, p. 133-152, 2006.

RANZI. S. M. F; SILVA. M. C. Práticas disciplinares inauguradas com a República no ensino secundário. **Dossiê Ensino superior e circulação internacional de estudantes:** os Palop no Brasil e em Portugal, Campinas-SP, v. 20, n. 58, jan./abr. 2009.

ROCHA, M. B. M. da. **Educação Conformada – A política pública de educação no Brasil – 1930/1945.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000.

RODRIGUES, C. M. **A ORDEM uma revista de intelectuais católicos 1934-1945.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ROMANELLI, O. de O. **História da Educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço Técnica e Tempo Razão.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. I. S. P. dos. **Luz e Sombras. Internatos no Brasil.** São Paulo: Ed. Salesiana Dom Bosco, 2000.

SOUZA, J. E. **Província brasileira da Congregação da Missão: 180 anos dos lazaristas no Brasil.** Belo Horizonte - MG: Santa Clara, 1999.

SCHWARTZMAN, S; BONEMY, H. M. B; COSTA, M. R. C. **Tempos de Capanema.** São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001, p. 80.

VIDAL, D. G. **Culturas Escolares.** Campinas: Autores e Associados, 2005.

ZOTTI, S. A. **O Currículo do Ensino Secundário e a Formação das Elites Republicanas.** UNC/UNICAMP. Disponível em: < www.anpuh.uepg.br > Acesso em: 05/10/2008.

ANEXO

ANEXO 1 – CONGREGAÇÕES RELIGIOSAS MASCULINAS E FEMININAS E, RESPECTIVOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES LOCALIZADOS EM CURITIBA ANTES DA DÉCADA DE 1930

CONGREGAÇÃO	NOME DA ESCOLA	INÍCIO	GÊNERO
Congregação dos Santos Anjos	Colégio Santos Anjos	1896	F
Ordem dos Padres Franciscanos	Colégio Bom Jesus	1896	M
Congregação das Irmãs de São José de Chamberry	Colégio São José	1902	F
Irmãs Italianas	Escola São Francisco de Paula	1902	F
Irmãs Da Divina Providência	Colégio Divina Providência – fundação em 1896 como Nossa Senhora Imaculada Conceição	1903	F
Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus	Colégio Sagrado Coração de Jesus	1904	F
Irmãs Franciscanas da Sagrada Família	Internato Sagrada Família	1906	F
Irmãs Franciscanas da Sagrada Família	Escola Santo Antônio Orleans	1906	F
Congregação Notre Dame do Sion	Colégio Notre Dame do Sion	1906	F
Congregação das Irmãs de São José de Chamberry	Colégio Nossa senhora de Lourdes – Cajuru	1907	F
Irmãs Franciscanas da Sagrada Família	Escola Dom Pedro	1908	F
Irmãs Franciscanas da Sagrada Família	Escola Santa Cândida	1924	M
Irmãos Maristas da Província Central	Colégio Santa Maria	1925	M
Padres Lazaristas da Província Brasileira	Internato do Ginásio Paranaense	1925	M
Irmãs Franciscanas da Sagrada Família	Internato da Sagrada Família	1927	F

Fonte: A Arquidiocese de Curitiba na Sua História. Curitiba: Arquidiocese de Curitiba, 1958.